

O CAPITAL

KARL MARX

EXTRATOS POR
PAUL LAFARGUE





O CAPITAL

**EXTRATOS POR
PAUL LAFARGUE**



Copyright desta edição © 2005 by Conrad Editora do Brasil Ltda.

Título original: Le Capital – Extraits faits par M. Paul Lafargue

CAPA: Johnny Freak
TRADUÇÃO: Abguar Bastos
PREPARAÇÃO DE TEXTO E REVISÃO DA TRADUÇÃO: Edison Cardoni
DIGITAÇÃO: Mara Bellucci
PRODUÇÃO GRÁFICA: Pricila Ursula dos Santos (Gerente),
Leonardo Borgiani, Alberto Veiga e André Braga

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Marx, Karl, 1818-1883.

O capital : extratos por Paul Lafargue / Karl Marx ;
[tradução Abguar Bastos]. -- 2ed. -- São Paulo : Conrad Editora
do Brasil, 2005.

Título original: Le capital : extraits faits par M. Paul Lafargue
Bibliografia.
ISBN 85-7616-011-0

1. Capitalismo 2. Comunismo 3. Conflito social 4. Economia
5. Marx, Karl, 1818-1883 6. Marx, Karl, 1818-1883. O capital
- Crítica e interpretação 7. Socialismo I. Lafargue, Paul, 1842-
1911. II. Título.

03-0319

CDD-335.412

Índice para catálogo sistemático:

1. Marxismo : Conceitos econômicos : Economia política
335.412

CONRAD LIVROS
Rua Simão Dias da Fonseca, 93 – Cambuci
São Paulo – SP 01539-020
Tel.: 11 3346.6088 Fax: 11 3346.6078
livros@conradeditora.com.br
www.conradeditora.com.br

SUMÁRIO

NOTA DO EDITOR	9
O CAPITAL	11
PRIMEIRA PARTE: MERCADORIA E MOEDA	
• Capítulo I – A mercadoria	13
• Capítulo II – Das trocas	31
• Capítulo III – Circulação das mercadorias	37
SEGUNDA PARTE: A TRANSFORMAÇÃO DO DINHEIRO EM CAPITAL	
• Capítulo IV – A fórmula geral do capital	73
• Capítulo V – Contradições da fórmula geral do capital	81
• Capítulo VI – Compra e venda da força de trabalho	87
• Capítulo VII – Produção de valores de uso e produção de mais-valia	97
• Capítulo VIII – Capital constante e capital variável	115
• Capítulo IX – Taxa de mais-valia	129
RECORDAÇÕES PESSOAIS DE KARL MARX	135
NOTA BIOGRÁFICA DO TRADUTOR	157

NOTA DO EDITOR

Com este livro a Conrad Editora coloca à disposição do leitor brasileiro um clássico da economia política. A presente edição de *O Capital* foi publicada em 1893, organizada pelo médico e socialista francês Paul Lafargue (1841-1911), genro de Karl Marx (1818-1883), membro do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores (também conhecida como I Internacional) e fundador, junto com Friedrich Engels (1820-1895), da II Internacional. O texto, supervisionado por Engels, é uma seleção das partes fundamentais da edição integral da monumental obra de Marx. A origem destes extratos organizados por Lafargue está na necessidade da difusão da teoria de Karl Marx ao movimento operário francês do final do século XIX.

O CAPITAL

PRIMEIRA PARTE

MERCADORIA E MOEDA

CAPÍTULO I – A MERCADORIA

OS DOIS FATORES DA MERCADORIA: VALOR DE USO E VALOR DE TROCA (OU VALOR PROPRIAMENTE DITO)¹

A mercadoria é um objeto produzido pelo trabalho humano, que é trocado por seu produtor em vez de ser por ele consumido e que, por suas propriedades, satisfaz às necessidades humanas de qualquer natureza, diretamente como meio de subsistência ou indiretamente como meio de produção.

A utilidade é então a mais importante e indispensável qualidade da mercadoria. A utilidade, que se realiza no uso ou no consumo, confere à mercadoria o seu valor de uso.

E é unicamente porque a mercadoria possui um valor de uso que adquire um valor de troca. Um produto absolutamente inútil não poderia se tornar permutável.

As mercadorias de natureza diversa são trocadas em diferentes proporções: não se troca 1/2 quilo de ferro por 1/2 quilo de ouro, nem um litro de trigo por um litro de diamantes; mas várias centenas de quilos de ferro por 500 gramas de ouro e vários hectolitros de trigo por um diamante.

1. Karl Marx, *Le Capital*, volume I, capítulo I, itens 1 e 2 (edição francesa e 4ª edição alemã).

Para que duas mercadorias de natureza e proporções diferentes cheguem a ter um valor equivalente é preciso que ambas contenham em igual quantidade uma substância comum mensurável. Um quadrado e um triângulo só são considerados iguais quando suas linhas delimitam uma mesma superfície: a superfície é a substância comum de todas as figuras da geometria plana.

Qual é este não sei quê comum a todas as mercadorias?

Não pode ser uma propriedade natural, porque as propriedades naturais são precisamente aquelas que diferenciam as mercadorias.

Seria a utilidade essa propriedade realmente comum a todas as mercadorias?

Não, porque que se trocam por um diamante, de uma utilidade tão restrita, dezenas de litros do cereal mais útil para a alimentação humana – o trigo – e se dão por 500 gramas de ouro várias centenas de quilos do mais útil dos metais – o ferro. Nos tempos homéricos, quando o bronze servia para a fabricação de espadas e diferentes peças da armadura, os heróis da *Iliada* consideravam o ferro um metal precioso. Um dos progressos da produção civilizada consiste em fazer com que os objetos de primeira utilidade sejam trocados, em maior proporção, por objetos de menor utilidade.

Além da utilidade, as mercadorias só têm uma única outra propriedade comum: todas são produtos do trabalho humano, porque sua criação necessitou de um dispêndio de força humana.

Pouco importa qual tenha sido a forma desse dispêndio de trabalho. Quer seja para procurar um diamante, transportar água ou costurar uma roupa, ele representa sempre um desgaste da máquina humana. É assim que pouco importa de que forma se consome a energia de uma tonelada de carvão: quer seja para puxar vagões, tecer algodão, imprimir jornais, produzir eletricidade e luz; ela implica gasto de combustível, um dispêndio de calor e, afinal de contas, um dispêndio de movimento. E foi somente quando Meyer encontrou o equivalente mecânico do calor que os físicos puderam seguir, em todas as suas transformações, a força única, o movimento. O valor é o nó górdio da economia política,

como observava Ricardo²: quem conhece o elemento constitutivo do valor tem em mãos o fio de Ariadne que o guiará através do labirinto da produção e da troca das mercadorias.

A força de trabalho do homem é a força única que cria valores, e as mercadorias só são consideradas valores porque contêm trabalho humano.

Antes de entrar na troca, a mercadoria já é um valor; isto é, um acumulador de força humana, e ela só é trocada porque é um valor. A água de um rio e o ar atmosférico, ainda que indispensáveis à vida, não são valores porque não contêm trabalho humano. Mas, incorporando-se trabalho humano ao ar, comprimindo-o, e à água, transportando-a a uma casa ou ao Saara, imediatamente a água e o ar se tornam valores e passam a ser permutáveis.

Como se mede o valor?

Vejamos um caso corriqueiro. Quem, ao se informar do preço de duas mercadorias de igual matéria-prima e utilidade – por exemplo, duas cadeiras de carvalho, das quais uma tivesse os pés torneados e as costas trabalhadas –, já não ouviu o fabricante responder: “Esta é mais cara porque exigiu mais trabalho do que aquela, cujos pés e dorso são retos”. Essa frase, banal como uma verdade de La Palisse, é a única resposta à pergunta há pouco formulada. Porque, dizem Smith e Ricardo, “é muito natural que aquilo que é normalmente produzido em dois dias ou em duas horas de trabalho valha o dobro daquilo que, comumente, exige apenas um dia ou uma hora de trabalho”³.

Mas há trabalhos e trabalhos, como há teorias e teorias. Se o valor de uma mercadoria é determinado pelo quantum de trabalho despendido durante sua produção, poderíamos imaginar que quanto mais preguiçoso ou inábil um homem, tanto mais valor teria sua mercadoria, porque ele empregou mais tempo para fabricá-la. Mas o trabalho que compõe a substância do valor das mercadorias é trabalho igual e indistinto, gasto de uma força de

2. David Ricardo (1772-1823), eminente economista inglês. (N. E.)

3. Esta passagem de Adam Smith, extraída do capítulo VI, livro I, da *Richesse des Nations*, está citada por David Ricardo em seu capítulo “Valeur normale ou naturelle.”

trabalho uniforme. A totalidade da força de trabalho da sociedade, a qual se expressa na soma dos valores de todas as mercadorias, é aqui considerada uma massa homogênea de força de trabalho humana, embora ela se componha de inumeráveis forças individuais. Cada força de trabalho individual é igual a todas as outras, desde que possua a característica da força social média e funcione como tal; quer dizer, desde que a produção de uma mercadoria empregue somente o tempo de trabalho necessário em média ou o tempo de trabalho socialmente necessário.

O tempo de trabalho socialmente necessário à produção das mercadorias é o exigido por qualquer trabalho executado com grau médio de habilidade e intensidade e em condições normais, relativamente ao meio social considerado. Após a introdução na Inglaterra da tecelagem a vapor, precisou-se talvez da metade do trabalho antes necessário para transformar em tecido certa quantidade de fios. Enquanto isso, o tecelão manual continuou precisando do mesmo tempo de antes para realizar essa mesma tarefa. Porém, desde então, o produto de sua hora de trabalho individual passou a representar apenas a metade de uma hora de trabalho social e, em consequência, passou a ter metade do valor primitivo.

Portanto, é somente o quantum de trabalho ou o tempo de trabalho necessário para produzir um artigo, numa dada sociedade, que determina a quantidade de valor desse artigo. Cada mercadoria em particular é tomada como exemplar médio de sua espécie. As mercadorias que contêm quantidades iguais de trabalho ou que possam ser produzidas no mesmo tempo têm, por consequência, igual valor. O valor de uma mercadoria está, para o valor de qualquer outra, na mesma proporção que o tempo de trabalho necessário à produção da primeira está para o tempo de trabalho necessário à produção da segunda.

A quantidade de valor de uma mercadoria permaneceria evidentemente constante se o tempo de trabalho necessário para sua produção também permanecesse constante. Mas esse tempo varia a cada modificação da força produtiva; ou seja, da produtividade do trabalho que, por seu lado, depende de diversos fatores. Entre eles,

figuram a habilidade média dos trabalhadores, o desenvolvimento da ciência e o grau de sua aplicação tecnológica, as combinações sociais da produção, a extensão e a eficácia dos meios de produção, assim como as condições do meio ambiente. Por exemplo, a mesma quantidade de trabalho poderá ser representada por 800 quilos de trigo, se o clima for favorável, ou por apenas 400 quilos, no caso contrário. A mesma quantidade de trabalho extrai maior quantidade de metal nas minas ricas do que nas minas pobres. Os diamantes só se apresentam raramente à flor da terra, por isso, para encontrá-los é preciso um tempo considerável, de modo que eles representam muito trabalho num pequeno volume. Com minas mais ricas, a mesma quantidade de trabalho estaria contida numa maior quantidade de diamantes, cujo valor baixaria. Se, com pouco trabalho, fosse possível transformar o carvão em diamante, o seu valor cairia talvez abaixo do valor de um simples combustível como o briquete. Quanto maior a produtividade do trabalho, menor será o tempo necessário à produção de um artigo; e quanto menor é a massa de trabalho cristalizada nesse artigo, menor seu valor. Inversamente, quanto menor é a produtividade, maior será o tempo necessário à produção de um artigo e maior seu valor. A quantidade de valor de uma mercadoria varia, portanto, na razão direta do quantum (o tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la) e na razão inversa da força produtiva do trabalho (a produtividade) que foi aplicada na produção dessa mercadoria.

Conhecemos agora a substância do valor: é o trabalho. Conhecemos a medida de sua magnitude: é a duração do trabalho.

Um objeto, uma coisa, pode ser um valor de uso sem ser, necessariamente, um valor. Basta, para isso, que seja útil ao homem sem que provenha do seu trabalho. Tais são o ar, as pastagens naturais, um solo virgem etc. Uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano sem ser mercadoria. Aquele que produz unicamente para satisfazer suas próprias necessidades só cria valor de uso pessoal. Para produzir mercadorias, deve-se não somente produzir valores de uso para consumo próprio, mas também valores de uso para outras pessoas; em outras palavras, valores de uso sociais. Enfim,

nenhum objeto pode ser valor se não for coisa útil. Se for inútil, o trabalho que encerra é despendido inutilmente e, dessa forma, não cria valor.

• • •

Uma dificuldade se apresenta, embaraçando muitos espíritos.

Será possível comparar os diferentes gêneros de trabalho entre si para conduzi-los a uma medida comum? Será possível comparar o trabalho do carpinteiro e do lavrador ao do ourives artista e do agrimensor?

Essa dificuldade é resolvida na prática todos os dias, porque, pela moeda, são trocados trigo ou caçambas de madeira por jóias ou plantas topográficas. E o fato de se dar, por exemplo, 100 sacas de trigo por um anel ou uma planta de agrimensura prova que, sem grande alarde, estão sendo dosadas as quantidades de trabalho do lavrador, do carpinteiro e do agrimensor contidas nesses diferentes objetos. Mas o homem tem respirado e digerido antes mesmo de ter adquirido qualquer noção teórica a respeito da digestão e da respiração. Trata-se então de explicar, na teoria, esse fenômeno da troca das mercadorias.

Suponhamos que um mesmo indivíduo seja, ao mesmo tempo, lavrador, carpinteiro e agrimensor. Ele poderá então dizer: a caçamba para terraplanagem ou o mapa das terras aráveis do município custam-me tanto trabalho quanto 100 sacas de trigo. Pouco importa, para ele, a forma como despendeu sua atividade, os três objetos produzidos representam a mesma quantidade de trabalho.

Não há nenhuma fantasia em admitir a existência de um indivíduo que exerça as profissões de lavrador, de carpinteiro e de agrimensor: nas aldeias coletivas russas, ainda existentes, as partilhas das terras aráveis são feitas pelos próprios camponeses, e os agrimensores profissionais se admiram da maneira exata com que as terras são medidas e igualadas. Em nossos dias se vê frequentemente, na França, o trabalho agrícola combinado com o

trabalho industrial. A indústria mecânica, reduzindo as dificuldades técnicas das profissões, permite ao operário da grande indústria percorrer alternadamente uma série de profissões diversas. Ele pode então empregar a sua força de trabalho de diversas maneiras e comparar entre elas as mercadorias que assim tenha criado. Esses progressos da mecânica industrial permitem a uma dada porção do trabalho humano se oferecer hoje de uma forma e amanhã de outra, seguindo a direção variável da demanda de trabalho. Qualquer que seja o atrito causado por essas mutações da forma de trabalho, elas não podem deixar de ocorrer.

Afinal de contas, deixando de lado a questão de sua utilidade, qualquer atividade produtiva é um dispêndio de força humana. A lavoura, o transporte e a medição de terras, apesar de suas diferenças, constituem um dispêndio produtivo do cérebro, dos músculos, dos nervos, da mão do homem e, nesse sentido, um dispêndio do trabalho humano. A força humana de trabalho, cujo movimento muda apenas de forma, nas diversas atividades produtivas, deve certamente ser mais ou menos qualificada para poder ser utilizada desta ou daquela forma. Mas o valor das mercadorias representa pura e simplesmente o trabalho do homem, um dispêndio de força humana em geral. Ora, da mesma forma que, para a sociedade civil, um general ou um banqueiro desempenham papel importante, enquanto o homem puro e simples faz bem triste figura, o mesmo acontece com o trabalho humano. É um dispêndio da força simples, que todo homem comum, sem desenvolvimento especial, possui em seu organismo. O trabalho médio simples varia de característica, é verdade, nos diferentes países e segundo as épocas, mas numa dada sociedade ele é sempre determinado. O trabalho complexo (*skilled labour*, trabalho qualificado) é apenas uma potência do trabalho simples ou, antes, é apenas o trabalho simples multiplicado, de modo que uma dada quantidade do trabalho complexo corresponde a uma maior quantidade de trabalho simples. A experiência mostra que essa conversão se faz constantemente. Mesmo que uma mercadoria seja produto de trabalho complexo, seu valor a reconduz, numa

proporção qualquer, ao produto de trabalho simples, do qual ela representa, por conseguinte, apenas uma quantidade determinada. As proporções diversas pelas quais diferentes espécies de trabalho são convertidas para trabalho simples, como suas unidades de medida, são estabelecidas na sociedade à revelia dos produtores e lhes parecem convenções fixadas pelo costume. Segue-se daí que, na análise do valor, toda variedade de força de trabalho deve ser tratada como força de trabalho simples.⁴

Logo, se no mercado 100 sacas de trigo equivalem a uma carroça de terraplenagem, uma jóia ou uma planta topográfica, isso significa que em uma saca de trigo há 100 vezes menos trabalho do que numa carroça de terraplenagem, numa jóia ou numa planta topográfica.

Se, quanto ao valor de uso, o trabalho contido na mercadoria só importa qualitativamente, em relação à magnitude do valor ele só importa quantitativamente. No primeiro caso, trata-se de saber como o trabalho se faz e o que ele produz; no segundo, qual a sua duração. Como a magnitude do valor de uma mercadoria representa apenas o quantum de trabalho nela contido, segue-se que todas as mercadorias, em certa proporção, devem ter valores iguais.

A força produtiva de todos os trabalhos que a produção de uma mercadoria qualquer exige, a execução de uma roupa, por exemplo, permanece constante? A quantidade do valor das roupas aumenta com seu número. Se uma roupa representa x dias de trabalho, duas roupas representam $2x$, e assim por diante. Mas admitamos que o tempo de trabalho necessário à produção de uma roupa aumente o dobro ou diminua pela metade. No primeiro caso, uma roupa terá tanto valor quanto duas tinham antes. No segundo, duas

4. Adam Smith e David Ricardo, que consideram o trabalho “a causa e a medida do valor”, reconhecem igualmente que os trabalhos, apesar de sua diferença “de fadiga, de intensidade e de habilidade”, “comparavam-se entre si com bastante precisão para satisfazer a todas as necessidades da prática”. Mas nem um nem outro tinham levado todos os trabalhos a ser apenas múltiplos do trabalho simples, e é somente essa redução que permite a compreensão dos fenômenos da troca.

roupas terão o mesmo valor que anteriormente tinha uma única, ainda que, nas duas situações, uma roupa continue prestando os mesmos serviços de antes, e que o trabalho útil do qual ela prove-nha seja sempre da mesma qualidade. Mas o quantum de trabalho despendido em sua produção não permaneceu o mesmo.

Uma quantidade maior de valores de uso significa, evidentemente, uma maior riqueza material. Com duas roupas, pode-se vestir dois homens, com uma roupa só se pode vestir um único, e assim por diante. Entretanto, a um aumento da massa de riqueza material pode corresponder um decréscimo simultâneo do seu valor. Esse movimento contraditório provém do duplo caráter do trabalho. Num tempo determinado, a eficácia de um trabalho útil depende de sua produtividade (ou força produtiva). O trabalho útil torna-se então uma fonte mais ou menos abundante de produtos na razão direta do crescimento ou da diminuição de sua força produtiva. Por outro lado, uma variação dessa produtividade jamais atinge diretamente o trabalho representado no valor. Isso porque, sendo a produtividade um atributo da forma concreta e útil do trabalho, ela não pode mais tocar o trabalho se abstrairmos a sua forma útil: quaisquer que sejam as variações de produtividade, o mesmo trabalho, exercido durante o mesmo intervalo de tempo, produz sempre a mesma quantidade de valor. Mas, num espaço de tempo determinado, ele fornece mais valores de uso, se sua produtividade aumenta, e menos, se ela diminui. Toda mudança na produção que provoque aumento da produtividade do trabalho e, por conseguinte, da massa dos valores de uso produzidos por esse trabalho, também acarretará diminuição do valor total dessa massa assim aumentada, se aquela mudança encurta o tempo total de trabalho necessário à produção; e vice-versa.

Resulta disso que todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e em virtude dessa propriedade de trabalho humano igual ele cria o valor das mercadorias. Por outro lado, todo trabalho é dispêndio de força humana de trabalho sob tal ou qual forma produtiva, determinada por uma finalidade particular. Em virtude dessa característica,

de trabalho concreto e útil, ele produz valores de uso ou objetos úteis. Da mesma forma que a mercadoria deve ser, antes de tudo, uma utilidade para ser um valor, assim também o trabalho deve ser, antes de tudo, útil para ser considerado dispêndio de força humana, trabalho humano no sentido abstrato da palavra.

Os químicos, para desvendar o mistério da composição íntima dos corpos, tiveram que retomar a concepção do átomo dos filósofos gregos, o que levou Liebig a dizer que a química atômica era a química dos corpos que não existem. O economista, para compreender a troca de mercadorias de qualidades e quantidades diferentes, deve igualmente recorrer a uma concepção também abstrata, a do trabalho simples⁵.

A substância e a magnitude do valor estão determinadas. Resta analisar a forma do valor que vai nos fornecer a solução para o problema do dinheiro.

A FORMA DO VALOR⁶

O valor de uma mercadoria se manifesta somente na troca. Com efeito, no seio de uma comunidade indígena, onde não há trocas, os objetos produzidos pela atividade de seus membros são valores de uso, uma vez que eles foram criados somente para serem

5. “Todos os produtos do mesmo gênero formam, por assim dizer, uma só e única massa cujo preço é determinado genericamente e sem levar em conta circunstâncias particulares”. (Le Trosne: De l'Intérêt Social, Daix, Paris, 1893). J. B. Say recorreu a uma abstração similar, que abstrai qualidades diferentes de trabalhos que tenham concorrido à produção de mercadorias, quando disse: “A estimativa do valor produzido se faz reduzindo todos os diversos valores ao de um mesmo produto; dizendo, por exemplo: Todos os valores produzidos na França durante um ano atingem o valor que teriam 500 milhões de hectolitros de trigo” (Traité d'Économie Politique, Rاپilly, 1826, vol. III, p. 284). Essa redução de todos os valores ao de uma única mercadoria, o trigo, redução que já havia sido efetuada por Smith, equivale, em definitivo, a reconduzir todos os trabalhos que concorrem à criação de mercadorias ao trabalho simples do lavrador.

6. Karl Marx, Le Capital, capítulo I, item 3.

consumidos. Eles são valores também porque contêm trabalho humano, mas são valores em estado latente e que só aparecerão quando forem trocados por produtos de outras comunidades. Nas sociedades mais desenvolvidas, as moedas de ouro e de prata são a forma que reveste o valor de todas as mercadorias. Marx foi o primeiro economista que forneceu a gênese da forma monetária, que desenvolveu a expressão do valor contida na relação de valor existente entre as mercadorias, desde seu esboço mais simples e menos aparente até sua forma monetária, o dinheiro, que salta à vista de todos.

• • •

Em geral, as mercadorias estabelecem entre si somente relações de valor ou de troca, cuja forma mais simples é:

x mercadoria A vale y mercadoria B, ou
 $x \text{ mercadoria A} = y \text{ mercadoria B}$;
 20 metros de pano valem 1 vestido, ou
 $20 \text{ metros de pano} = 1 \text{ vestido}$.

O pano exprime seu valor no vestido, e o vestido serve de matéria a essa expressão. O valor da primeira mercadoria se apresenta como valor relativo, a segunda funciona como equivalente. É obrigatório inverter a equação para exprimir relativamente o valor do vestido e, uma vez feito isso, o pano se torna equivalente, por sua vez. Uma mesma mercadoria não pode assumir simultaneamente essas duas formas na mesma expressão do valor.

Uma mercadoria só pode exprimir seu valor em outra mercadoria, ou seja, relativamente. Isso porque, se dizemos “20 metros de pano igual a 20 metros de pano”, estamos dizendo apenas que 20 metros de pano não são outra coisa senão 20 metros de pano; ou melhor, apenas uma certa quantia do valor de uso pano.

Mas, desde que se coloque uma mercadoria como equivalente, isso significa que ela pode substituir outra como valor, trocar-se

por ela, ainda que de espécie diferente daquela com que se confronta. Ela passa a conter a mesma quantidade de valor, a mesma quantidade de trabalho humano cristalizado.

Assim, a equação

20 metros de pano = 1 vestido

pressupõe que as duas mercadorias custam tanto trabalho uma quanto a outra ou, o que dá no mesmo, demandam o mesmo tempo para ser produzidas. Mas esse tempo varia para cada uma delas de acordo com a correspondente variação da forma produtiva do trabalho que a produz. Examinemos agora a influência dessas variações na expressão relativa à magnitude do valor.

I. O valor⁷ do pano varia, enquanto o valor do vestido permanece constante. – Admitamos que o tempo de trabalho necessário à sua produção duplique, por causa de um menor rendimento do solo que fornece o linho. Seu valor dobra então. Em lugar de

20 metros de pano = 1 vestido,

teríamos, assim,

20 metros de pano = 2 vestidos,

porque 1 vestido contém, agora, metade do trabalho. Admitamos agora que, pelo contrário, o tempo necessário à produção do pano diminua pela metade em consequência de um aperfeiçoamento introduzido nos teares. Seu valor diminui na mesma proporção. Teremos, então,

20 metros de pano = 1/2 vestido.

O valor relativo da mercadoria A, isto é, seu valor expresso na mercadoria B, sobe ou baixa na razão direta do valor da mercadoria A se o valor da mercadoria B permanece constante.

7. A expressão valor é empregada aqui, como já foi várias vezes neste texto, no sentido de quantidade de valor.

II. O valor do pano permanece constante, enquanto o valor do vestido varia. – Admitamos que o tempo necessário à produção do vestido dobre por causa de uma tosquia da lã pouco favorável. Em lugar de

20 metros de pano = 1 vestido,

temos, agora,

20 metros de pano = 1/2 vestido.

Se, pelo contrário, o valor do vestido baixa pela metade, vem:

20 metros de pano = 2 vestidos.

Quando o valor da mercadoria A permanece constante, vê-se que seu valor relativo expresso na mercadoria B sobe ou baixa na razão inversa da variação do valor de B.

III. As quantidades de trabalho necessárias à produção do pano e do vestido variam simultaneamente no mesmo sentido e na mesma proporção. – Nesse caso,

20 metros de pano = 1 vestido,

como antes, quaisquer que sejam as variações dos seus valores. Descubrem-se essas variações por comparação com uma terceira mercadoria, cujo valor tenha permanecido constante. Se os valores de todas as mercadorias aumentassem ou diminuíssem simultaneamente e na mesma proporção, seus valores relativos não sofreriam nenhuma variação. Sua variação real de valor seria reconhecida no fato de que, num mesmo tempo de trabalho, seria agora fabricada, em geral, uma quantidade de mercadorias maior ou menor do que antes.

IV. Os tempos de trabalho necessários à produção do pano e do vestido, assim como seus valores, podem variar simultaneamente no mesmo sentido, mas em graus diferentes ou em sentido oposto etc. – A influência de todas as combinações possíveis desse gênero de variações sobre o valor relativo de uma mercadoria é facilmente calculada pelo emprego dos casos I, II e III.

As variações reais na grandeza do valor não se refletem, como se vê, nem clara nem completamente em sua expressão relativa. O valor relativo de uma mercadoria pode variar, ainda que seu valor permaneça constante; pode permanecer constante, ainda que seu valor varie e, enfim, variações na quantidade de valor e em sua expressão relativa podem ser simultâneas sem que se correspondam exatamente.

• • •

Uma mercadoria, não podendo referir a si própria como equivalente, nem fazer de sua forma – isto é, de seu valor de uso – a expressão de seu valor – isto é, a forma de seu valor –, deve necessariamente tomar para equivalente uma outra mercadoria, cujo valor de uso assim lhe sirva como forma de valor. É assim que um corpo qualquer, um pão doce ou um litro de oxigênio, para exprimir seu peso, é obrigado a tomar para equivalente um outro corpo, pedaços de metal, cujo peso já é conhecido. As porções de metal não dão peso nem ao pão nem ao oxigênio, apenas fazem constatar o peso desses corpos. Da mesma forma, 10 gramas de ouro, por exemplo, servindo de equivalente ao vestido ou a qualquer outra mercadoria, não dão valor ao vestido, apenas exprimem seu valor.

Desde que se tenha em mente apenas exprimir o valor de uma mercadoria, qualquer uma delas pode desempenhar esse papel. É por isso que Homero exprime o valor de uma coisa por meio de uma série de diferentes coisas.⁸ As expressões do valor de uma mercadoria podem, então, se tornar tão variadas quanto suas relações com outras mercadorias.

Tinha-se partido da forma simples:

$$\begin{aligned} x \text{ mercadoria A} &= y \text{ mercadoria B,} \\ 20 \text{ metros de pano} &= 1 \text{ vestido.} \end{aligned}$$

8. *Iliada*, VII, 472-475.

Chega-se à forma desenvolvida:

x mercadoria A = y mercadoria B = v mercadoria C = z
mercadoria D etc.
20 metros de pano = 1 vestido = 5 quilos de chá = 20
quilos de café = 10 gramas de ouro = 100 quilos de ferro
etc.

O valor de uma mercadoria, por exemplo, pano, é agora representado por inúmeros outros equivalentes. Esse valor se reflete em qualquer outro corpo de mercadoria como num espelho. Eis porque se fala do pano em vestidos, trigo ou prata, quando se exprime seu valor em qualquer uma dessas mercadorias. Cada expressão semelhante dá a entender que é o próprio valor do pano que se manifesta nesses diversos valores de uso.

Qualquer outro trabalho, qualquer que seja sua forma natural, corte, sementeira, extração de ferro ou de ouro, é, agora, afirmado igual ao trabalho fixado no valor do pano, que manifesta, assim, seu caráter de trabalho humano. A forma total do valor relativo põe uma mercadoria em relação social com todas as demais. Ao mesmo tempo, a série interminável de suas expressões demonstra que o valor das mercadorias reveste indistintamente qualquer forma particular de valor de uso.

Na primeira forma:

20 metros de pano = 1 vestido,
pode parecer que é meramente por acaso que essas duas mercadorias são permutáveis nessa proporção determinada.

Na segunda forma, pelo contrário, percebe-se imediatamente o que oculta essa aparência. O valor do pano permanece o mesmo, seja ele expresso em vestidos, em café, em ferro, por meio de inumeráveis mercadorias pertencentes aos mais diversos possuidores de mercadorias. Torna-se evidente que não é a permuta que regula a quantidade de valor de uma mercadoria, mas, pelo contrário, é a quantidade de valor da mercadoria que regula suas relações de troca.

A forma expandida do valor pode ser escrita da seguinte maneira, sem modificar sua característica própria:

20 metros de pano = 1 vestido
20 metros de pano = 5 quilos de chá
20 metros de pano = 20 quilos de café
20 metros de pano = 10 gramas de ouro

Ou ainda desta forma:

1 vestido	=	}	20 metros de pano
5 quilos de chá	=		
20 quilos de café	=		
10 gramas de ouro	=		
etc. etc.	=		

As mercadorias exprimem, agora, seus valores: primeiro de maneira simples, porque seus valores se exprimem numa única espécie de mercadoria. Segundo, com unidade, porque seus valores se exprimem numa única e mesma espécie de mercadoria. A forma de valor dessas mercadorias é simples e comum a todas: conseqüentemente, é geral.

Tomamos, por exemplo:

20 metros de pano = 1 vestido;

também poderíamos ter tomado:

20 quilos de café = 10 gramas de ouro

ou

5 quilos de chá = 60 quilos de ferro etc.

Nessa forma, diferentes mercadorias exprimem seu valor relativo em outras mercadorias diferentes, o que equivale a dizer que as mercadorias permutam diretamente entre si. Evidentemente, essa forma de troca se apresenta na prática apenas nas épocas primitivas, quando os produtos do trabalho só ocasionalmente eram transformados em mercadorias, por meio de trocas incidentais e isoladas.

Mas essa forma primitiva da troca foi substituída por outra. Nela, as mercadorias elegem outra mercadoria especial para exprimir seu valor, e essa mercadoria especial pode indistintamente ser animais, escravos, mulheres, ouro, ferro etc. Essa forma se apresenta na vida real, desde que um produto do trabalho – o gado, por exemplo – passe a ser permutado por outras mercadorias não mais de modo incidental, mas habitualmente. O gado torna-se, então, o equivalente comum das mercadorias.

Desde que uma mercadoria se eleva a equivalente geral, é difícil deslocá-la desse papel e restabelecer a troca direta entre as outras mercadorias, como acreditaram poder fazê-lo Proudhon e outros utopistas do mesmo pequeno calibre. O mundo das mercadorias somente estabelece um equivalente comum porque todas as mercadorias, com exceção de uma única, estão excluídas da forma de equivalente ou da forma sob a qual elas são diretas e imediatamente permutáveis.

A mercadoria que desempenha o papel de equivalente geral não pode servir a si própria de equivalente. Suponhamos que o metro de pano seja o equivalente comum. Teríamos, por exemplo:

20 metros de pano = 20 metros de pano,

uma tautologia que não exprime nem valor nem quantidade de valor. Essa mercadoria não possui, então, nenhum equivalente comum, como as outras mercadorias, mas é obrigada a escolher uma delas, arbitrariamente, para exprimir seu valor.

Uma mercadoria só se torna equivalente geral quando todas as outras mercadorias a distinguiram e a fizeram sair de suas fileiras para desempenhar esse papel. A partir do momento em que esse caráter exclusivo vem se ligar a um gênero especial de mercadoria, sua forma natural se identifica pouco a pouco com a forma de equivalência que lhe é atribuída, e ela adquire uma autenticidade social, torna-se mercadoria-dinheiro, ou funciona como dinheiro. Sua função social específica e, conseqüentemente, seu monopólio social são desempenhar o papel de equivalente universal no mundo das mercadorias.

Se, na forma de equivalente geral, substituirmos a mercadoria

pano pela mercadoria ouro, obteremos a forma monetária ou dinheiro em sua perfeição:

$$\begin{array}{rcl} 20 \text{ metros de pano} & = & \\ 1 \text{ vestido} & = & \\ 5 \text{ quilos de chá} & = & \\ 20 \text{ quilos de café} & = & \\ 100 \text{ quilos de ferro} & = & \\ \text{etc. etc.} & = & \end{array} \left. \vphantom{\begin{array}{rcl} 20 \text{ metros de pano} \\ 1 \text{ vestido} \\ 5 \text{ quilos de chá} \\ 20 \text{ quilos de café} \\ 100 \text{ quilos de ferro} \\ \text{etc. etc.} \end{array}} \right\} 10 \text{ gramas de ouro}$$

A fórmula em nada mudou, a não ser que, agora, o ouro, em vez do pano, possui a forma de equivalente geral. A progressão consiste apenas em que a forma da permutabilidade imediata e universal, ou a forma de equivalente geral, é incorporada definitivamente na forma natural e específica do ouro.

O ouro só desempenha o papel de dinheiro em face das outras mercadorias porque ele já desempenhava, antes, em relação a elas, o papel de mercadoria. Da mesma forma que todas elas, o ouro funcionava também como equivalente, quer incidentalmente nas trocas isoladas, quer como equivalente particular ao lado de outros equivalentes. Pouco a pouco, passa a funcionar, dentro de limites mais ou menos amplos, como equivalente geral. Desde que conquistou o monopólio dessa posição de expressar o valor do mundo mercantil, o ouro se tornou mercadoria dinheiro.

CAPÍTULO II – DAS TROCAS¹

Todas as mercadorias são não-valores de uso para aqueles que as possuem e valores de uso para aqueles que não as possuem. Por isso, elas precisam passar sempre de uma mão à outra. Mas essa mudança de mãos constitui sua troca, e sua troca as relaciona umas com as outras como valores e as realiza como valores. É preciso, então, que as mercadorias se manifestem como valores antes de poderem se realizar como valores de uso.

Por outro lado, é preciso que seu valor de uso seja verificado antes que elas possam se realizar como valores, porque o trabalho humano despendido em sua produção vale somente com a condição de tê-lo sido sob uma forma útil a outros. Ora, apenas sua troca pode demonstrar se esse trabalho é útil a outros, isto é, se seu produto pode satisfazer necessidades alheias.

Para cada possuidor de mercadorias, qualquer mercadoria alheia é um equivalente particular da sua. Sua mercadoria é, por conseguinte, o equivalente geral de todas as outras. Mas, como todos os possuidores de mercadorias se encontram na mesma situação,

1. Karl Marx, *Le Capital*, capítulo II.

nenhuma mercadoria é equivalente geral, e o valor relativo das mercadorias não possui nenhuma forma geral sob a qual elas possam ser comparadas como quantidades de valor. Resumindo, elas não desempenham, umas em face das outras, o papel de mercadorias, mas de simples produtos ou valores de uso.

Os possuidores de mercadorias não podem comparar seus artigos como valores e, por conseguinte, como mercadorias, a não ser comparando-as a uma outra mercadoria qualquer que se apresente como equivalente geral. É o que a análise precedente já demonstrou. Mas esse equivalente geral só pode ser o resultado de uma ação social. Uma mercadoria especial é, então, por um ato comum, separada das outras mercadorias e serve para exprimir seus valores recíprocos. A forma natural dessa mercadoria torna-se, assim, a forma equivalente socialmente válida. O papel de equivalente geral é doravante a função social específica da mercadoria escolhida, e ela se torna dinheiro.

De início, quando a troca das mercadorias só ocorria exteriormente às comunidades, a qualidade de equivalente geral ligava-se às vezes a uma mercadoria, às vezes a outra, segundo as circunstâncias. Mas, desde que a troca se estabelece no interior das comunidades, a qualidade de equivalente geral liga-se, com exclusividade, a uma espécie particular de mercadorias ou se cristaliza sob forma de dinheiro. Inicialmente, o acaso decide sobre que gênero de mercadorias a qualidade de equivalente geral fica fixada. Pode-se dizer, entretanto, que, em geral, isso depende de duas circunstâncias decisivas. A forma dinheiro adere ou aos artigos de importação mais importantes —, que são os primeiros a revelar, de fato, o valor de troca dos produtos internos à comunidade —, ou aos objetos, ou melhor, ao objeto útil que forma o elemento principal da riqueza alienável da comunidade, como o gado, por exemplo. Os povos nômades foram os primeiros a desenvolver a forma dinheiro, porque todos os seus bens e haveres se encontram sob forma de bens móveis, e, por conseguinte, imediatamente alienáveis. Além disso, seu gênero de vida os põe com frequência em contato com sociedades estrangeiras e os leva, por isso mes-

mo, a trocar seus produtos. Constantemente, os homens fazem do próprio homem, na pessoa do escravo, a matéria primitiva do seu dinheiro. Mas isso jamais aconteceu com o solo. Tal idéia só podia nascer numa sociedade burguesa já desenvolvida. Ela data do último terço do século XVII, e sua realização só veio a ser experimentada em larga escala, por uma nação inteira, um século mais tarde, na Revolução Francesa, em 1789.

À medida que a troca rompe as ligações puramente locais, e que, por isso, o valor das mercadorias representa cada vez mais o trabalho humano em geral, a forma dinheiro se fixa a mercadorias cuja natureza as torna aptas a desempenhar a função social de equivalente geral; isto é, aos metais preciosos.

Ainda que a prata e o ouro não sejam, por natureza, dinheiro, o dinheiro é, por natureza, prata e ouro, como o demonstra a adaptação das propriedades naturais desses metais às funções do dinheiro. Mas até aqui conhecemos apenas uma função do dinheiro, a de servir, ou como forma de manifestação do valor das mercadorias, ou como matéria na qual as quantidades de valor das mercadorias se exprimem socialmente. Ora, só há uma única matéria que pode ser uma forma conveniente para manifestar o valor, ou para servir de imagem concreta do trabalho humano abstrato e conseqüentemente igual: é aquela cujas partes isoladas possuem, todas, a mesma qualidade uniforme. Por outro lado, como os valores diferem somente por sua quantidade, a mercadoria dinheiro deve ser suscetível de diferenças puramente quantitativas: deve ser divisível à vontade e poder ser recomposta com a soma de todas as suas partes. Todos sabem que o ouro e a prata possuem naturalmente todas essas propriedades.

O valor de uso da mercadoria dinheiro torna-se duplo. Além de seu valor de uso particular como mercadoria – assim o ouro, por exemplo, serve de matéria prima para artigos de luxo, para obturadores cariados etc. –, a mercadoria dinheiro adquire um valor de uso formal, que se origina de sua função social específica.

Como todas as mercadorias são meros equivalentes particulares do dinheiro, e como o dinheiro é o equivalente geral das merca-

dorias, o dinheiro desempenha perante elas o papel de mercadoria universal, e, em face dele, elas apenas representam mercadorias específicas.

Vimos que a forma dinheiro ou moeda é apenas o reflexo das relações de valor de todas as mercadorias fixado numa única espécie de mercadoria. Que o próprio dinheiro seja mercadoria só pode ser uma descoberta para aquele que desenvolve sua análise tomando por ponto de partida a forma completamente acabada do dinheiro. O movimento das trocas dá à mercadoria, que ele transforma em dinheiro, não seu valor, mas sua forma específica de valor. Confundindo essas duas coisas tão diferentes, o valor e a forma do valor, muitos têm sido levados a considerar a prata e o ouro como valores puramente imaginários. O fato de o dinheiro, em algumas de suas funções, poder ser substituído por simples símbolos dele mesmo deu lugar a esse outro erro: que ele é somente um simples símbolo.

Por outro lado, é verdade, esse erro fazia pressentir que, sob a aparência de um objeto exterior, o dinheiro oculta na realidade uma relação social. Nesse sentido, toda mercadoria seria um símbolo porque ela só é valor como invólucro material do trabalho humano despendido em sua produção.

Já observamos que a forma equivalente de uma mercadoria nada deixa saber sobre o montante de sua quantidade de valor. Sabendo-se que o ouro é dinheiro, isto é, permutável com todas as mercadorias, não se sabe, por isso, quanto valem, por exemplo, 10 gramas de ouro. Como qualquer mercadoria, o dinheiro não pode exprimir sua própria quantidade de valor a não ser relativamente, em outras mercadorias. Seu próprio valor é determinado pelo tempo de trabalho necessário à sua produção e exprime-se pelo quantum de qualquer outra mercadoria que exigiu um trabalho de mesma duração. Essa fixação de sua quantidade de valor relativo tem lugar na própria fonte de sua produção, em sua primeira troca. Desde que entra na circulação como dinheiro, seu valor é dado. Já nos últimos anos do século XVII, tinha-se constatado que o dinheiro é mercadoria, mas a análise estava ainda no seu

início. A dificuldade não consiste em compreender que o dinheiro é mercadoria, mas em saber como e por que uma mercadoria se torna dinheiro.

Uma mercadoria não parece se tornar dinheiro porque as outras mercadorias exprimem nela, reciprocamente, seus valores. Pelo contrário, são estas últimas que parecem exprimir nela seus valores, porque ela é dinheiro. O movimento que serviu de intermediário esvaiu-se no próprio resultado e não deixa traço algum. Sem parecer não terem contribuído em nada para isso, as mercadorias encontraram seu próprio valor representado e fixado no corpo de uma mercadoria que existe ao lado e fora delas. Essas simples coisas, prata e ouro, tais quais saem das entranhas da terra, figuram logo como encarnação imediata de todo trabalho humano. Daí a magia do dinheiro.

CAPÍTULO III – CIRCULAÇÃO DAS MERCADORIAS

MEDIDA DOS VALORES¹

A primeira função do ouro² consiste em fornecer ao conjunto das mercadorias a matéria na qual elas exprimem seus valores como grandezas de mesma denominação, de igual qualidade, e comparáveis relativamente à quantidade. Ele funciona, por conseguinte, como medida universal dos valores. É em virtude dessa função que o ouro, a mercadoria equivalente, torna-se dinheiro.

Não é o dinheiro que torna as mercadorias mensuráveis, pelo contrário. É porque as mercadorias, como valores, são trabalho materializado, e, por conseguinte, comensuráveis entre si, que todas elas, em conjunto, podem medir seus valores numa mercadoria especial, transformando-a em dinheiro; isto é, fazendo dela sua medida universal. Mas a medida dos valores das mercadorias pelo dinheiro é a forma que sua medida imanente, a duração do trabalho, deve necessariamente revestir.

1. Karl Marx, *Le Capital*, capítulo III, item 1.

2. Para fins de simplificação, supomos sempre que o ouro é a mercadoria que desempenha as funções de dinheiro.

A expressão do valor de uma mercadoria em ouro:
x mercadoria A = y mercadoria dinheiro,
é sua forma dinheiro ou seu preço.

O preço ou a forma dinheiro das mercadorias é algo puramente ideal, é como a forma valor das mercadorias, que em geral é distinta de seu corpo ou de sua forma natural. O valor do ferro, do pano, do trigo etc., reside nessas mercadorias, ainda que invisivelmente. Ele é representado por sua comparação com o ouro, por uma relação com esse metal, que, por assim dizer, existe apenas na cabeça das mercadorias. O possuidor da mercadoria é, então, obrigado a meter sua língua na cabeça delas ou lhes pendurar pedaços de papel para anunciar seu preço ao mundo exterior.³

Sendo completamente ideal, a expressão do valor das mercadorias em ouro é operação que, para ser realizada, não necessita mais que um ouro ideal ou que exista apenas em nossa imaginação.

Não há comerciante que se iluda pensando ter fabricado ouro com suas mercadorias por ter dado ao valor delas a forma preço ou a forma idealizada de ouro, nem que tenha necessidade de um único grão de ouro real para poder estimar em ouro milhões de valores de mercadorias. Em sua função de medida dos valores, o dinheiro somente é empregado como dinheiro ideal. Essa circunstância deu lugar às mais loucas teorias. Mas, apesar de o dinheiro, como medida de valor, funcionar apenas idealmente e, por conseguinte, de o ouro empregado com esse fim ser apenas ouro imaginário, o preço das mercadorias depende completamente da substância de que é feito o dinheiro. O valor, isto é, o quantum de trabalho humano está contido, por exemplo, numa tonelada de ferro, é expresso idealmente pelo quantum da mercadoria dinheiro que custa precisamente a mesma quantidade de trabalho.

3. Na edição integral (Nova Cultural, 1988), Marx insere aqui a seguinte nota: “O selvagem ou semi-selvagem usa a língua de outro modo. O Capitão Parry [William Edward Parry] observa, por exemplo, nos habitantes da costa ocidental da baía de Baffin: ‘Neste caso’ (ao intercambiar produtor) ‘(...) eles o lambiam’ (o que lhes foi oferecido) ‘duas vezes com a língua, com o que pareciam condenar o negócio concluído satisfatoriamente’”. (N. E.)

Desde que, para exprimir seu valor, as mercadorias devam se referir a uma quantidade de ouro determinada como termo de comparação, como unidade de medida, a lei regula essa quantidade de ouro para que ela tenha uma autenticidade social. Essa quantidade fixa torna-se o padrão dos preços.

Os preços, ou as quantas de ouro em que são transformadas idealmente as mercadorias, são agora expressos pelas denominações monetárias do padrão. Assim, em lugar de se dizer: um saco de trigo vale 10 gramas de ouro, diz-se que vale 20 francos.

O preço, a denominação monetária do trabalho realizado na mercadoria, indica que ela é permutável pelo dinheiro e que deve ser trocada. Por outro lado, o ouro só funciona como medida ideal do valor, porque ele já existia no mercado atuando como mercadoria dinheiro.

MEIO DE CIRCULAÇÃO⁴

a) A metamorfose das mercadorias

A troca faz passar as mercadorias das mãos em que elas são não-valores de uso às mãos nas quais elas servem de valor de uso. O produto de um trabalho útil substitui o produto de um outro trabalho útil. É a circulação social das matérias. Uma vez chegado ao lugar onde serve de valor de uso, a mercadoria cai da esfera das trocas para a esfera do consumo. Mas essa circulação material só se realiza por uma série de mudanças de forma ou por uma metamorfose da mercadoria que devemos agora estudar.

Transportemo-nos ao teatro da ação: o mercado, onde o ouro ocupa um pólo, e todas as mercadorias, o pólo oposto, e vejamos como isso se passa.

Um possuidor qualquer de mercadoria, um tecelão, traz sua mercadoria, 20 metros de pano, a um preço determinado, digamos 40 francos. Ele a troca por 40 francos, depois troca esses 2 luíses⁵

4. Karl Marx, *Le Capital*, capítulo III, item 2.

por uma roupa de que tem necessidade para seu uso pessoal.

Por conseguinte, o circuito integral da troca somente se realiza por meio de duas metamorfoses opostas e que se completam mutuamente – a transformação da mercadoria em dinheiro e sua retransformação, de dinheiro em mercadoria. Essas duas metamorfoses da mercadoria representam, ao mesmo tempo, do ponto de vista de seu possuidor, dois atos: – venda, troca da mercadoria pelo dinheiro; – compra, troca do dinheiro pela mercadoria. E a unidade desses dois atos é: vender para comprar.

O que resulta desse negócio, para o tecelão, é que ele possui agora uma roupa em lugar do pano; isto é, uma outra mercadoria de valor igual ao da primeira, mas de utilidade diferente.

A troca da mercadoria implica, então, mudanças de forma, como segue:

$$\begin{array}{c} \text{Mercadoria} - \text{Dinheiro} - \text{Mercadoria} \\ M - D - M \end{array}$$

Considerado sob seu aspecto puramente material, o movimento conduz a $M - M$, troca de mercadoria por mercadoria, permuta de matérias do trabalho social. Tal é o resultado no qual vem se extinguir o fenômeno.

Teremos, agora, que examinar em separado cada uma das duas metamorfoses sucessivas que a mercadoria precisa atravessar.

$$M - D$$

PRIMEIRA METAMORFOSE DA MERCADORIA – VENDA

O valor da mercadoria salta de seu próprio corpo ao do ouro. É seu salto perigoso. Se falhar, não será ela, mas seu possuidor, quem sairá frustrado, porque, ao mesmo tempo que multiplicou todas as suas necessidades, a divisão social do trabalho diminuiu

5. Antiga moeda de ouro de 20 francos. (N. E.)

sua capacidade produtiva. É precisamente a razão pela qual seu produto lhe serve somente de valor de troca ou de equivalente geral. Todavia, seu produto somente adquire essa forma convertendo-se em dinheiro, e o dinheiro se acha no bolso de outros. Para tirá-lo de lá, é preciso, antes de tudo, que a mercadoria seja valor de uso para o comprador, que o trabalho nela despendido o tenha sido sob uma forma socialmente útil ou que seja legitimado como ramo da divisão social do trabalho. Mas a divisão do trabalho cria um organismo de produção espontânea, cujos fins foram e ainda são tecidos à revelia dos produtores de mercadorias.

Um produto satisfaz, hoje, uma necessidade social. Amanhã, poderá ser substituído, total ou parcialmente, por um produto rival. Pois mesmo que um trabalho, como o do nosso tecelão, goze de alto conceito na divisão social do trabalho, o valor de uso de seus 20 metros de pano nem por isso está garantido. Se a necessidade de pano na sociedade – necessidade que tem seu limite, como qualquer outra coisa –, já está saciada por tecelões rivais, o produto do nosso amigo torna-se supérfluo e conseqüentemente inútil. Suponhamos, entretanto, que a utilidade de seu produto seja constatada e que o dinheiro seja atraído pela mercadoria. Quanto dinheiro? Tal é, agora, a questão. É verdade que a resposta já se acha, por antecipação, no preço da mercadoria, expoente de sua quantidade de valor. Devemos desconsiderar o lado fraco do vendedor, eventuais erros de cálculo mais ou menos intencionais, os quais são, sem piedade, corrigidos no mercado. Suponhamos que ele tenha despendido apenas o tempo socialmente necessário para fabricar seu produto. O preço de sua mercadoria, portanto, não é outra coisa senão a denominação monetária do quantum de trabalho exigido em média por qualquer artigo da mesma espécie. Mas, à sua revelia e sem a permissão do nosso tecelão, os velhos processos empregados na tecelagem foram postos abaixo: o tempo de trabalho socialmente necessário ontem para a produção de um metro de pano não o é mais hoje, como o dono do dinheiro se apressa a lhe demonstrar por meio das tabelas de preços de seus concorrentes. Para sua desgraça, há muitos tecelões no mundo.

Mas suponhamos, enfim, que cada pedaço de pano que se encontra no mercado tenha custado apenas o tempo de trabalho socialmente necessário. Ainda assim, a soma total desses pedaços pode representar trabalho despendido em vão. Se o mercado não pode absorver todo o pano pelo preço normal de dois francos por metro, isso prova que uma parte excessiva do trabalho social foi despendida sob forma de tecido. O efeito é o mesmo que se obteria se cada tecelão em particular houvesse empregado para seu produto individual mais do que o trabalho socialmente necessário. Aplica-se aqui o provérbio alemão que diz: “Presos juntos, juntos enforcados”. Todo o pano do mercado constitui um único artigo de comércio do qual cada pedaço não passa de uma cota-parte.

Por isso, descobrem nossos possuidores de mercadorias que a mesma divisão do trabalho que faz deles produtores privados independentes torna a marcha da produção social, bem como as relações por ela criadas, completamente independente de suas vontades, de modo que a independência de uns perante outros encontra seu complemento obrigatório num sistema de dependência recíproca imposta pelas coisas.

A divisão do trabalho transforma o produto do trabalho em mercadoria e necessita, por isso mesmo, de sua transformação em dinheiro. Ao mesmo tempo, torna incerto o bom êxito dessa transubstanciação. Aqui, entretanto, estamos considerando o fenômeno em sua integralidade, e portanto devemos supor que sua marcha é normal. Aliás, se a mercadoria não é totalmente invendável, sua mudança de forma – sua metamorfose – sempre se faz, qualquer que venha a ser seu preço de venda.

Voltemos à troca: o que salta aos olhos é que mercadoria e ouro, 20 metros de pano e dois luíses, mudam de mão ou de lugar. A mercadoria realiza seu preço; quer dizer, compra ouro, porque venda é compra, diz Quesnay; ou vender é comprar. Logo, $M - D$ é, ao mesmo tempo, $D - M$.

Até aqui, a única relação econômica que conhecemos entre os homens é a de possuidores de mercadorias, relação na qual um homem só se apropria do produto do trabalho alheio vendendo o seu

próprio. Se, por conseguinte, um dos possuidores de mercadorias se apresenta ao outro como possuidor de dinheiro, é preciso que, de duas uma: ou o produto do seu trabalho possui por natureza a forma dinheiro, isto é, seu produto é ouro, prata etc., numa palavra, matéria de dinheiro; ou sua mercadoria já mudou de pele, foi vendida e, por isso mesmo, despojada de sua forma primitiva. Para funcionar como dinheiro, o ouro precisa se apresentar no mercado num ponto qualquer. Ele entra no mercado na própria fonte de sua produção; ou seja, lá onde é trocado como produto imediato do trabalho por um outro produto do mesmo valor.

Mas, a partir desse momento, o ouro representa sempre um preço realizado de mercadoria. Excetuada a troca por outras mercadorias na fonte de sua produção, o ouro é, nas mãos de cada produtor-possuidor de mercadoria, o produto de uma venda ou da primeira metamorfose da mercadoria, $M - D$. O ouro torna-se dinheiro ideal ou medida dos valores, porque as mercadorias exprimem nele seus valores e assim fazem dele sua figura valor imaginária, oposta a suas formas naturais de produtos úteis. Torna-se dinheiro real pela alienação universal das mercadorias. Esse movimento converte todas as mercadorias em ouro e, por isso mesmo, faz do ouro sua figura metamorfoseada, não mais na imaginação, mas na realidade. Tendo, então, desaparecido o último traço das formas usuais dessas mercadorias e dos trabalhos concretos que lhes deram origem, não restam mais do que amostras uniformes e indistintas do mesmo trabalho social. Tendo em mãos o dinheiro, não se pode dizer qual mercadoria foi nele convertida. O dinheiro, portanto, pode ser lama, apesar de a lama não ser dinheiro.

Suponhamos, agora, que as duas moedas de ouro, em troca das quais nosso tecelão alienou sua mercadoria, provenham da metamorfose de um saco de trigo. A venda do pano, $M - D$ é, ao mesmo tempo, sua compra, $D - M$. Uma vez vendido, o pano começa um movimento que termina no seu contrário, a compra da roupa. E uma vez comprado, o pano conclui um movimento que começou por seu contrário, a venda do trigo, $M - D$ (pano – di-

nheiro). Esta primeira fase, $M - D - M$ (pano – dinheiro – roupa) é, ao mesmo tempo, $D - M$ (dinheiro – pano), ou a última fase de um outro movimento $M - D - M$ (trigo – dinheiro – pano). A primeira metamorfose de uma mercadoria, sua passagem da forma mercadoria à forma dinheiro, é sempre uma segunda metamorfose inteiramente oposta de uma outra mercadoria, seu retorno da forma dinheiro à forma mercadoria.

$D - M$

SEGUNDA E ÚLTIMA METAMORFOSE – COMPRA

O dinheiro é a mercadoria que tem como característica a alienabilidade absoluta, porque é o produto da alienação universal de todas as outras mercadorias. Lê todos os preços às avessas e se reflete nos corpos de todas as outras mercadorias, tomando-as como a matéria que permite a ele próprio também se tornar valor de uso. Ao mesmo tempo, os preços, que são, por assim dizer, os olhares amorosos que as mercadorias lançam ao dinheiro, indicam o limite da convertibilidade do dinheiro; ou seja, sua própria quantidade. A mercadoria desaparece no ato de sua conversão em dinheiro e, por isso, o dinheiro de que dispõe um particular não deixa entrever, nem como caiu em sua mão, nem que coisa se transformou nele. É impossível sentir, *non olet*⁶, de onde ele provém. Se, por um lado, o dinheiro representa mercadorias vendidas, por outro lado representa também mercadorias a comprar.

$D - M$, a compra, é, ao mesmo tempo, venda, $M - D$. A última metamorfose de uma mercadoria é a primeira de outra. Para o nosso tecelão, o percurso de sua mercadoria termina na roupa, na qual converteu seus dois luíses. Mas o vendedor da roupa despende essa quantia em aguardente.

$D - M$, a última fase de $M - D - M$ (pano – dinheiro – roupa)

6. Pecunia non olet: o dinheiro não tem cheiro, em latim. (N. E.)

é, ao mesmo tempo, $M - D$, a primeira fase de $M - D - M$ (roupa – dinheiro – aguardente).

A divisão social do trabalho restringe cada produtor-possuidor de mercadoria à fabricação de um artigo especial que normalmente ele vende por atacado. Por outro lado, suas necessidades diversas e sempre renascentes forçam-no a empregar o dinheiro assim obtido em compras mais ou menos numerosas. Uma única venda torna-se o ponto de partida de diversas compras. A metamorfose final de uma mercadoria constitui assim uma soma de metamorfoses primárias de outras mercadorias.

Venda e compra são ato único e idêntico enquanto relação recíproca de duas pessoas diametralmente opostas, do possuidor da mercadoria e do possuidor do dinheiro. Como ações da mesma pessoa, venda e compra constituem dois atos diametralmente opostos. A identidade de venda e de compra traz como consequência que a mercadoria se torna inútil se, uma vez lançada na proveta alquímica da circulação, ela não sair daí como dinheiro. Se ninguém a compra, ninguém pode vendê-la. Essa identidade supõe, além disso, que o sucesso das transformações constitui um ponto de parada, um intervalo na vida da mercadoria, intervalo que pode durar pouco ou muito tempo. A primeira metamorfose de uma mercadoria sendo, ao mesmo tempo, venda e compra, é por isso mesmo separável de sua metamorfose complementar. O comprador tem a mercadoria, o vendedor tem o dinheiro; quer dizer, uma mercadoria dotada de uma forma que a torna sempre benquista no mercado, a qualquer momento que aí reapareça. Ninguém pode vender sem que outro compre; mas ninguém tem necessidade de comprar imediatamente porque vendeu.

A circulação quebra as barreiras pelas quais o tempo, o espaço e as relações de indivíduo a indivíduo restringem as trocas dos produtos. Mas como? No comércio de troca, ninguém pode alienar um produto sem que simultaneamente uma outra pessoa também aliene o seu. Introduzindo a antítese da venda e da compra, a circulação cinde a identidade imediata desses dois atos. Após ter vendido, não sou obrigado a comprar nem no mesmo lugar, nem

ao mesmo tempo, nem da mesma pessoa à qual vendi. É verdade que a compra é o complemento obrigatório da venda, mas não é menos verdade que sua unidade é a unidade dos contrários. Se a separação das duas fases mutuamente complementares da metamorfose das mercadorias se prolonga, se a cisão entre a venda e a compra se acentua, sua ligação íntima afirma-se por uma crise.

b) Curso do dinheiro

Desde que o vendedor completa a venda pela compra, o dinheiro escorrega-lhe também das mãos. O movimento impresso ao dinheiro pela circulação das mercadorias o impede, então, de realizar um circuito. A circulação o afasta da mão de seu possuidor sem jamais reconduzi-lo a ela. É verdade que, se o tecelão, após ter vendido 20 metros de pano e ter comprado a roupa, vender outra parte do pano, o dinheiro voltará a ser seu. Mas não provirá da circulação dos 20 metros de pano iniciais. Sua volta exige a renovação ou a repetição do mesmo movimento circulatório para uma nova parte de sua mercadoria, o qual termina da mesma forma que o anterior. O movimento impresso ao dinheiro pela circulação das mercadorias o afasta, portanto e constantemente, do seu ponto de partida, para fazê-lo passar sem cessar de uma mão a outra: é o fenômeno denominado curso do dinheiro (currency).

O curso do dinheiro é a repetição constante e monótona do mesmo movimento. A mercadoria está sempre do lado do vendedor, o dinheiro sempre do lado do comprador, como meio de compra. Nesse âmbito, sua função é realizar o preço das mercadorias. Realizando seus preços, ele as faz passar do vendedor para o comprador, enquanto ele próprio passa desse último ao primeiro, para recomençar idêntico movimento com outra mercadoria. É o dinheiro que parece fazer circular mercadorias imóveis por si próprias e transferi-las da mão onde são não-valores de uso para a mão em que elas são valores de uso, e isso numa direção sempre oposta à sua própria. O dinheiro afasta constantemente as mercadorias da esfera da circulação, colocando-se sempre no lugar delas e abandonando o seu. Ainda que o movimento do dinheiro seja apenas a expressão da circulação das

mercadorias, a circulação das mercadorias, pelo contrário, parece unicamente resultar do movimento do dinheiro.

Por outro lado, o dinheiro funciona como meio de circulação somente porque ele é a realização da forma valor das mercadorias. O movimento do dinheiro não é outra coisa senão o próprio movimento de forma das mercadorias, o qual, por conseguinte, deve se refletir e se tornar palpável no curso do dinheiro. É também o que acontece. O pano, por exemplo, muda primeiramente de sua forma mercadoria para sua forma dinheiro. O último termo de sua primeira metamorfose ($M - D$), a forma dinheiro, é o primeiro termo de sua última metamorfose, que é sua reconversão em mercadoria usual, em roupa ($D - M$). Mas cada uma dessas mudanças de forma se realiza por uma troca entre mercadoria e dinheiro ou por seu deslocamento recíproco. No primeiro ato, as mesmas peças de ouro permutam de lugar com o pano e, no segundo, com a roupa. Elas são deslocadas duas vezes. A primeira metamorfose do pano as faz entrar no bolso do tecelão, e a segunda metamorfose as faz sair. As duas mudanças de forma, inversas, sofridas pela mesma mercadoria, refletem-se, então, na dupla mudança de lugar, em direção oposta, das mesmas peças de ouro.

Na repetição freqüente do deslocamento das mesmas peças de ouro, não mais se reflete unicamente a série de metamorfoses de uma só mercadoria, mas também a engrenagem de semelhantes metamorfoses das mercadorias, agindo umas em relação às outras.

Em sua primeira mudança de forma, em seu primeiro passo na circulação, cada mercadoria desaparece para ser incessantemente substituída por outras. O dinheiro, pelo contrário, como meio de troca, mora sempre na esfera da circulação e nela transita sem cessar. Trata-se, agora, de saber qual é a quantidade de dinheiro que essa esfera pode conter.

Num país, diária e simultaneamente, e ao lado umas das outras, fazem-se vendas mais ou menos numerosas, ou seja, metamorfoses parciais de diversas mercadorias. O valor dessas mercadorias é expresso por seus preços; isto é, em quantias imaginárias de ouro. A soma de dinheiro exigida pela circulação de todas as mercadorias

presentes no mercado é, portanto, determinada pela soma total dos seus preços. O dinheiro representa realmente essa soma de ouro já expressa idealmente na soma dos preços das mercadorias. A igualdade dessas duas somas se compreende, portanto, por si própria. Sabemos, entretanto, que se os valores das mercadorias permanecerem constantes a variação de seus preços dependerá do valor do ouro (a matéria de que é feito o dinheiro), subindo proporcionalmente na baixa do ouro e descendo proporcionalmente à sua alta. Tais variações na soma dos preços a realizar acarretam necessariamente mudanças proporcionais na quantidade de dinheiro corrente. Essas mudanças provêm, em última instância, do próprio dinheiro, mas não por causa de sua função como instrumento da circulação, e sim porque ele funciona como medida do valor. Em casos semelhantes, há primeiramente mudanças no valor do dinheiro. Depois, o preço das mercadorias varia em razão inversa do valor do dinheiro. E, enfim, a massa do dinheiro em circulação varia na razão direta do preço das mercadorias.

Vê-se que a circulação possui uma porta pela qual o ouro (ou qualquer outra matéria de que seja feito o dinheiro) entra como mercadoria. Seu próprio valor é, então, determinado antes de funcionar como medida dos valores. Caso o seu valor venha a mudar, baixando, por exemplo, isso será percebido primeiramente na fonte de produção do metal precioso, no estágio em que ele é trocado por outras mercadorias. Os preços dessas mercadorias subirão, enquanto muitas outras mercadorias continuarão a ser avaliadas pelo valor passado, que se tornou ilusório do metal-dinheiro. Esse estado de coisas pode perdurar muito ou pouco tempo conforme o grau de desenvolvimento do mercado universal. Pouco a pouco, entretanto, uma mercadoria deve influir sobre a outra pela relação de seu valor com o da outra. Os preços ouro ou prata das mercadorias vão se equilibrando gradualmente com os seus valores comparativos, até o momento em que os valores de todas as mercadorias sejam, enfim, estimados segundo o novo valor do metal-dinheiro. Todo esse movimento é acompanhado por um aumento contínuo da quantidade de metal precioso que

vem substituir as mercadorias trocadas por ele. À medida, portanto, que a tabela corrigida dos preços das mercadorias se generaliza e que há, por conseguinte, alta geral dos preços, o acréscimo de metal exigido pela sua realização já se acha também disponível no mercado. Uma observação imperfeita dos fatos que se seguiram à descoberta das novas minas de ouro e de prata, nos séculos XVII e sobretudo XVIII, conduziu à conclusão errônea de que os preços das mercadorias haviam se elevado porque uma quantidade maior de ouro e de prata tinha ingressado no mercado como instrumento da circulação. Nas considerações que se seguem, o valor do ouro é supostamente dado no momento da fixação dos preços.

Uma vez admitido isso, a massa de ouro circulante será então determinada pelo preço total das mercadorias a realizar. Se o preço de cada espécie de mercadoria for dado, a soma total dos preços dependerá evidentemente da massa das mercadorias em circulação. Pode-se compreender, sem quebrar a cabeça, que se um saco de trigo custa 2 luíses, 100 sacos custarão 200 luíses e assim por diante, e que deve crescer a quantidade de ouro que troca de lugar com a massa de trigo, por ocasião da venda.

A massa das mercadorias sendo dada, as flutuações dos seus preços podem agir sobre a massa de dinheiro circulante. Essa massa subirá ou baixará conforme aumentar ou diminuir a soma total dos preços a realizar. Não é necessário, para isso, que os preços de todas as mercadorias subam ou baixem simultaneamente. A alta ou a baixa de um certo número de artigos principais basta para influir sobre a soma total dos preços a realizar. Quer reflita mudanças reais de valor, quer provenha de simples oscilações do mercado, a mudança de preço das mercadorias produz o mesmo efeito sobre a quantidade de dinheiro circulante.

Tomemos um certo número de vendas sem ligação recíproca – simultâneas e, por isso mesmo, efetuadas umas ao lado das outras – ou de metamorfoses parciais. Por exemplo, 1 saco de trigo, 20 metros de pano, 1 vestido, 4 tonéis de aguardente. Se cada artigo custa 2 luíses, a soma de seus preços é 8 luíses e, para realizá-los, é preciso injetar 8 luíses na circulação. Mas se,

em vez de metamorfoses parciais, essas mesmas mercadorias formarem a conhecida série de metamorfoses (1 saco de trigo – 2 luíses – 20 metros de pano – 2 luíses – 1 vestido – 2 luíses – 4 tonéis de aguardente – 2 luíses), então os mesmos 2 luíses fazem circular essas mercadorias diversas, na ordem indicada, realizando assim, sucessivamente, os seus preços e, no fim, vão parar na mão do destilador. As moedas de 2 luíses efetuam, assim, quatro giros.

O deslocamento quatro vezes repetido dos 2 luíses resulta de metamorfoses completas, entrelaçadas umas às outras, do trigo, do pano e do vestido, que findam pela primeira metamorfose da aguardente. Os movimentos, opostos e complementares uns aos outros, com os quais se forma tal série, produzem-se sucessiva e não simultaneamente. Necessitam de mais ou menos tempo para se efetuarem. A velocidade do curso do dinheiro mede-se, portanto, pelo número de ciclos das mesmas peças de dinheiro num dado tempo. Suponhamos que a circulação das quatro mercadorias se faça num dia. A soma dos preços a realizar é de 8 luíses, o número de giros de cada peça durante o dia é 4, a massa do dinheiro circulante é 2 luíses, e teremos então:

A soma dos preços das mercadorias, dividida pelo número de ciclos das peças de dinheiro de mesma denominação, em um determinado tempo, é igual à massa de dinheiro que exerce a função de meio de circulação.

Essa lei é geral. A circulação das mercadorias num país, num dado período, encerra muitas vendas isoladas (ou compras); isto é, metamorfoses parciais e simultâneas nas quais o dinheiro muda apenas uma vez de lugar ou realiza um único ciclo. Por outro lado, também há séries de metamorfoses mais ou menos ramificadas, ocorrendo lado a lado ou se entrelaçando umas às outras, nas quais as mesmas peças de dinheiro realizam ciclos mais ou menos numerosos. As peças isoladas, de que se compõe a soma total do

dinheiro em circulação, desenvolvem então graus de atividade muito diversos, mas o total das peças de cada denominação realiza, durante um período dado, certa soma de preços. Estabelece-se, portanto, uma velocidade média de circulação do dinheiro.

A massa de dinheiro que, por exemplo, é posta em circulação num dado momento, é naturalmente determinada pelo preço total das mercadorias vendidas lado a lado. Mas no decorrer mesmo da circulação, cada peça de dinheiro torna-se, por assim dizer, responsável pela sua “vizinha”. Se uma delas aumenta a velocidade de seu curso, a outra diminui, ou, então, é completamente rejeitada e posta para fora da esfera da circulação, posto que a circulação só pode absorver uma massa de ouro que, multiplicada pelo número médio de seus giros, é igual à soma dos preços a realizar. Se os ciclos do dinheiro aumentam, sua massa diminui; se seus ciclos diminuem, sua massa aumenta. Dada a velocidade média do dinheiro, a massa que pode funcionar como instrumento da circulação acha-se igualmente determinada. Bastará então, por exemplo, lançar na circulação certo número de notas de um Luís, para dele fazer sair outros tantos luíses em ouro – truque bem conhecido por todos os bancos.

A impulsão e a direção do curso do dinheiro são dadas, em geral, pela circulação das mercadorias. Assim também, a velocidade do curso do dinheiro é apenas o reflexo da velocidade das mudanças de forma das mercadorias, de sua contínua entrada nas séries de metamorfoses, do súbito desaparecimento das mercadorias da circulação e sua substituição, também súbita, por novas mercadorias. Na aceleração do curso do dinheiro, aparece assim a unidade fluida de fases opostas e complementares, transformação do aspecto uso das mercadorias em seu aspecto valor e retransformação de seu aspecto valor em seu aspecto uso, ou a unidade da venda e da compra como dois atos executados alternadamente pelos mesmos possuidores de mercadorias. Inversamente, a diminuição da velocidade do curso do dinheiro faz aparecer a separação desses fenômenos e sua tendência a se isolar um em oposição ao outro, a interrupção das mudanças de forma e, como consequência, das

permutas de matérias. Naturalmente, a circulação não deixa entrever de onde provém essa interrupção; ela só mostra o fenômeno. O leigo que, à medida que diminui a circulação do dinheiro, vê o dinheiro aparecer e desaparecer com menor freqüência de todos os pontos da periferia da circulação, é levado a procurar a explicação do fenômeno na quantidade insuficiente de metal circulante.

O quantum total do dinheiro, que funciona como instrumento de circulação num dado período, é portanto determinado, de um lado, pela soma dos preços de todas as mercadorias circulantes e, de outro, pela velocidade relativa de suas metamorfoses. Mas o preço total das mercadorias depende não só da massa, mas também dos preços de cada espécie de mercadoria. Esses três fatores: movimento dos preços, massa das mercadorias circulantes e, enfim, velocidade de circulação do dinheiro podem mudar em proporções e direções diversas. A soma dos preços a realizar e, por conseguinte, a massa dos meios de circulação por ela exigida podem, dessa forma, igualmente sofrer combinações numerosas, as quais só mencionaremos aqui as mais importantes da história dos preços.

Os preços permanecendo os mesmos, a massa dos meios de circulação pode aumentar, seja porque a massa das mercadorias circulantes aumente, seja porque a velocidade de circulação do dinheiro diminua ou porque essas duas circunstâncias operem em conjunto. Inversamente, a massa dos meios de circulação pode diminuir, se a massa das mercadorias diminuir ou se o dinheiro acelerar seu curso.

Os preços das mercadorias sofrendo uma alta geral, a massa dos meios de circulação pode permanecer a mesma, se a massa das mercadorias circulantes diminuir na mesma proporção da elevação dos preços, ou se a velocidade do curso do dinheiro aumentar tão rapidamente quanto a alta dos preços, enquanto a massa das mercadorias em circulação permanece a mesma. A massa dos meios de circulação também pode diminuir, seja porque a massa das mercadorias diminua, seja porque a velocidade de circulação do dinheiro cresça mais rapidamente que os preços

das mercadorias.

Os preços das mercadorias sofrendo uma baixa geral, a massa dos meios de circulação pode permanecer a mesma, se a massa das mercadorias crescer na mesma proporção que baixarem seus preços, ou se a velocidade de circulação do dinheiro diminuir na mesma proporção que os preços. A massa dos meios de circulação pode aumentar, se a massa das mercadorias crescer mais depressa, ou se a velocidade da circulação diminuir mais rapidamente do que baixarem os preços.

As variações dos diferentes fatores podem se compensar reciprocamente, de maneira que, apesar de suas perpétuas oscilações, a soma total dos preços a realizar permanece constante e, por conseguinte, também a massa de dinheiro em circulação. Com efeito, considerando-se períodos de maior duração, os desvios do nível médio encontrados são bem menores do que seria de se esperar à primeira vista, salvo fortes perturbações periódicas, que provêm quase sempre de crises industriais e comerciais, e, excepcionalmente, de uma variação do próprio valor dos metais preciosos.

Essa lei – de que a quantidade dos meios de circulação é determinada pela soma dos preços das mercadorias circulantes e pela velocidade média de circulação do dinheiro – conduz ao seguinte: sendo dadas a soma dos preços das mercadorias e a velocidade média de suas metamorfoses, a quantidade de metal precioso que circula como dinheiro depende do seu próprio valor.

A ilusão de que os preços das mercadorias são, pelo contrário, determinados pela massa dos meios de circulação, e essa massa, pela abundância dos metais preciosos num país, repousa originariamente na hipótese absurda de que as mercadorias e o dinheiro entram na circulação sem preço, e o dinheiro, sem valor, e que cada cota-parte da quantidade de mercadorias se troca em seguida pela mesma cota-parte da quantidade de metal-dinheiro.

c) O numerário ou as espécies – o símbolo de valor

As moedas têm sua origem na função desempenhada pelo

dinheiro como instrumento de circulação. Os pesos de ouro, por exemplo, representados, segundo o padrão oficial, nos preços ou denominações monetárias das mercadorias, devem fazer face a eles no mercado como espécies de ouro de mesma denominação, ou moedas. A cunhagem, da mesma forma que o estabelecimento do padrão dos preços, é uma tarefa que incumbe ao Estado. As diversas roupagens nacionais de que o ouro e a prata se revestem como dinheiro, mas das quais se despojam no mercado mundial, marcam bem a separação entre as esferas interiores, ou nacionais, e a esfera geral, internacional, de circulação das mercadorias.

O ouro amodado e o ouro em barra não se distinguem, à primeira vista, senão pela aparência, e o ouro pode sempre passar de uma à outra dessas formas.

Entretanto, saindo da Casa da Moeda, o numerário já se acha na direção do cadinho. Na circulação, as moedas de ouro ou de prata se desgastam, umas mais, outras menos. A cada passo que um luís, por exemplo, dá no seu caminho, ele perde alguma coisa de seu peso, embora conservando sua denominação. O título e a matéria, a substância metálica e a denominação monetária começam, assim, a se separar. Espécies do mesmo nome, não sendo mais do mesmo peso, tornam-se de valor desigual. O peso de ouro indicado pelo padrão dos preços não se acha mais no ouro que circula, o qual deixa, por isso mesmo, de ser o equivalente real das mercadorias cujos preços ele deve realizar. A história do dinheiro, da Idade Média e dos tempos modernos, até o século XVII, nada mais é do que a história dessa confusão. A tendência natural da circulação, de transformar as espécies de ouro numa aparência do que ele deveria ser, em mero símbolo do seu peso metálico oficial, é reconhecida pelas leis mais recentes relativas ao grau de perda do metal que põe as espécies fora de curso ou as desmonetiza.

Ao operar essa cisão entre o conteúdo real e o conteúdo nominal, entre a existência metálica e a existência funcional das moedas, o curso do dinheiro implica já, sob forma latente, a possibilidade de substituí-lo em sua função de numerário por fichas de metal barato etc. As dificuldades técnicas da moedagem de frações diminutas

de pesos de ouro ou de prata, aliadas à circunstância de que metais inferiores podem servir de medida do valor e circular como dinheiro, explicam historicamente por que moedas de metais inferiores desempenharam o papel de dinheiro simbólico, até o momento em que moedas de metais mais valiosos vinham destroná-las. Aquelas moedas desempenham o papel de ouro amoedado nas esferas da circulação em que o giro do numerário é mais rápido; em outras palavras, em que as vendas e as compras se renovam incessantemente na menor escala. Para impedir esses satélites de se estabelecer no lugar do ouro, as proporções em que eles podem ser aceitos em pagamento são determinadas por leis. Os círculos particulares percorridos pelas diversas espécies de dinheiro entrecruzam-se naturalmente. A moeda de troco, por exemplo, aparece para pagar frações de moedas de ouro; o ouro penetra constantemente na circulação do varejo, mas é dela constantemente rechaçado pela moeda de troco por ele permutada.

A quantidade de substância metálica das fichas de prata ou de cobre é determinada arbitrariamente pela lei. No seu curso, elas se desgastam ainda mais rapidamente do que as peças de ouro. Em virtude desse fato, sua função monetária torna-se, portanto, completamente independente de seu peso; isto é, de qualquer valor.

Todavia, e este é o ponto importante, essas fichas continuam a funcionar como substitutas das espécies de ouro. A função monetária do ouro, inteiramente destacada do seu valor metálico é, por conseguinte, um fenômeno produzido pelos atritos de sua própria circulação. Portanto, nessa função, ele pode ser substituído por coisas relativamente sem valor algum, tal como cédulas de papel. Se nas fichas metálicas o caráter puramente simbólico é até certo ponto dissimulado, no papel-moeda esse caráter se manifesta sem nenhum equívoco. Como se vê, é difícil apenas dar o primeiro passo.

Aludimos aqui apenas ao papel-moeda de curso forçado do Estado. Ele nasce espontaneamente da circulação metálica. A moeda de crédito, pelo contrário, supõe um conjunto de condições que, do ponto de vista da circulação simples das mercadorias, são

ainda desconhecidas para nós. Notemos de passagem que, se o papel-moeda propriamente dito provém da função do dinheiro como meio de circulação, a moeda de crédito encontra sua raiz natural na função do dinheiro como meio de pagamento.

O Estado põe em circulação notas de papel sobre as quais são inscritas denominações de numerário, tais como 1 luís, 3 luíses etc. Contanto que esses bilhetes circulem realmente em lugar do peso de ouro da mesma denominação, seu movimento reflete as leis do curso do ouro real. Uma lei especial sobre a circulação de papel-moeda só pode resultar do lugar que ele ocupa como representante do ouro ou da prata. E essa lei é muito simples: ela estabelece que a emissão de papel-moeda deve ser proporcional à quantidade de ouro (ou de prata) que esse papel-moeda simboliza e que deveria realmente circular. A quantidade de ouro que a circulação pode absorver oscila, é verdade, constantemente, acima ou abaixo de um certo nível médio. Entretanto, não cai nunca abaixo de um mínimo que a experiência faz conhecer em cada país. Que essa massa mínima renove incessantemente suas partes integrantes; quer dizer, que haja um vai-e-vem de moedas específicas que entram nela e dela saem, isso naturalmente não muda nada, nem em suas proporções nem em seu giro contínuo na esfera da circulação. Nada impede, portanto, substituí-la por símbolos de papel. Se, pelo contrário, os canais da circulação se encham de papel-moeda até o limite de sua faculdade de absorção pelo metal precioso, então a menor oscilação no preço das mercadorias poderá fazê-los transbordar. Todo padrão estará, a partir daí, perdido.

Deixando de lado o descrédito geral que pode atingi-lo, suponhamos que o papel-moeda ultrapasse a sua legítima proporção. Depois, como antes, esse papel-moeda representará apenas o quantum de ouro exigido pela circulação das mercadorias, de acordo com suas leis imanentes; ou seja, a quantidade de ouro que pode ser representada. Se, por exemplo, a massa total do papel é o dobro da que deveria ser, uma cédula de 100 francos, que representava 50 gramas de ouro, não representará mais do que 25 gramas. O

efeito é o mesmo que se produziria se o ouro, em sua função de padrão de preços, houvesse sido alterado.

O papel-moeda é símbolo de ouro ou símbolo de dinheiro. A relação que existe entre ele e as mercadorias consiste apenas no fato de que as mesmas quantidades de ouro, que são idealmente expressas nos preços das mercadorias, são simbolicamente representadas por ele. Portanto, o papel-moeda só é símbolo de valor quando representa quantidades de ouro que, como todas as outras quantidades de mercadorias, são também quantidades de valor. Perguntaríamos, talvez, a razão pela qual pode ser o ouro substituído por coisas sem valor, por simples símbolos. Mas ele é assim substituível exclusivamente em sua função de numerário ou meio de circulação. O caráter exclusivo dessa função não se realiza, é verdade, pelas moedas de ouro ou de prata tomadas em separado, ainda que se manifeste no fato de que espécies desgastadas continuem todavia a circular. Cada peça de ouro é simples instrumento de circulação somente enquanto circula. A coisa é bem diferente com a massa de ouro mínima que pode ser substituída pelo papel-moeda. Essa massa pertence sempre à esfera da circulação, funciona incessantemente como seu instrumento e existe em exclusividade como sustentáculo dessa função. Assim, o movimento dessa massa representa apenas a alternância continuada das fases opostas da metamorfose $M - D - M$, na qual a figura do valor das mercadorias confronta-as somente para desaparecer logo em seguida; na qual a substituição de uma mercadoria por outra faz o dinheiro escorregar incessantemente de uma mão para outra. Sua existência funcional absorve, por assim dizer, sua existência material. Reflexo fugidio dos preços das mercadorias, o dinheiro funciona somente como símbolo de si mesmo e, por conseguinte, pode ser substituído por símbolos. É preciso, somente, que o símbolo do dinheiro seja, como ele, socialmente válido, e isto se estabelece por meio do curso forçado. Essa função coercitiva do Estado só pode se exercer na esfera nacional da circulação, mas também é somente aí que pode se isolar a função que o dinheiro satisfaz como numerário.

A MOEDA OU DINHEIRO⁷

Até aqui, temos considerado o metal precioso sob o duplo aspecto de medida dos valores e de instrumento de circulação. Ele preenche a primeira função como dinheiro ideal e pode ser representado, na segunda, por símbolos. Mas há funções em que ele deve se apresentar em seu corpo metálico como equivalente real das mercadorias ou como mercadoria-dinheiro. Há, ainda, uma outra função que ele pode preencher por si só ou por meio de suplentes, mas na qual ele se defronta sempre, diante das mercadorias usuais, como a única encarnação adequada do valor dessas mercadorias. Em todos esses casos, diremos que ele funciona como moeda ou dinheiro propriamente dito, em oposição às suas funções de medida de valores e de numerário.

a) Entesouramento

O movimento circulatório das duas metamorfoses opostas das mercadorias ou a alternância continuada de venda e compra manifesta-se pelo curso infatigável do dinheiro; isto é, em sua função de *perpetuum mobile*, de motor perpétuo da circulação. Ele se imobiliza ou se transforma, como diz Boisguillebert⁸, de móvel em imóvel, de numerário em moeda ou dinheiro, desde que a série das metamorfoses seja interrompida, desde que uma venda não seja seguida de uma subsequente compra.

Desde que se desenvolve a circulação das mercadorias, desenvolvem-se também a necessidade e o desejo de fixar e conservar o produto da primeira metamorfose, a mercadoria trocada em crisálida de ouro ou de prata. Vendem-se, portanto, mercadorias, não somente para com elas comprar outras, mas também para substituir a forma mercadoria pela forma dinheiro. O dinheiro impedido de circular petrifica-se, por assim dizer, tornando-se tesouro, e o vendedor se transforma em entesourador.

7. Karl Marx, *Le Capital*, capítulo III, item 3.

É sobretudo na infância da circulação que somente os valores de uso supérfluos são trocados pela mercadoria dinheiro. O ouro e a prata tornam-se assim, por si mesmos, expressão social do supérfluo e da riqueza. Essa forma ingênua de entesouramento eterniza-se entre os povos, cujo modo tradicional de produção satisfaz diretamente um círculo estreito de necessidades estacionárias. Há pouca circulação e muito entesouramento. É o que se dá entre os asiáticos, notadamente entre os indianos.

Desde que a produção de mercadorias atinja certo desenvolvimento, cada produtor deve fazer provisão de dinheiro. É então o “penhor social”, o *nervus verum*, o nervo das coisas. Com efeito, as necessidades do produtor renovam-se sem cessar e sem cessar impõem para ele a compra de mercadorias de outros produtores, enquanto a produção e a venda das suas próprias mercadorias exigem certo prazo de tempo e dependem de mil acasos. Para comprar sem vender, ele deve, primeiramente, ter vendido sem comprar. Parece contradição que essa operação possa se realizar de uma maneira generalizada. Os metais preciosos, entretanto, são trocados em sua fonte de produção por outras mercadorias. Aqui a venda (do lado do possuidor de mercadorias) ocorre sem compra (do lado do possuidor de ouro e de prata). E vendas posteriores, não completadas por compras subseqüentes, fazem apenas com que os metais preciosos se distribuam entre todos os possuidores de mercadorias. Dessa maneira, nas relações de negócios, em todos os pontos, formam-se reservas de ouro e de prata nas mais diversas proporções. A possibilidade de reter e de conservar a mercadoria como valor de troca, ou o valor de troca como mercadoria, desperta a paixão do ouro. À medida que se estende a circulação das mercadorias, também aumenta o poder do dinheiro, forma absoluta e sempre disponível da riqueza social. “O ouro é uma coisa maravilhosa! Quem o possui é senhor de tudo que deseja. Por meio do ouro, pode-se até abrir às almas as

8. Pierre Boisguillebert (1646-1714), magistrado francês. (N. E.)

portas do paraíso.” (Colombo, Carta da Jamaica, 1503)

O aspecto do dinheiro, em nada deixando entrever o que nele foi transformado tudo – mercadoria ou não –, transforma-se em dinheiro. Não há nada que não seja venal, que não se deixe vender e comprar! A circulação torna-se o grande cadinho social, onde tudo se precipita para dele sair transformado em cristal monetário. Nada resiste a essa alquimia, nem mesmo os ossos dos santos e ainda menos as coisas sacrossantas mais delicadas, *res sacrosanctae, extra commercium hominum*⁹. Da mesma forma que qualquer diferença de qualidade entre as mercadorias se apaga no dinheiro, ele, nivelador radical, apaga todas as distinções. Mas o próprio dinheiro é também mercadoria, uma coisa que pode cair nas mãos de qualquer um. O poder social torna-se, assim, poder privado dos particulares. Por isso, a sociedade antiga o denunciava por ser o agente subversivo, o dissolvente mais ativo de sua organização econômica e de seus costumes populares.¹⁰

A sociedade moderna saúda no ouro seu Santo Graal, a encarnação deslumbrante do próprio princípio de sua vida.

A mercadoria, como valor de uso, satisfaz uma necessidade particular e constitui um elemento particular da riqueza material. Mas o valor da mercadoria mede o grau de sua força de atração sobre todos os elementos dessa riqueza, e, por conseguinte, mede a riqueza social de quem a possui. O possuidor de mercadoria mais ou menos bárbaro, incluindo o camponês da Europa Ocidental não sabe de modo algum separar o valor de sua forma. Para ele, um aumento de sua reserva de ouro e prata significa acréscimo de valor. Por certo, o valor do metal precioso muda em consequência das variações sobrevindas, quer no seu próprio valor, quer no valor das mercadorias. Mas isso não impede, de um lado, que 200 gramas de ouro contenham, tanto antes como depois, mais valor do que 100 gramas, 300 mais que 200, e assim por diante. Nem, por outro lado, que a forma metálica do dinheiro permaneça a forma

9. Coisa santa, fora do comércio humano. (N. E.)

equivalente geral de todas as mercadorias, a encarnação social de qualquer trabalho humano. A propensão para entesourar não tem, por sua natureza, nem regra nem medida. Considerado, do ponto de vista da qualidade ou da forma, representante universal da riqueza material, o dinheiro não tem limitações porque é imediatamente transformado em qualquer espécie de mercadorias. Mas cada quantia real em dinheiro tem seu limite quantitativo e, portanto, tem apenas um poder restrito de compra. Essa contradição entre a quantidade sempre definida e a qualidade de poder infinito do dinheiro conduz incessantemente o entesourador ao trabalho de Sísifo. Ele é como o conquistador para quem cada nova conquista conduz somente a uma nova fronteira a ser ultrapassada.

Para reter e conservar o metal precioso, como dinheiro e, por conseguinte, como elemento de entesouramento, é preciso impedi-lo de circular ou de se decompor, como meio de compra, em meios de satisfação. O entesourador sacrifica, então, a esse ídolo todas as inclinações de sua carne. Ninguém mais do que ele leva a sério o evangelho da renúncia. Por outro lado, ele não pode tirar da circulação, em dinheiro, mais do que lhe dá em mercadorias. Quanto mais produz, mais ele pode vender. Trabalho árduo, economia, avareza, tais são suas virtudes cardeais. Vender muito, comprar pouco, tal é a soma de sua economia política.

O tesouro não tem apenas uma forma bruta, tem também uma forma estética. É a acumulação de obras de ourivesaria, que se desenvolve com o acréscimo da riqueza social. “Sejamos ricos ou pareçamos ricos” (Diderot). Formam-se assim, de um lado, um mercado sempre mais extenso para os metais preciosos e, de outro, uma fonte latente de provisionamento à qual se recorre nos períodos de crise social.

10. “Nada, como o dinheiro, tem suscitado entre os homens leis más e maus costumes. É ele que introduz a discórdia nas cidades e expulsa os habitantes de suas moradas. É ele que desvia as mais belas almas para tudo quanto há de vergonhoso e de funesto ao homem e lhe ensina a extrair de cada coisa o mal e a impiedade” (Sófocles, *Antígona*).

Na economia da circulação metálica, o entesouramento preenche as mais diversas funções. A primeira se origina das condições que presidem o curso das moedas. Vimos como a massa do dinheiro corrente aumenta ou diminui com as flutuações constantes que a velocidade de circulação e os preços das mercadorias experimentam. É preciso, portanto, que essa massa de numerário seja capaz de contração e de expansão.

Às vezes, parte do dinheiro deve sair da circulação, às vezes deve nela entrar de novo. Para que a massa de dinheiro corrente corresponda sempre ao grau de saturação exigido pela esfera da circulação, a quantidade de ouro ou de prata que normalmente circula deve formar apenas parte do metal precioso existente num país. É pela forma tesouro do dinheiro que essa condição é satisfeita. Os reservatórios de tesouros servem ao mesmo tempo de canais de descarga e de irrigação, de modo que os canais de circulação jamais transbordem.

b) Meio de pagamento

Na forma imediata da circulação das mercadorias examinada até aqui, o mesmo valor se apresenta sempre sob dupla forma, mercadoria num pólo, dinheiro noutro. Os possuidores das mercadorias entram em relação como representantes de coisas que já se encontram como equivalentes em face umas das outras. À medida, entretanto, que a circulação se desenvolve, também se desenvolvem circunstâncias que tendem a separar por um intervalo de tempo a alienação da mercadoria e a realização de seu preço. Os exemplos mais simples bastam-nos aqui. Uma espécie de mercadoria exige mais tempo para sua produção, outra exige menos. As estações de produção não são as mesmas para todas as mercadorias. Se uma mercadoria se origina no mesmo lugar do seu mercado, uma outra deve viajar e se apresentar num mercado longínquo. Pode então acontecer que um dos possuidores de mercadorias esteja prestes a vender, enquanto o outro não tem ainda os meios para comprar. Quando as mesmas transações se renovam constantemente entre as mesmas pessoas, as condições

da venda e da compra das mercadorias serão reguladas pouco a pouco, segundo as condições da sua produção. Por outro lado, o uso de certas espécies de mercadoria, de uma casa, por exemplo, é alienado por certo período, e é somente após a expiração do contrato de aluguel que o comprador obteve realmente o valor de uso estipulado. Ele compra, portanto, antes de pagar. Um dos possuidores de mercadorias vende uma mercadoria existente, o outro compra como representante do dinheiro que está para chegar. O vendedor torna-se credor, e o comprador, devedor. Como a metamorfose da mercadoria toma aqui novo aspecto, o dinheiro também adquire nova função. Torna-se meio de pagamento.

As características do credor e do devedor provêm aqui da circulação simples. A mudança de sua forma imprime ao vendedor e ao comprador seu novo caráter. Inicialmente, esses novos papéis são tão passageiros quanto os precedentes e são desempenhados, alternadamente, pelos mesmos atores, mas não têm mais um aspecto tão simples, e sua oposição torna-se mais suscetível de consolidar. Os mesmos caracteres podem também se apresentar independentemente da circulação das mercadorias. No mundo antigo, o movimento da luta das classes tem, sobretudo, a forma de um combate sempre renovado entre os credores e os devedores e termina, em Roma, pela derrota e ruína do devedor plebeu que se torna escravo. Na Idade Média, a luta acaba pela ruína do devedor feudal, que perde seu poder político logo que desaba a base econômica sobre a qual se apoiava. Essa relação monetária de credor a devedor, nessas duas épocas, não faz mais que refletir na superfície antagonismos mais profundos.

Voltemos à circulação das mercadorias. Cessou o aparecimento simultâneo dos equivalentes, mercadoria e dinheiro, nos dois pólos da venda. Agora o dinheiro funciona, em primeiro lugar, como medida do valor na fixação do preço da mercadoria vendida. Esse preço, estabelecido por contrato, mede a obrigação do comprador; em outras palavras, a soma em dinheiro que deverá pagar na data definida.

Em segundo lugar, o dinheiro funciona como meio de compra

ideal. Apesar de existir somente na promessa do comprador, ele produz, todavia, o deslocamento da mercadoria. É apenas no vencimento da letra (compromisso) que ele entra na circulação, como meio de pagamento; quer dizer, passa da mão do comprador para a do vendedor. O meio de circulação tinha se transformado em tesouro, porque o movimento da circulação tinha parado em sua primeira metade. O meio de pagamento entra na circulação, mas somente depois de a mercadoria ter saído dela. O vendedor transformava a mercadoria em dinheiro para satisfazer suas necessidades, o entesourador para conservar a mercadoria sob forma de equivalente geral, o comprador-devedor, enfim, para poder pagar. Se não pagar, seus bens serão executados pela Justiça. A conversão da mercadoria em sua forma valor, em dinheiro, torna-se, assim, uma necessidade social que se impõe ao produtor-permutador independentemente de suas necessidades e de suas fantasias pessoais.

Suponhamos que o camponês compre do tecelão 20 metros de pano pelo preço de 2 luíses, que também é o preço de 250 gramas de trigo, e que pague o tecelão depois de um mês. O camponês transforma seu trigo em pano antes de tê-lo transformado em dinheiro. Ele realiza, então, a última metamorfose de sua mercadoria antes da primeira. Em seguida, vende trigo por 2 luíses, que paga ao tecelão na data do vencimento convencionado. Aqui, o dinheiro real não serve mais a ele de intermediário para trocar o pano pelo trigo. Isso já está feito. Para o camponês, o dinheiro, considerado a forma absoluta do valor que ele deve fornecer, a mercadoria universal é, pelo contrário, a última fase da transação. Quanto ao tecelão, sua mercadoria circulou e realizou seu preço, mas somente sob a forma de um título que proveio do direito civil. Ela entrou no consumo de outrem antes de ser transformada em dinheiro. A primeira metamorfose de seu pano fica, portanto, suspensa e só se realiza mais tarde, no data de vencimento da dívida do camponês.

As obrigações vencidas num período determinado representam a soma dos preços das mercadorias vendidas. A quantidade de di-

nhheiro necessária para realizar essa quantia depende, em primeiro lugar, da velocidade de circulação dos meios de pagamento. Duas circunstâncias a regulam: (a) o encadeamento das relações entre credor e devedor, como quando A, por exemplo, que recebe dinheiro do seu devedor B, passa-o a seu credor C, e assim por diante; e (b) o intervalo de tempo que separa as diversas datas nas quais se efetuam os pagamentos. A série dos pagamentos consecutivos, ou das primeiras metamorfoses suplementares, distingue-se inteiramente do entrecruzamento das séries de metamorfoses que analisamos em primeiro lugar.

Não somente o curso do dinheiro exprime a conexão entre vendedores e compradores, mas essa conexão nasce do próprio curso do dinheiro. Já o movimento dos meios de pagamento exprime, pelo contrário, um conjunto de relações sociais preexistentes.

A simultaneidade e a contigüidade das vendas (ou compras), que fazem com que a quantidade dos meios de circulação não possa mais ser compensada pela velocidade do seu curso, formam uma nova alavanca na economia dos meios de pagamento. Com a concentração dos pagamentos sobre uma mesma praça, instituições e métodos se desenvolvem espontaneamente para balancear uns pelos outros. Tal era, por exemplo, em Lyon, na Idade Média, o papel dos *virements*¹¹. Os créditos de A contra B, de B contra C, de C contra A, e assim por diante, precisam apenas ser confrontados para se anular reciprocamente, numa certa medida, como quantidades positivas e negativas. Assim, nada mais resta além de um saldo de contas a pagar. Quanto maior for a concentração dos pagamentos, relativamente menor será seu balanço, e por isso mesmo menor será a massa dos meios de pagamento em circulação.

A função do dinheiro como meio de pagamento implica uma contradição sem meio termo. Enquanto os pagamentos se balanceiam, ele funciona somente de maneira ideal, como dinheiro de conta e medida de valores. Logo que os pagamentos devam se efetuar realmente, ele não mais se apresenta como simples meio de circulação, como forma transitória que serve de intermediária ao deslocamento dos produtos, mas intervém como encarnação

individual do trabalho social, única realização do valor de troca, mercadoria absoluta. Essa contradição explode no momento das crises industriais ou comerciais, ao que se deu o nome de crise monetária.

Ela só se produz nas situações em que o encadeamento dos pagamentos se desenvolveu junto com um sistema especialmente montado para compensá-los reciprocamente. Se esse mecanismo se desarranjar, por uma causa qualquer, logo, por uma reviravolta brusca e sem transição, o dinheiro deixará de funcionar sob sua forma puramente ideal de dinheiro de conta. Ele passa a ser reclamado como dinheiro corrente e não pode mais ser substituído por mercadorias profanas. A utilidade da mercadoria não mais importa para nada, e seu valor desaparece diante do que é apenas a forma do seu valor. Ainda na véspera, o burguês, com a presunção que lhe dá a prosperidade, declarara que o dinheiro é uma vã ilusão. Só a mercadoria é dinheiro, gritava ele. Só o dinheiro é mercadoria! Tal é agora o grito que ecoa no mercado do mundo. Como o cervo sedento clama pela fonte de água pura, assim sua alma clama em altos gritos pelo dinheiro, a só e única riqueza. A oposição existente entre a mercadoria e sua forma valor é levada ao extremo durante a crise. Então, a forma particular que o dinheiro assume não tem a menor importância. A penúria monetária é a mesma, quer seja preciso pagar em ouro ou em dinheiro de crédito, como títulos bancários.

Se examinarmos agora a soma total do dinheiro que circula num período determinado, verificaremos que, sendo dada a velocidade de circulação dos meios de circulação e dos meios de pagamento, ela é igual à soma dos preços das mercadorias a realizar, mais a soma dos pagamentos vencidos, menos a soma dos pagamentos que se compensam, menos, enfim, o emprego, duplo ou mais freqüente, das mesmas peças de dinheiro para a dupla função de meio de circulação e meio de pagamento. Por exemplo, o cam-

11. Poder de transferir parcelas de uma conta bancária para outra. (N. E.)

ponês vendeu seu trigo por 2 luíses, que operam como meio de circulação. No vencimento do seu compromisso com o tecelão, ele salda sua dívida com esses mesmos 2 luíses, que funcionam agora como meio de pagamento. O tecelão compra com eles uma roupa, e nessa compra os 2 luíses funcionam de novo como meio de circulação, e assim por diante.

Estabelecendo-se a velocidade da circulação do dinheiro, o balanço dos pagamentos e os preços das mercadorias, vê-se que a massa das mercadorias em circulação não corresponde mais à massa do dinheiro corrente num certo período, um dia, por exemplo. Circula dinheiro, que representa mercadorias há muito retiradas de circulação. Circulam mercadorias, cujo equivalente em dinheiro só muito mais tarde se apresentará. Por outro lado, as dívidas contraídas e as dívidas vencidas a cada dia são de grandezas inteiramente incomensuráveis.

O dinheiro de crédito encontra sua fonte imediata na função do dinheiro como meio de pagamento. Os próprios certificados que registram dívidas contraídas por mercadorias vendidas circulam para transferir os créditos a outras pessoas. À medida que se estende o sistema de crédito, desenvolve-se cada vez mais a função desempenhada pelo dinheiro como meio de pagamento. Como tal, ele assume formas particulares com as quais entra na esfera das grandes transações comerciais, enquanto as moedas de ouro e de prata são empurradas principalmente para a esfera do comércio a varejo.

Quanto mais a produção mercantil se desenvolve e se expande, menos a função do dinheiro como meio de pagamento se restringe à esfera de circulação dos produtos. O dinheiro torna-se a mercadoria geral dos contratos. As rendas, os impostos etc., pagos até então in natura, passam a ser pagos em dinheiro. Um fato que demonstra, entre outros, quanto essa mudança depende das condições gerais da produção é que o império romano fracassou por duas vezes na tentativa de coletar em dinheiro todos os tributos. A enorme miséria da população rural da França, sob Luís XIV, denunciada com tanta eloquência por Boisguillebert, o marechal

Vauban etc., não somente provinha da elevação dos impostos, mas também da substituição de seu pagamento da forma natural pela sua forma monetária.¹² Na Ásia, a renda imobiliária constitui o principal fato gerador de impostos e é paga in natura. Em contrapartida, essa forma de renda mantém o antigo modo de produção, baseado em relações de produção estacionárias. Esse é um dos segredos da manutenção do império turco. Basta o livre comércio, outorgado pela Europa ao Japão, acarretar a conversão da renda-natural em renda-dinheiro, e terá fim de uma vez a agricultura modelo daquele país – ela sobrevive em condições econômicas demasiadamente estreitas para resistir a uma tal revolução.

Estabelecem-se em cada país certos dias de vencimentos gerais nos quais os pagamentos se fazem em larga escala. Se alguns desses dias forem puramente convencionais, eles todavia repousam, em geral, nos movimentos periódicos e circulatórios da reprodução, ligados às mudanças periódicas das estações etc. Essas datas gerais regulam, igualmente, a época dos pagamentos que não resultam diretamente da circulação das mercadorias, tais como os da renda do aluguel, dos impostos etc. A quantidade de dinheiro exigida em certos dias do ano por esses pagamentos, disseminados sobre toda a superfície de um país, ocasiona perturbações periódicas, porém inteiramente superficiais.

Resulta da lei sobre a velocidade do curso dos meios de pagamento que, para todos os pagamentos periódicos, qualquer que seja sua origem, a massa dos meios de pagamento necessários está na razão inversa do comprimento dos períodos. A função desempenhada pelo dinheiro como meio de pagamento impõe a acumulação das somas exigidas pelas datas de vencimento. Ao mesmo tempo que elimina o entesouramento como forma de

12. “O dinheiro tornou-se o carrasco universal.” [...] “As finanças são o alambique que fez evaporar uma quantidade espantosa de bens e de produtos.” [...] “O dinheiro declara guerra a todo o gênero humano.” (Boisguillebert, *Dissertation sur la nature des richesses, de l'argent et des tributs*, Daire; *Economistes financiers*, Paris, 1843, p. 413, 417, 419).

enriquecimento, o progresso da sociedade burguesa o desenvolve sob a forma de reserva dos meios de pagamento.

c) O dinheiro universal

Ao sair da esfera nacional da circulação, o dinheiro despoja-se das formas locais de que se havia revestido – forma de numerário, de moeda de troco, de padrão dos preços e símbolo de valor – para retornar à sua forma primitiva de barra ou lingote. É no comércio entre nações que o valor das mercadorias se realiza universalmente. É aí também que a forma valor das mercadorias se apresenta a elas sob o aspecto de dinheiro universal – dinheiro do mundo (money of the world), como a chama James Stewart, dinheiro da grande república comercial, como dizia depois dele Adam Smith. É no mercado do mundo, e somente, aí que o dinheiro funciona, com toda a força do termo, como a mercadoria cuja forma natural é, ao mesmo tempo, a encarnação social do trabalho humano em geral. Sua maneira de ser torna-se aí adequada ao seu conceito idealizado.

Na esfera nacional da circulação, somente uma única mercadoria pode servir de medida de valor e, por conseguinte, de dinheiro. No mercado do mundo, reina uma dupla medida de valor: o ouro e a prata.

O dinheiro universal desempenha as três funções – de meio de pagamento, de meio de compra e de matéria social da riqueza em geral (universal wealth). Quando se trata de saldar as balanças internacionais, a primeira função predomina. Daí, a palavra de ordem do sistema mercantil – balança de comércio. Essencialmente, o ouro e a prata servem como meio de compra internacional em todas as vezes que se desarranja o equilíbrio ordinário na troca de produtos entre diversas nações. Enfim, o ouro e a prata funcionam como forma absoluta da riqueza quando não se trata mais nem de compra nem de pagamento, mas de transferir riqueza de um país para outro, e essa transferência não pode se realizar sob forma de mercadoria, quer pelas eventualidades do mercado, quer pelo próprio fim almejado.

Cada país precisa de um fundo de reserva para seu comércio exterior, da mesma forma que para sua circulação interna. As funções dessas reservas decorrem da função do dinheiro, internamente como meio de circulação e de pagamento; e no exterior como dinheiro universal. Nessa última função, o dinheiro material; ou seja, o ouro e a prata, é sempre exigido. Eis porque James Stewart, para distinguir o ouro e a prata de seus substitutos puramente locais, designa-os expressamente sob o nome de *money of the world*.

O rio de prata e de ouro possui uma dupla corrente. De um lado, ele se expande desde sua fonte até o mercado do mundo, onde as diferentes esferas nacionais o desviam em proporções diversas, para que penetre nos seus canais de circulação interna, substitua suas moedas desgastadas, forneça a matéria dos artigos de luxo e, enfim, se petrifique sob forma de tesouro. Essa primeira direção foi nele impressa pelos países cujas mercadorias se trocam diretamente por ouro e prata em suas fontes de produção. Ao mesmo tempo, os metais preciosos correm de um lado a outro, sem fim nem descanso, percorrendo as esferas de circulação dos diferentes países, num movimento que segue as oscilações incessantes do curso do câmbio.

Os países em que a produção atingiu um alto grau de desenvolvimento restringem, ao mínimo exigido por suas funções específicas, os tesouros enterrados nos verdadeiros reservatórios que são os bancos. Salvo certas exceções, o transbordamento desses reservatórios, abastecidos muito acima de seu nível médio, é sinal de estagnação na circulação das mercadorias ou de interrupção no curso de suas metamorfoses.

O CAPITAL

SEGUNDA PARTE

A TRANSFORMAÇÃO DO DINHEIRO EM CAPITAL

CAPÍTULO IV – A FÓRMULA GERAL DO CAPITAL¹

A circulação das mercadorias é o ponto de partida do capital. Ele só aparece no lugar onde a produção mercantil e o comércio já atingiram certo grau de desenvolvimento. A história moderna do capital data da criação do comércio e do mercado dos dois mundos no século XVI.

Quando se estuda historicamente o capital, em suas origens, vamos encontrá-lo, por todos os lados, confrontando-se com a propriedade imobiliária sob forma de dinheiro, seja como fortuna em dinheiro, seja como capital comercial, seja como capital usurário. Hoje, como outrora, todo capital novo entra em cena; isto é, no mercado – mercado dos produtos, mercado do trabalho, mercado do dinheiro –, sob forma de dinheiro, dinheiro que deve se transformar em capital por meio de processos especiais.

Dinheiro como dinheiro e dinheiro como capital só se distinguem à primeira vista por suas diferentes formas de circulação.

1. Karl Marx, *Le Capital*, capítulo IV, edição francesa; capítulo IV, item 1, 4ª edição alemã.

A forma imediata da circulação das mercadorias é $M - D - M$: transformação da mercadoria em dinheiro e retransformação do dinheiro em mercadoria; vender para comprar. Mas, ao lado dessa forma, encontra-se outra inteiramente distinta; ou seja, a forma

$D - M - D$
dinheiro – mercadoria – dinheiro,

transformação de dinheiro em mercadoria e retransformação da mercadoria em dinheiro, comprar para vender. Todo dinheiro que, em seu movimento, descreve esse último círculo, transforma-se em capital, torna-se capital e, por sua destinação, já é capital.

Consideremos mais de perto a circulação $D - M - D$. Como na circulação simples, ela percorre duas fases opostas. Na primeira fase, $D - M$ (compra), o dinheiro é transformado em mercadoria. Na segunda, $M - D$ (venda), a mercadoria é transformada em dinheiro. A unidade dessas duas fases se exprime pelo movimento que troca dinheiro por mercadoria e, depois, a mesma mercadoria pelo dinheiro; compra para vender ou, ainda, desprezando-se as diferenças formais entre compra e venda, essa unidade se exprime pelo movimento que compra a mercadoria com dinheiro e o dinheiro com a mercadoria.

Esse movimento acarreta a troca do dinheiro por dinheiro, $D - D$. Se eu compro 1.000 quilos de algodão por 100 luíses e, em seguida, vendo esses 1.000 quilos de algodão por 110 luíses, troquei, em definitivo, 100 luíses por 110 luíses; quer dizer, dinheiro por dinheiro.

Não é preciso dizer que a circulação $D - M - D$ seria sem sentido se a idéia fosse, por semelhante rodeio, trocar quantias de dinheiro equivalentes, por exemplo, 100 luíses por 100 luíses. Melhor que isso seria seguir o método do entesourador, que guarda solidamente os seus 100 luíses, em vez de expô-los aos riscos da circulação. Mas, por outro lado, quer revenda o mercador por 110 luíses o algodão que comprou por 100 luíses, quer seja obrigado a entregá-lo por 100 e mesmo somente por 50 luíses, em

todos esses casos seu dinheiro descreve sempre um movimento particular e original, inteiramente diferente do percorrido pelo dinheiro do fazendeiro quando vende seu trigo e compra uma roupa, por exemplo.

O que distingue, em primeiro lugar, os movimentos $M - D - M$ e $D - M - D$ é a ordem inversa das mesmas fases opostas. A circulação simples começa pela venda e termina pela compra; a circulação de dinheiro como capital começa pela compra e finaliza pela venda. Lá, a mercadoria constitui o ponto de partida e o ponto de retorno; aqui, é o dinheiro que faz esse ciclo. Na primeira forma, o dinheiro serve de intermediário; na segunda, é a mercadoria.

Enfim, na circulação $M - D - M$, o dinheiro é convertido em mercadoria que serve de valor de uso. Ele é, portanto, definitivamente despendido. Na forma inversa, $D - M - D$, o comprador dá seu dinheiro para retomá-lo como vendedor. Pela compra da mercadoria, ele lança na circulação o dinheiro que, em seguida, retira pela venda da mesma mercadoria. Se ele o deixa partir, é somente com a premeditação pífida de tornar a alcançá-lo. Esse dinheiro é, portanto, simplesmente emprestado.

O refluxo do dinheiro ao seu ponto de partida não depende de que a mercadoria seja vendida mais cara do que foi comprada. Essa circunstância só influi sobre a grandeza da soma que volta ao ponto de partida. Em si, o fenômeno do refluxo ocorre desde que a mercadoria comprada seja de novo vendida, isto é, desde que o círculo $D - M - D$ esteja completado. Eis aí uma diferença palpável entre a circulação do dinheiro como capital e sua circulação simplesmente como dinheiro.

O círculo $M - D - M$ é completamente percorrido, desde que a venda de uma mercadoria traga o dinheiro que, em seguida, é levado pela compra de outra mercadoria. Se, entretanto, a este movimento, se seguir um refluxo de dinheiro, isto só acontecerá porque o percurso completo do círculo será de novo descrito. Se eu vendo um saco de trigo por 3 luíses e compro roupas com esse dinheiro, os 3 luíses são definitivamente gastos por mim. Não me importam mais, estão no bolso do comerciante de roupas. Se eu

vendo um segundo saco de trigo, recebo dinheiro que, entretanto, não provém da primeira transação, mas de sua renovação. Ele se afasta ainda de mim se, comprando de novo, eu concluo a segunda transação. Por conseguinte, na circulação $M - D - M$, o dispêndio de dinheiro não tem nada de comum com a sua volta. É todo o contrário que se produz na circulação $D - M - D$. Aí, se o dinheiro não refluir, a operação falhou. O movimento é interrompido ou inacabado porque falta sua segunda fase; ou seja, a venda que completa a compra.

O círculo $M - D - M$ tem por ponto inicial uma mercadoria e por ponto final outra mercadoria que não mais circula e cai no consumo. Satisfaz uma necessidade, um valor de uso; tal é, portanto, sua finalidade definitiva. O círculo $D - M - D$, pelo contrário, tem por ponto de partida o dinheiro e volta a esse ponto. Seu motivo, seu fim determinante é, por conseguinte, o valor de troca.

Na circulação simples, os dois termos extremos têm a mesma forma econômica; ambos são mercadorias. São também mercadorias do mesmo valor. Mas, ao mesmo tempo, são valores de uso de qualidades diferentes, por exemplo, trigo e roupa. O movimento conduz à troca dos produtos, à permuta das diferentes matérias em que se manifesta o trabalho social. A circulação $D - M - D$, pelo contrário, sendo tautológica, parece desprovida de sentido à primeira vista. Os dois extremos têm a mesma forma econômica. Ambos são dinheiro. Não se distinguem, qualitativamente, como valores de uso, porque o dinheiro é o aspecto transformado das mercadorias no qual seus valores de uso particulares se apagaram. Trocar 100 luíses por algodão e de novo o mesmo algodão por 100 luíses; quer dizer, trocar, por meio de um rodeio, dinheiro por dinheiro, idem por idem, uma tal operação parece tão tola quanto inútil. Uma quantia de dinheiro, conquanto represente valor, só pode distinguir-se de outra por sua quantidade. O movimento $D - M - D$ não encontra sua razão de ser em nenhuma diferença qualitativa de seus extremos, porque ambos são dinheiro, mas somente em sua diferença quantitativa. Finalmente, maior quantidade de dinheiro é subtraído à circulação do que nela fora jogado. O

algodão comprado por 100 luíses é revendido por $100 + 10$ ou 110 luíses. A forma completa desse movimento é, então, $D - M - D'$, na qual $D' = D + d$; isto é, igual à soma primitivamente trocada, mais um excedente. Esse excedente ou acréscimo eu o chamo mais-valia (em inglês *surplus value*). Por conseguinte, não somente o valor adiantado em dinheiro se conserva na circulação, mas a grandeza desse valor muda pela circulação que lhe acrescenta um plus e o transforma num valor maior. É esse movimento que transforma o valor em capital.

Pode ser que os extremos M , e M , da circulação $M - D - M$, trigo – dinheiro – roupa, por exemplo, sejam também de valor desigual. O fazendeiro pode vender seu trigo acima de seu valor ou comprar a roupa abaixo do seu. Por sua vez, ele pode ser enganado pelo comerciante de roupas. Mas a desigualdade dos valores permutados só constitui um acidente nessa forma de circulação. Seu caráter normal é a equivalência de seus dois extremos, a qual, pelo contrário, tiraria qualquer sentido ao movimento $D - M - D$.

A renovação ou a repetição da venda de mercadorias para a compra de outras mercadorias encontra, fora da circulação, um limite no consumo, na satisfação de determinadas necessidades. Na compra para a venda, pelo contrário, o começo e o fim são uma única e mesma coisa, dinheiro, valor de troca, e essa própria identidade desses dois termos extremos faz com que o movimento não tenha fim. É verdade que D torna-se $D + d$, que temos $100 + 10$ luíses em lugar de 100. Mas, qualitativamente, 110 luíses e 100 luíses são a mesma coisa; ou seja, dinheiro. E, do ponto de vista da quantidade, tanto a primeira quanto a segunda quantia nada mais são do que valores definidos e limitados. Se os 100 luíses forem despendidos como dinheiro, eles mudarão logo de papel e deixarão de funcionar como capital. Se forem retirados da circulação, irão se petrificar sob a forma de tesouro e não aumentarão em um vintém, mesmo dormindo ali até o dia do juízo final. Se aumentar o valor constitui o objetivo final do movimento, 110 luíses ressentem a mesma necessidade de crescer que os 100 luíses.

Por um instante, o valor inicialmente adiantado distingue-se

perfeitamente, é verdade, da mais-valia que a ele se junta na circulação. Mas logo se esvai essa distinção. O que, finalmente, sai da circulação não é, de um lado, o valor primário de 100 luíses e, do outro, a mais-valia de 10 luíses. É sim um valor de 110 luíses, o qual se acha prestes a recomençar o mesmo jogo da mesma forma e nas mesmas condições que os 100 primeiros luíses. O último termo de cada círculo $D - M - D$, comprar para vender, é o primeiro de uma nova circulação do mesmo tipo. A circulação simples – vender para comprar – serve apenas de meio para atingir um fim situado fora dela; quer dizer, a apropriação de valores de uso, de coisas apropriadas a satisfazer determinadas necessidades. A circulação do dinheiro como capital possui, pelo contrário, seu fim em si mesma, porque é justamente por esse movimento sempre renovado que o valor continua a se expandir. O movimento do capital não tem, portanto, limite algum.

É como representante, como suporte consciente desse movimento, que o possuidor do dinheiro se torna capitalista. Sua pessoa, ou antes seu bolso, é o ponto de partida e de retorno do dinheiro. O conteúdo objetivo da circulação $D - M - D$; isto é, a mais-valia criada pelo valor, é seu fim subjetivo íntimo. Somente quando a apropriação sempre crescente da riqueza abstrata é o único motivo determinante de suas operações, ele funciona como capitalista ou, se preferirmos, como capital personificado, dotado de consciência e vontade. Nem o valor de uso, nem o lucro isolado devem ser considerados como o fim imediato do capitalista, mas sim o movimento incessante do lucro sempre renovado. Essa tendência absoluta para o enriquecimento, essa caça apaixonada ao valor de troca são comuns a ele e ao entesourador. Mas, enquanto este nada mais é do que um capitalista maníaco, o capitalista é um entesourador racional. Mais hábil do que o entesourador que, salvando o dinheiro dos perigos da circulação, acredita assegurar a vida eterna do valor, o capitalista atinge o mesmo objetivo lançando sempre dinheiro novo na circulação.

O valor torna-se, portanto, valor progressivo, dinheiro sempre brotando, crescendo e, como tal, capital. O valor sai da circulação,

a ela retorna, nela se mantém e nela se multiplica; sai de novo acrescido e recomeça eternamente a mesma rotação. $D - D'$, dinheiro que põe dinheiro, moeda que faz moedinhas – money which begets money –, tal é também a definição do capital na boca dos mercantilistas, seus primeiros intérpretes.

Comprar para vender; ou melhor, comprar para vender mais caro, $D - M - D'$, eis uma forma que parece própria somente a uma única espécie de capital, o capital comercial. Mas o capital industrial é também dinheiro que se transforma em mercadoria e, pela venda desta última, retransforma-se em mais dinheiro. O que se passa entre a compra e a venda, fora da esfera da circulação, nada muda para essa forma de movimento. Enfim, em relação ao capital usurário, a forma $D - M - D'$ é reduzida a seus dois extremos sem termo médio; ela se resume, em estilo lapidar, em $A - A'$, dinheiro que vale mais dinheiro, valor que é maior do que ele próprio.

Portanto, a expressão $D - M - D'$ é realmente a fórmula geral do capital, tal como se apresenta na circulação.

CAPÍTULO V – CONTRADIÇÕES DA FÓRMULA GERAL DO CAPITAL¹

A forma de circulação pela qual o dinheiro se metamorfoseia em capital contradiz todas as leis desenvolvidas até aqui sobre a natureza da mercadoria, do valor, do dinheiro e da própria circulação. O que distingue a circulação do capital da circulação simples é a ordem de sucessão inversa das duas fases opostas, venda e compra. Como essa diferença puramente formal poderia operar, como num passe de mágica, uma mudança na própria natureza desses fenômenos?

Como ela poderia levar ao crescimento dos valores que penetram na circulação; quer dizer, à formação da mais-valia?

Tomemos o fenômeno da circulação na forma sob a qual se apresenta como simples permuta de mercadorias. Isso acontece todas as vezes que dois possuidores de mercadorias compram um do outro, e que seus créditos recíprocos se anulam no dia do pagamento. O dinheiro entra na circulação apenas idealmente, como dinheiro de conta, somente para exprimir os valores das mercadorias por meio de seus preços. Uma vez que se trata de valores de uso,

1. Karl Marx, *Le Capital*, capítulo V, edição francesa; capítulo IV, item 2, 4ª edição alemã.

é claro que ambos os nossos possuidores de mercadorias podem ganhar. Ambos alienam produtos que não são de utilidade alguma para eles e adquirem outros de que têm necessidade. Além disso, A, que vende vinho e compra trigo, produz talvez mais vinho do que poderia produzir B no mesmo tempo de trabalho, e B, no mesmo tempo de trabalho, produz mais trigo do que poderia produzir A. Pelo mesmo valor de troca, o primeiro obtém mais trigo, e o segundo, mais vinho, do que se cada um dos dois, sem troca, fosse obrigado a produzir para si próprio os dois objetos de consumo. Em relação ao valor de uso, portanto, pode-se dizer que “a troca é uma transação na qual se ganha dos dois lados”. O mesmo não se dá com o valor de troca. “Um homem, que possui muito vinho e pouco trigo, negocia com outro, que tem muito trigo e nenhum vinho: entre eles se faz uma troca de um valor de 50 em trigo por 50 em vinho. Essa permuta não é acréscimo de riqueza, nem para um, nem para outro, porque cada um deles, antes da troca, possuía um valor igual ao que foi proporcionado a ele por essa transação”². Que o dinheiro, como instrumento de circulação, sirva de intermediário entre as mercadorias, e que os atos da venda e da compra sejam assim separados, isso não muda a questão. O valor é expresso nos preços das mercadorias antes que elas entrem na circulação, em vez de resultar da própria circulação.

Se abstrairmos as circunstâncias acidentais, que absolutamente não provêm das leis imanentes da circulação, nela nada se passa além da substituição de um produto útil por outro, nada além de uma metamorfose ou uma simples mudança de forma da mercadoria. O mesmo valor; ou melhor, o mesmo quantum do trabalho social realizado, permanece nas mãos do mesmo possuidor de mercadorias, ainda que o possua alternadamente sob a forma de seu próprio produto, de dinheiro ou do produto de outrem. Essa mudança de forma não acarreta nenhuma variação da quantidade de valor. A única mudança que o valor da mercadoria experimentalmente limita-se à mudança de sua forma dinheiro. O valor se apresenta primeiramente

2. Mercier de la Rivière, *L'Ordre Naturel et Essentiel des Sociétés Politiques*, p. 544.

como preço da mercadoria oferecida à venda; depois como quantia de dinheiro, a mesma expressa naquele preço; e enfim como preço de uma mercadoria equivalente. Essa mudança de forma não afeta mais a quantidade de valor do que o faria a troca de uma nota de 100 francos por 4 luíses, três peças de 5 francos e cinco peças de 1 franco. Ora, como a circulação em relação ao valor das mercadorias só implica uma mudança na forma do valor, só pode resultar daí uma troca de equivalentes. Por isso mesmo, todas as vezes que a economia vulgar quer estudar os fenômenos em sua integralidade, supõe sempre que a oferta e a procura se equilibrem; em outras palavras, que seu efeito sobre o valor seja nulo. Se, portanto, em relação ao valor de uso, os dois possuidores de mercadorias podem ganhar, eles não podem ganhar em relação ao valor de troca. Aqui se aplica, pelo contrário, o ditado: “Onde há igualdade, não há lucro”. Mercadorias podem muito bem ser vendidas a preços que se afastam de seus valores. Mas esse desvio aparece como uma infração à lei da troca. Em sua forma normal, a troca das mercadorias é uma troca de equivalentes e, por conseguinte, não pode ser um meio de lucro.

Enquanto são permutadas mercadorias, ou mercadorias e dinheiro de igual valor; isto é, equivalentes, é evidente que ninguém tire da circulação mais valor do que nela põe. Dessa forma, não pode ocorrer nenhuma formação de mais-valia. Mas, ainda que a circulação sob a sua forma pura só admita troca entre equivalentes, sabe-se bem que na realidade as coisas nunca se passam “puramente”. Suponhamos, então, que haja permuta entre não equivalentes.

Em todos os casos, o mercado é feito exclusivamente de possuidores de mercadoria diante de possuidores de mercadoria, e o poder que esses personagens exercem uns sobre os outros é apenas o poder de suas mercadorias. A diferença material que existe entre essas mercadorias é o motivo material da troca e coloca os possuidores de mercadorias numa relação de dependência recíproca uns em relação aos outros, no sentido de que nenhum deles tem em mãos o objeto necessitado e que ambos possuem o objeto de que o outro precisa.

Além dessa diferença entre suas utilidades, só existe outra entre as mercadorias, a diferença entre sua forma natural e sua forma valor, o dinheiro. Da mesma forma, os possuidores de mercadorias só se distinguem entre si por esse único ponto: uns são vendedores, possuidores de mercadorias, e os outros, compradores, possuidores de dinheiro.

Admitamos agora que, por não sei que privilégio misterioso, todo vendedor possa vender sua mercadoria acima de seu valor, 110, por exemplo, quando na verdade ela vale apenas 100, o que significa um enriquecimento de 10%. O vendedor embolsa, então, uma mais-valia de 10. Mas, após ter sido vendedor, ele se torna comprador. Um terceiro permutador aparece para ele como vendedor e goza por sua vez do privilégio de vender a mercadoria 10% mais caro do que vale. Nosso homem ganhou, portanto, 10 de um lado, para perder 10 de outro. O resultado definitivo é, na realidade, que todos os possuidores de mercadorias vendem-se reciprocamente suas mercadorias 10% acima de seu valor, o que é a mesma coisa que se eles as vendessem por seu valor real. Uma semelhante alta geral dos preços produz o mesmo efeito que produziria se, em lugar de ser estimado em ouro, o valor das mercadorias o fosse, por exemplo, em prata. Suas denominações monetárias; ou seja, seus preços nominais, se elevariam, mas suas relações de valor permaneceriam inalteradas.

Suponhamos, pelo contrário, que o privilégio de todo comprador seja pagar as mercadorias abaixo de seu valor. Não é mesmo necessário recordar aqui que o comprador volta a ser vendedor. Ele era vendedor antes de se tornar comprador. Perdeu já 10% em sua venda, ganhou 10% em sua compra, e tudo permaneceu no mesmo estado.

A formação de uma mais-valia e, conseqüentemente, a transformação do dinheiro em capital não podem, então, provir do fato de os vendedores venderem as mercadorias acima do que valem, nem do fato de os compradores as comprarem abaixo do preço justo.

Os defensores conseqüentes da ilusão, segundo a qual a mais-

valia provém de uma superelevação nominal dos preços ou do privilégio que teria o vendedor de vender sua mercadoria mais caro do que vale, são portanto forçados a admitir a existência de uma classe que sempre compra e jamais vende ou que consome sem produzir. O dinheiro, com o qual essa classe compra continuamente, deve assim voltar do cofre dos produtores para entrar no seu, grátis, sem trocas, de forma voluntária ou em virtude de um direito adquirido. Vender a essa classe mercadoria acima de seu valor é recuperar, em parte, dinheiro já considerado perdido.

É forçoso, então, ficarmos nos limites da troca das mercadorias em que os vendedores são compradores, e os compradores são vendedores. Nosso embaraço provém, talvez, de que não consideramos as características individuais dos agentes da circulação, fazendo deles categorias personificadas. Suponhamos que o permutador A seja um espertalhão que engana seus colegas B e C, e que esses, apesar da maior vontade do mundo, não possam ir à forra. A vende a B um vinho cujo valor é de 40 luíses e obtém trigo, em troca, por um valor de 50 luíses. Fez, então, com dinheiro, mais dinheiro, e transformou sua mercadoria em capital. Examinemos a coisa mais de perto. Antes da troca, tínhamos 40 luíses de vinho nas mãos de A e 50 luíses de trigo em mãos de B, ao todo um valor de 90 luíses. Após a permuta, temos ainda o mesmo valor real. O valor circulante não aumentou de um átomo; o que mudou apenas foi sua distribuição entre A e B. A mesma mudança teria ocorrido se A houvesse simplesmente furtado 10 luíses de B. É evidente que a soma dos valores em circulação não pode ser aumentada por alguma mudança em sua distribuição, da mesma forma que um judeu não aumenta a massa dos metais preciosos de um país vendendo por um guinéu um vintém com a efígie da rainha Ana. A classe inteira dos capitalistas de um país não pode lucrar sobre si mesma.

Que se examinem as coisas como se quiser, elas permanecem no mesmo ponto. Permutam-se equivalentes? Não se produz mais-valia. Tampouco se produz mais-valia trocando-se não-equivalentes. A circulação ou a troca das mercadorias não cria

valor algum.

Assim, a soma dos valores lançados na circulação não pode nela aumentar: por conseguinte, fora da circulação deve se passar alguma coisa que torne possível a formação da mais-valia. Mas, poderia essa mais-valia nascer fora da circulação que, afinal, é a soma total das relações recíprocas dos possuidores de mercadorias?

O produtor pode muito bem, por seu trabalho, criar valores. Nunca, porém, valores que cresçam por si mesmos. Ele pode elevar o valor de uma mercadoria adicionando-lhe, por um novo trabalho, um novo valor a um valor presente – por exemplo, fabricando com couro um par de botas. A mesma matéria agora vale mais, porque absorveu mais trabalho. As botas têm então mais valor que o couro, mas o valor do couro ficou no que estava: ele não se acresceu de uma mais-valia durante a fabricação das botas. Parece, dessa forma, inteiramente impossível que, fora da circulação, sem entrar em contato com outros possuidores de mercadorias, o produtor possa valorizar o valor ou comunicar a ele a propriedade de criar mais-valia. Mas sem isso não há transformação de seu dinheiro ou de sua mercadoria em capital.

Chegamos, assim, a um duplo resultado.

A transformação do dinheiro em capital deve ser explicada tomando por base as leis imanentes da circulação das mercadorias, de forma que a troca de equivalentes sirva de ponto de partida. Nosso possuidor de dinheiro, que ainda não é capitalista a não ser no estado latente, deve primeiramente comprar mercadorias pelo seu justo valor, depois vendê-las pelo que elas valem e, não obstante, retirar por fim mais valor do que tinha adiantado. A metamorfose do “homem dos dinheiros” em capitalista deve se passar na esfera da circulação e, ao mesmo tempo, não deve nela se passar. Tais são as condições do problema. *Hic Rhodus, hic salta!*³

3. A frase “*Hic Rhodus, hic salta!*” é uma citação tirada de uma das fábulas de Esopo. Nessa fábula um contador de vantagens gabava-se de ter testemunhas para provar que certa vez executou um notável salto em Rodes, uma das Sete Maravilhas do Mundo Antigo. Entretanto ele recebeu a seguinte resposta: “Para que citar testemunhas, se é verdade? Aqui está Rodes, salta aqui!” (N. E.)

CAPÍTULO VI – COMPRA E VENDA DA FORÇA DE TRABALHO¹

O acréscimo de valor, pelo qual o dinheiro deve se transformar em capital, não pode provir desse próprio dinheiro. Se serve de meio de compra ou de meio de pagamento, somente realiza o preço das mercadorias compradas ou pagas por ele.

Se permanecer tal qual, se conservar sua própria forma, não será mais do que um valor petrificado.

É preciso, portanto, que a mudança de valor expressa por $D - M - D'$, conversão de dinheiro em mercadoria e reconversão da mesma mercadoria em mais dinheiro, provenha da mercadoria. Mas a mudança de valor não pode se efetuar no segundo ato, $M - D'$, a revenda, em que a mercadoria passa apenas de sua forma natural à sua forma dinheiro. Se encararmos, agora, o primeiro ato, $D - M$, a compra, veremos que há uma troca entre equivalentes e que, por conseguinte, a mercadoria não tem maior valor permutável que o dinheiro nela convertido. Resta uma última suposição, de

1. Karl Marx, *Le Capital*, capítulo VI, edição francesa; capítulo VI, item 3, 4ª edição alemã.

que a mudança provém do valor de uso da mercadoria, isto é, de seu uso ou seu consumo. Ora, trata-se de uma mudança no valor de troca; ou seja, de seu acréscimo. Para poder tirar um valor de troca do valor de uso de uma mercadoria, seria preciso que o “homem de negócios” tivesse a felicidade de descobrir, no meio da circulação, no próprio mercado, uma mercadoria cujo valor de uso possuísse a peculiar virtude de ser fonte de valor de troca, de maneira que consumi-la seria realizar trabalho e, por consequência, criar valor.

E o nosso homem acha efetivamente no mercado uma mercadoria dotada dessa virtude específica. Ela se chama capacidade de trabalho ou força de trabalho.

Sob esse nome, é preciso compreender o conjunto das faculdades físicas e intelectuais existentes no corpo humano, em sua personalidade viva, e que devem ser postas em movimento para produzir coisas úteis.

Para que o possuidor de dinheiro encontre no mercado a força de trabalho como mercadoria, é preciso, no entanto, que diversas condições sejam antes satisfeitas. A troca das mercadorias, por si mesma, não acarreta outras relações de dependência do que aquelas que decorrem de sua natureza. Isto posto, a força de trabalho não pode se apresentar como mercadoria no mercado, a menos que ela seja oferecida ou vendida pelo seu próprio possuidor; quer dizer, pelo próprio trabalhador. Ele, por sua vez, deve poder dispor da sua força de trabalho, deve ser livre proprietário da sua capacidade de trabalho, de sua própria pessoa. O possuidor de dinheiro e o possuidor da força de trabalho se encontram no mercado e entram em relação um com o outro na mesma condição de possuidores de mercadorias. Diferem apenas no seguinte: um compra, o outro vende; por isso, ambos são pessoas juridicamente iguais.

Para que essa relação persista, é preciso que o proprietário da força de trabalho venda-a somente por tempo determinado, porque, se ele a vende em bloco e definitivamente, ele vende a si próprio e, de livre que era, faz-se escravo; de mercador, mercadoria. Se quiser manter sua personalidade, ele não deve colocar senão

temporariamente sua força de trabalho à disposição do comprador, de tal forma que alienando-a não renuncie à sua propriedade sobre ela.

A segunda condição essencial para que o “homem do dinheiro” encontre força de trabalho para comprar é que o possuidor desta última, em vez de poder vender mercadorias nas quais seu trabalho se realizou, seja forçado a oferecer e por à venda, como mercadoria, sua própria força de trabalho, a qual reside somente em seu organismo.

Quem quiser vender mercadorias distintas de sua própria força de trabalho deve naturalmente possuir meios de produção, tais como matérias-primas, ferramentas etc. Não pode, por exemplo, fabricar calçados sem couro. Além disso, ele precisa de meios de subsistência. Ninguém, nem mesmo o “músico do futuro”, pode viver apenas dos produtos da posteridade, nem subsistir por meio do valor de uso cuja produção ainda não se completou. Hoje, tanto quanto no primeiro dia em que apareceu no palco do mundo, o homem é obrigado a consumir antes de produzir e enquanto produz. Se seus produtos são mercadorias, é preciso que sejam vendidos para poder satisfazer as necessidades do produtor. Ao tempo necessário à produção, junta-se o tempo necessário à venda.

A transformação do dinheiro em capital exige, portanto, que o possuidor de dinheiro encontre no mercado o trabalhador livre, e livre de um duplo ponto de vista. Primeiro, o trabalhador deve ser uma pessoa livre, dispondo como entender de sua força de trabalho, como mercadoria que lhe pertence. Em segundo lugar, não deve ter outra mercadoria para vender. Deve ser, por assim dizer, livre de tudo, completamente desprovido das coisas necessárias à realização de sua capacidade de trabalho.

Por outro lado, para que o dinheiro possa surgir no mercado, a troca dos produtos deve já possuir a forma de circulação das mercadorias. As diversas funções desempenhadas pelo dinheiro, como simples equivalente, meio de circulação, meio de pagamento, tesouro, fundos de reserva etc., indicam, por sua vez, pela predominância comparativa de uma sobre a outra, fases muito diversas da produção

social. Entretanto, a experiência nos ensina que uma circulação mercantil relativamente pouco desenvolvida basta para fazer desabrochar todas essas formas. O mesmo não se dá com o capital. As condições históricas de sua existência não coincidem com a circulação das mercadorias e do dinheiro. O capital só se produz onde o detentor dos meios de produção e de subsistência encontra, no mercado, o trabalhador livre que vem aí vender sua força de trabalho, e essa única condição histórica contém todo um mundo novo. O capital se anuncia desde o princípio como uma época de produção social.²

É preciso, agora, examinar mais de perto a força de trabalho. Essa mercadoria, da mesma forma que qualquer outra, possui um valor. Como determiná-lo? Pelo tempo de trabalho necessário à sua produção.

Como valor, a força de trabalho representa o quantum de trabalho social realizado nela. Mas só existe realmente como capacidade ou faculdade do indivíduo vivo. Um dado indivíduo produz sua força vital, reproduzindo-se ou conservando-se. Para sua manutenção ou para sua conservação, ele precisa de certa soma de meios de subsistência. O tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho resulta, portanto, no tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência. Ou ainda a força de trabalho tem justamente o valor dos meios de subsistência necessários ao homem que a põe em ação.

A força de trabalho se realiza por sua manifestação exterior. Ela se afirma e se constata pelo trabalho que, por sua vez, exige dos músculos, dos nervos, do cérebro do homem dispêndio que deve ser compensado. Quanto maior for o desgaste, maiores serão as despesas de reparação.³ Se o proprietário da força de trabalho

2. O que caracteriza a época capitalista é, portanto, o fato de a força de trabalho adquirir para o próprio trabalhador a forma de uma mercadoria que pertence a ele, e seu trabalho, por conseguinte, a forma de trabalho assalariado. Por outro lado, é só a partir desse momento que a forma mercadoria dos produtos se torna a forma social dominante.

trabalhou hoje, ele deve poder recomeçar amanhã nas mesmas condições de vigor e de saúde. É preciso, portanto, que a soma dos meios de subsistência seja suficiente para manter seu estado de vida normal.

As necessidades naturais, como alimentação, vestuário, aquecimento, habitação etc., diferem segundo o clima e outras particularidades físicas de um país. Por outro lado, o próprio número de pretensas necessidades naturais, assim como o modo de satisfazê-las, é um produto histórico e depende, em grande parte, do grau de civilização já atingido. As origens da classe assalariada em cada país, o meio histórico em que ela se formou, continuam a exercer por muito tempo a maior influência sobre os hábitos, as exigências e também, sobre as necessidades que produzem na existência. A força de trabalho encerra, portanto, relativamente ao valor, um elemento moral e histórico, o que a distingue das outras mercadorias. Mas, para um país e uma época determinados, a medida necessária dos meios de subsistência é também dada.

Os proprietários das forças de trabalho são mortais. Para encontrá-los sempre no mercado, como o reclama a transformação contínua do dinheiro em capital, é preciso que se eternizem, “como todo indivíduo se eterniza, pela procriação”⁴. As forças de trabalho que o desgaste e a morte vêm retirar do mercado devem ser permanentemente substituídas por outras em número ao menos igual. A soma dos meios de subsistência necessários à produção da força de trabalho compreende, portanto, os meios de subsistência dos possuidores das forças de trabalho substitutas; isto é, dos filhos dos trabalhadores, para que essa raça singular de possuidores de mercadorias se perpetue no mercado.

Por outro lado, para modificar a natureza humana de modo a fazê-la adquirir aptidão, precisão e celeridade num tipo determinado de trabalho; em outras palavras, para fazer dela uma

3. Na Roma antiga, o *villicus* – ecônomo que estava à frente dos escravos agrícolas – recebia ração menor que a destes porque seu trabalho era menos penoso. Vide Thomas Mommsen: *História romana*, 1856, p. 810.

4. William Petty (1623-1687), economista e físico inglês. (N. E.)

força de trabalho desenvolvida num sentido especial, é preciso certa educação, que custa também uma soma mais ou menos considerável de equivalentes em mercadorias. Essa soma varia segundo o caráter mais ou menos qualificado da força de trabalho. As despesas de educação – pequeníssimas, aliás, quando se trata da força de trabalho simples – entram no total das mercadorias necessárias à sua produção.

Como a força de trabalho equivale a uma soma determinada de meios de subsistência, o seu valor muda então, com o valor desses mesmos meios de subsistência; quer dizer, proporcionalmente ao tempo de trabalho necessário à sua produção.

Parte dos meios de subsistência – os que constituem, por exemplo, a alimentação, o aquecimento etc. – são destruídos diariamente pelo consumo e têm que ser diariamente substituídos. Outros, como vestuários, móveis, entre outros, desgastam-se mais lentamente e só precisam ser substituídos a intervalos mais longos. Certas mercadorias devem ser compradas ou pagas diariamente, outras por semana, por semestre etc. Mas qualquer que seja a maneira como são distribuídas essas despesas no curso de um ano, sua soma deve sempre ser coberta pela receita diária média. Façamos a massa das mercadorias exigidas diariamente pela produção da força de trabalho igual a A, a exigida cada semana igual a B, a exigida cada trimestre igual a C, e assim por diante, e a média M dessas mercadorias, por dia, será:

$$M = \frac{365 A + 52 B + 4 C + \dots}{365}$$

O valor dessa massa de mercadorias, necessárias para a jornada média, é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção. Digamos que esse tempo seja de 6 horas. Então, para produzir diariamente a força de trabalho, são necessárias 6 horas de trabalho (metade de uma jornada, se ela é de 12 horas). Esse quantum de trabalho que a força de trabalho exige para sua produção cotidiana determina seu valor cotidiano. Suponhamos

ainda que a soma de ouro que se produz em média durante 6 horas equivalha a 5 francos. Então, o preço de 5 francos exprime o valor diário da força de trabalho. Se o proprietário dessa força de trabalho a vende todo dia por 5 francos, ele a vende por seu justo valor, e, segundo nossa hipótese, o possuidor de dinheiro, ocupado em metamorfosear seu dinheiro em capital, paga esse valor.

O preço da força de trabalho atinge seu minimum quando reduzido ao valor dos meios de subsistência fisiologicamente indispensáveis; isto é, ao valor de uma soma de mercadorias, que não poderia ser menor sem expor a própria vida do trabalhador. Quando cai nesse minimum, o preço desce abaixo do valor da força de trabalho, que então nada mais faz do que vegetar. Ora, o valor de qualquer mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho necessário para que possa ser produzida com qualidade normal.

Rossi diz que não podemos conceber “a capacidade de trabalho desconsiderando os meios de subsistência do trabalhador durante o processo de produção”⁵. Nada mais falso. Isto porque quem diz capacidade de trabalho não diz ainda trabalho, da mesma forma que o poder de digerir não significa digestão. Para chegar aí, é preciso alguma coisa além de um bom estômago. Se o trabalhador não consegue vender sua força de trabalho, longe de se alegrar, ele sentirá, pelo contrário, uma cruel necessidade física, porque sua capacidade de trabalho, que já havia exigido certo quantum de meios de subsistência para sua produção, exige novos desses meios para sua reprodução. Ele descobrirá, então, com Sismondi⁶, que se essa capacidade não pode ser vendida ela não é nada.

O contrato entre vendedor e comprador de força de trabalho apresenta esta particularidade: em todos os países onde reina o mundo de produção capitalista a força de trabalho só é paga após ter funcionado, no fim do mês, da quinzena ou da semana. Por toda parte, então, o trabalhador empresta ao capitalista: ele

5. Rossi, *Cours d'Économie Politique*, Bruxelas, 1843, p. 370-371. (N. E.)

6. Jean-Charles-Leonard Simonde de Sismondi (1773-1843), historiador e economista suíço. (N. E.)

deixa o comprador consumir o valor de uso de sua força antes de receber o pagamento. Em outras palavras, por toda parte, o trabalhador dá crédito ao capitalista. E o que prova que esse crédito não é quimera vã não é somente a perda do salário no caso de o capitalista falir, mas também uma série de outras consequências mais duradouras.

O valor de uso da força de trabalho só se mostra em seu próprio emprego, em seu consumo. Todas as coisas necessárias à realização desse processo, matérias-primas, instrumentos etc., são comprados no mercado pelo “homem de negócios” e pagos por seu preço justo. O consumo da força de trabalho é, ao mesmo tempo, produção de mercadorias e produção de mais-valia. Ela se faz, como o consumo de qualquer outra mercadoria, fora do mercado ou da esfera de circulação. Vamos, dessa forma, junto com o possuidor de dinheiro e o possuidor de força de trabalho, deixar essa esfera barulhenta, na qual tudo se passa na superfície e aos olhos de todos, para segui-los ao laboratório secreto da produção, sobre cuja porta está escrito: *No admittance except on business*.⁷ Aí, veremos não só como o capital produz, mas também como ele mesmo é produzido. A fabricação da mais-valia, grande segredo da sociedade moderna, vai enfim se desvendar.

A esfera da circulação das mercadorias, na qual se realiza a venda e a compra da força de trabalho, é na realidade um verdadeiro paraíso dos direitos naturais do homem e do cidadão. Reina aí somente Liberdade, Igualdade, Propriedade e Bentham⁸. Liberdade! porque nem o comprador nem o vendedor de uma mercadoria agem forçados; ao contrário, são determinados apenas por seu livre-arbítrio, fecham contratos entre si na qualidade de pessoas livres e possuidoras de direitos iguais. O contrato é a expressão jurídica comum de suas vontades livremente determinadas. Igualdade! porque comprador e vendedor só entram em relação um

7. No original em inglês: “Entrada proibida, exceto para negócios”. (N. E.)

8. Jeremy Bentham (1748-1832), filósofo e jurista inglês. (N. E.)

com o outro na qualidade de possuidores de mercadorias e trocam equivalente por equivalente. Propriedade! porque cada um deles dispõe daquilo que possui. Bentham! porque cada um deles só se preocupa consigo mesmo. A única força que os põe em presença e em relação é a de seu egoísmo, de seu lucro particular, de seus interesses privados. Cada um só pensa em si, ninguém se incomoda com o outro. E é precisamente por isso que, em virtude de uma harmonia preestabelecida das coisas ou sob os auspícios de uma engenhosa providência, trabalhando cada um por si, cada um em seu canto, eles trabalham ao mesmo tempo para benefício geral, no interesse comum.

CAPÍTULO VII – PRODUÇÃO DE VALORES DE USO E PRODUÇÃO DE MAIS-VALIA

PRODUÇÃO DE VALORES DE USO¹

O uso ou o emprego da força do trabalho é o trabalho. O comprador dessa força consome-a fazendo trabalhar o vendedor. Para que este produza mercadorias, seu trabalho deve ser útil; quer dizer, realizar-se em valores de uso. É, portanto, um valor de uso particular, um artigo especial que o capitalista faz seu operário produzir. E o operário só pode produzir se o capitalista fornece a ele a matéria-prima e os instrumentos de produção.

No processo de trabalho, a atividade do homem efetua, com o auxílio dos instrumentos de trabalho, uma modificação desejada da matéria-prima.

O processo extingue-se no produto; ou seja, num valor de uso, numa matéria natural adaptada às necessidades humanas por uma mudança de forma. Incorporando-se com seu objeto, o trabalho foi materializado, e a matéria foi trabalhada. O que era movimento no trabalhador aparece agora no produto, como uma propriedade em repouso. O operário teceu, e o produto é um tecido.

Se for considerado o conjunto desse movimento em relação

1. Karl Marx, *Le Capital*, capítulo VII, item 2, edição francesa; capítulo V, item 2, 4ª edição alemã.

ao seu resultado; isto é, em relação ao seu produto, então meio e objeto de trabalho se apresentam como meios de produção, e o próprio trabalho, como trabalho produtivo.

Se um valor de uso sai como produto de um processo de trabalho, outros valores de uso, também produtos de um trabalho anterior, entram nele como meios de produção. O mesmo valor de uso que é produto de um trabalho torna-se meio de produção de outro. Portanto, os produtos não são apenas resultados, mas são também condição do processo de trabalho.

O objeto do trabalho é fornecido exclusivamente pela natureza somente na indústria extrativa – exploração de minas, caça, pesca etc. – e na agricultura, contanto que ela se limite a desbravar terras ainda virgens. Todos os outros ramos da indústria manipulam matérias-primas, objetos já preparados pelo trabalho, como as sementes em agricultura. Os animais e as plantas, habitualmente considerados produtos naturais, são em sua forma atual os produtos não só do trabalho do ano anterior, mas ainda de uma transformação contínua durante séculos, sob a vigilância e por intermédio do trabalho humano. Quanto aos instrumentos propriamente ditos, a maioria deles mostra, à mais superficial observação, os traços de um trabalho passado.

A matéria-prima pode constituir a substância principal de um produto ou só entrar nele sob a forma de matéria auxiliar. Ela é, então consumida pelo meio de trabalho, como o carvão o é pela máquina a vapor; o óleo, pela engrenagem; o feno, pelo cavalo de tração. Ou então a matéria auxiliar é adicionada à matéria-prima para aí operar uma modificação, como o cloro é adicionado ao tecido cru; o carvão, ao ferro; a cor, à lã. Ou ainda ela auxilia o próprio trabalho a se realizar, como as matérias usadas na iluminação e no aquecimento da oficina. A diferença entre matérias principais e matérias auxiliares não existe na indústria química propriamente dita, em que nenhuma das matérias empregadas reaparece como substância do produto.

Como toda coisa possui propriedades diversas e, por isso, presta a mais de uma aplicação, o mesmo produto é suscetível de formar

a matéria-prima de diferentes operações. Os cereais servem de matéria-prima ao moleiro, ao fabricante de amido, ao destilador, ao criador de gado etc. Eles tornam-se assim, como a semente, a matéria-prima de sua própria produção. Da mesma forma, o carvão sai da mineração como produto e nela entra como meio de produção.

Em uma operação, um só produto pode servir, ao mesmo tempo, de meio de trabalho e matéria-prima; na criação de gado, por exemplo, o animal, a matéria trabalhada, funciona também como meio para a preparação do adubo.

Um produto que já exista sob uma forma própria ao consumo pode se tornar, por sua vez, matéria-prima de outro produto: a uva é a matéria-prima do vinho. Há também trabalhos cujos produtos são impróprios a toda utilização que não seja a de matéria-prima. Nesse estado, o produto recebeu apenas uma semitransformação, e melhor seria dizer que ele é apenas um produto semimanufaturado ou intermediário, como o algodão, o fio, a chita etc. A matéria-prima originária, apesar de ser também produto, pode ter que percorrer uma série inteira de manipulações, nas quais, sob uma forma sempre modificada, ela funcione como matéria-prima, até a última operação, que a elimina como objeto de consumo ou meio de trabalho.

Como vemos, o caráter de produto, de matéria-prima ou de meio de trabalho só se liga a um valor de uso, segundo uma determinada posição que esse valor ocupa no processo de trabalho: a mudança de sua posição leva à mudança de seu caráter.

Todo valor de uso, entrando em operações novas como meio de produção, perde seu caráter de produto e funciona então como fator de trabalho vivo. A fiandeira trata os fusos e o linho simplesmente como meio e objeto de seu trabalho. Ela está certa de que não se pode fiar sem instrumentos ou matéria. Por isso, a existência desses produtos já está subentendida no início da fiação. Mas, neste último ato, é tão indiferente que linho e fusos sejam produtos de um trabalho anterior, como é indiferente, no ato da nutrição, que o pão seja o produto dos trabalhos anteriores do agricultor,

do moleiro, do padeiro, e assim por diante. Muito pelo contrário, é apenas pelos defeitos que os meios de produção mostram seu caráter de produtos de trabalho anterior. Facas que não cortam ou fio que rebenta a cada momento despertam a lembrança desagradável de seus fabricantes. No bom produto, não é palpável o trabalho do qual ele extraiu suas qualidades úteis.

Uma máquina que não serve ao trabalho é inútil. Além disso, ela se deteriora sob a influência destrutiva dos agentes naturais. O ferro enferruja, a madeira apodrece, o fio de algodão não trabalhado é consumido pelas traças. O trabalho vivo tem que se apoderar desses objetos, ressuscitá-los dentre os mortos e convertê-los de valores de uso possíveis em valores de uso efetivos. Tocados pela chama do trabalho, transformados em seus órgãos, chamados por seu sopro a satisfazer suas funções próprias, eles são também consumidos, mas para um fim determinado, como elementos formadores de novos produtos.

Se além de resultado, um produto é também condição para a existência do processo de trabalho, é somente pondo-o em contato com o trabalho vivo que esse resultado do trabalho passado pode ser realizado como valor de uso.

O trabalho gasta seus elementos materiais, seu objeto e seus meios, sendo portanto um ato de consumo. Esse consumo produtivo distingue-se do consumo individual em que se consomem os produtos como meios de satisfação individual: o trabalho consome os produtos para fazer funcionar a produção. O produto do consumo individual é, dessa forma, o próprio consumidor; o resultado do consumo produtivo é um produto distinto do consumidor.

Como seus meios e seu objeto já são produtos, o trabalho consome produtos para criar produtos; ou melhor, emprega os produtos como meios de produção de novos produtos. Mas desde os tempos primitivos o processo de trabalho sempre se passou entre o homem e a terra – que existe fora e independente do homem – e jamais cessou de empregar meios de produção provenientes da natureza, mas isso não representa nenhuma combinação entre as substâncias naturais e o trabalho humano.

Voltemos ao nosso futuro capitalista. Perdemos-lo de vista no momento em que ele acabava de comprar, no mercado, todos os fatores necessários à realização do trabalho, os fatores objetivos – meios de produção – e o fator subjetivo – força de trabalho. Conhecedor do ramo e homem experiente, escolheu-os tais como são necessários para seu gênero de negócios: fiação, cordoaria etc. Ele começa então a consumir a mercadoria que comprou; isto é, a força de trabalho, o que equivale a dizer que, pelo trabalho, ele faz consumir os meios de produção adquiridos. Evidentemente, a natureza geral do trabalho em nada é modificada pelo fato de o operário realizar seu trabalho para o capitalista, e não para si próprio.

O processo de trabalho, como consumo da força do trabalho pelo capitalista, mostra apenas dois fenômenos particulares.

Primeiro, o operário trabalha sob controle do capitalista ao qual pertence seu trabalho. O capitalista vigia cuidadosamente para que a tarefa seja apropriadamente efetuada, os meios de produção sejam empregados segundo o fim almejado, a matéria-prima não seja desperdiçada e os instrumentos de trabalho experimentem somente o desgaste normal ao seu emprego.

Em segundo lugar, o produto é propriedade do capitalista e não do produtor imediato, do trabalhador. O capitalista paga, por exemplo, o valor diário da força de trabalho. Por conseguinte, adquire o direito de usar essa força durante o dia, como a do cavalo que alugou por um dia. O uso da mercadoria pertence ao comprador e, dando o seu trabalho, o possuidor da força de trabalho só dá, na realidade, o valor de uso que vendeu. Desde sua entrada na oficina, a utilidade de sua força, o trabalho, pertence ao capitalista. Comprando a força do trabalho, o capitalista incorporou o trabalho como fermento de vida aos elementos passivos do produto, os quais também eram seus. Do seu ponto de vista, o processo de trabalho é apenas o consumo da força de trabalho; ou seja, da mercadoria que comprou, mas que ele não poderia consumir sem acrescentar a ela meios de produção. O processo de trabalho é uma operação entre coisas que o capitalista comprou, que pertencem

a ele. O produto dessa operação é dele, então, da mesma maneira que o produto da fermentação em sua adega.

PRODUÇÃO DA MAIS-VALIA²

O produto – propriedade do capitalista – é um valor de uso tal como fio, pano, sapatos etc. Mas, ainda que os sapatos, por exemplo, façam, pode-se dizer, caminhar o mundo, e que nosso capitalista seja certamente homem progressista, se ele fabrica sapatos não é por amor aos sapatos. Em geral, na produção mercantil, o valor de uso não é coisa que se ama por si própria. Ele serve somente de recipiente, de porta-valor. Para nosso capitalista, trata-se primeiro de produzir um objeto útil, que tenha valor de troca, artigo destinado à venda, uma mercadoria. E em segundo lugar ele quer que o valor dessa mercadoria seja maior que o das mercadorias necessárias para produzi-la; quer dizer, a soma de valores dos meios de produção e da força de trabalho pelos quais despendeu seu querido dinheiro. Ele quer produzir não somente uma coisa útil, mas um valor, e não somente um valor, mas também uma mais-valia.

Da mesma forma que a mercadoria é, ao mesmo tempo, valor de uso e valor de troca, também sua produção deve ser, ao mesmo tempo, formação de valores de uso e formação de valores.

Sabe-se que o valor de uma mercadoria é determinado pelo quantum de trabalho nela materializado; pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção. Precisamos, portanto, calcular o trabalho contido no produto que nosso capitalista mandou fabricar, 5 quilos de fios, por exemplo.

Para produzir fios, ele precisava de uma matéria-prima, 5 quilos de algodão, por exemplo. É desnecessário pesquisar qual é o valor desse algodão, porque o capitalista o comprou no mercado segun-

2. Karl Marx, *Le Capital*, capítulo VII, item 2, edição francesa; capítulo V, item 2, 4ª edição alemã.

do o que valia, sejam 10 francos. Nesse preço, o trabalho exigido para produzir o algodão já está representado como trabalho social médio. Admitamos ainda que o desgaste dos fusos – que, em nosso exemplo, representam também todos os outros meios de trabalho empregados – eleva-se a 2 francos. Se uma massa de ouro de 12 francos for o produto de 24 horas de trabalho, segue-se daí que haverá dois dias de trabalho de 12 horas realizado nos fios.

A circunstância de que o algodão mudou de forma e que o uso consumiu uma cota-parte dos fusos não deve nos desconcertar. Vamos supor ainda que as relações de valor entre algodão mais fuso e fio pronto seja: o valor de 20 quilos de algodão mais um fuso inteiro é igual ao valor de 20 quilos de fio. Nesse caso, 5 quilos de algodão mais um quarto de fuso seriam iguais a 5 quilos de fio. Isto é, segundo a lei geral das trocas, essa equação estará correta se o mesmo tempo de trabalho for necessário para produzir um ou outro dos seus termos. Nesse caso, o mesmo tempo de trabalho representa-se uma vez em fios, outra vez em algodão mais fuso. O fato de que fuso e algodão, em vez de permanecerem em repouso um ao lado do outro, combinaram-se durante a fiação, a qual mudou suas formas usuais e as converteu em fios, não afeta seu valor como não o faria sua troca por um equivalente em fios.

No tempo de trabalho necessário para produzir os fios está contido o tempo de trabalho necessário para produzir sua matéria-prima, o algodão. Dá-se o mesmo com o tempo necessário para reproduzir os fusos consumidos durante a fiação.

Mas é preciso, bem entendido, que duas condições sejam satisfeitas: em primeiro lugar, que o algodão e os fusos; ou melhor, os meios de produção, tenham realmente servido para produzir um valor de uso – fios, em nosso caso. Isso porque ao valor pouco importa o tipo de valor de uso que o sustenta, mas ele deve estar sustentado por um valor de uso. Em segundo lugar, está subentendido que só se emprega o tempo de trabalho necessário nas condições normais da produção. Se 1/2 quilo de algodão basta, em média, para fazer meio quilo de fios, é apenas o valor de 1/2 quilo de algodão que será computado no valor de 1/2 quilo

de fios. Se o capitalista tivesse a fantasia de empregar fusos de ouro em vez de fusos de ferro, no valor dos fios seria computado apenas o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir fusos de ferro.

Conhecemos então o valor que a matéria-prima algodão e o desgaste dos fusos dão aos fios. Ele equivale a 12 francos; isto é, dois dias de trabalho. Resta então procurar o valor que o trabalho da fiandeira acrescenta ao produto.

Esse trabalho apresenta-se agora sob novo aspecto. Até aqui, abordamos a arte de transformar o algodão em fio. Permanecendo idênticas as demais circunstâncias, quanto mais valesse o trabalho, tanto mais valeriam os fios. O trabalho da fiandeira distinguia-se de outros trabalhos produtivos pela sua finalidade, seus processos técnicos, as propriedades do seu produto e seus meios de produção específicos. Com o algodão e os fios utilizados pela fiandeira não se poderia, por exemplo, fazer canhões. Agora, pelo contrário, abordando o trabalho da fiandeira como fonte de valor, ele em nada difere do trabalho do fabricante de canhões, ou do trabalho do plantador de algodão, ou do fabricante de fusos; ou seja, dos trabalhos realizados para produzir os meios de produção dos fios. Se esses trabalhos, apesar da diferença de suas formas úteis, não fossem de idêntica essência, eles não poderiam constituir porções, indistintas quanto à sua qualidade, do trabalho total realizado no produto. Nesse caso, os valores algodão e fios não constituiriam tampouco partes integrantes do valor total dos fios. Portanto, o que importa aqui não é mais a qualidade, mas a quantidade do trabalho; é ela unicamente que é levada em conta. Admitamos que a fiação seja trabalho simples, médio. Mais tarde, veremos que a suposição contrária em nada mudaria o raciocínio.

Durante o processo da produção, o trabalho passa incessantemente da forma dinâmica para a forma estática. Por exemplo, uma hora de trabalho da fiandeira – seu dispêndio em força vital durante uma hora – será representada numa quantidade determinada de fios.

É de importância decisiva aqui que, durante a transformação

do algodão em fios, só tenha sido despendido o tempo de trabalho socialmente necessário. Se, nas condições normais, ou melhor, nas condições sociais médias de produção, uma hora de trabalho é suficiente para converter **A** quilos de algodão em **B** quilos de fios, então só será contado como dia de trabalho de 12 horas o dia de trabalho que converte $12 \times \mathbf{A}$ quilos de algodão em $12 \times \mathbf{B}$ quilos de fios. O tempo de trabalho socialmente necessário é de fato o único que se computa como criador de valor.

Ressalte-se que não somente o trabalho mas também os meios de produção e o produto agora desempenham outro papel. A matéria-prima apenas absorve uma certa quantidade de trabalho. É verdade que essa absorção a converte em fios, uma vez que a força vital do operário foi despendida sob a forma de fiação, mas o produto em fios serve apenas de medida para indicar a quantidade de trabalho absorvida pelo algodão. Por exemplo, se uma hora bastar para fiar 0,833 quilo de algodão, então 5 quilos de fio indicarão seis horas de trabalho. Os dados da experiência vão determinar que quantidades de quais produtos representam quais massas de trabalho solidificado; ou seja, a materialidade de uma hora, de duas horas, de um dia de trabalho social.

É inteiramente indiferente que o trabalho seja especificamente a fiação, seu objeto algodão e seu produto fio, como é indiferente que o próprio objeto do trabalho já seja matéria-prima, um produto. Se o operário, em vez de trabalhar numa oficina de fiação, fosse empregado de uma mina de carvão, seu objeto de trabalho seria fornecido pela natureza. Ainda assim, um quantum determinado de carvão extraído de seu veio, 100 quilos, por exemplo, representaria um quantum determinado de trabalho absorvido.

Em relação à venda da força de trabalho, ficou subentendido que seu valor diário é igual a 3 francos, que equivalem à soma de ouro na qual seis horas de trabalho são incorporadas. Em consequência, é preciso trabalhar seis horas por dia para produzir o valor médio dos meios de subsistência necessários à manutenção diária do trabalhador. Como durante uma hora nossa fiandeira converte 0,833 quilo de algodão em 0,833 quilo de fios, ela converterá, em

seis horas, 5 quilos de algodão em 5 quilos de fio.³

Para a sua fiação, portanto, 5 quilos de algodão absorvem seis horas de trabalho. O mesmo tempo de trabalho é fixado numa soma de ouro de 3 francos. Ao algodão a fiandeira juntou, portanto, um valor de 3 francos.

Façamos agora a conta do valor total do produto. Os 5 quilos de fios contêm:

5 quilos de algodão = 10 francos = 20 horas de trabalho;
desgaste dos fusos = 2 francos = 4 horas de trabalho;
força de trabalho = 3 francos = seis horas de trabalho,

ou seja, um total de 15 francos, que equivalem a 30 horas ou dois dias e meio de trabalho. A mesma soma de trabalho está fixada numa massa de ouro de 15 francos. O preço de 15 francos exprime, portanto, o valor exato de 5 quilos de fios, e o preço de 1,5 franco, o de 1/2 quilo.

Nosso capitalista fica abismado. O valor do produto equivale ao valor do capital adiantado. O valor adiantado não gerou filhotes, não criou mais-valia, e o dinheiro por sua vez não se metamorfoseou em capital. O preço de 5 quilos de fios é de 15 francos, e 15 francos foram despendidos no mercado para adquirir os elementos constitutivos do produto, ou – o que dá no mesmo – os fatores do processo de trabalho, 10 francos para o algodão, 2 francos para o desgaste dos fusos e 3 francos para a força de trabalho. De nada adianta o valor que o fio absorveu, porque ele é apenas a soma dos valores que antes estavam distribuídos pelos seus componentes (algodão, fusos, força de trabalho) e, adicionando-os, não se está multiplicando-os.⁴ Todos esses valores estão agora concentrados num objeto, mas já eram uma soma de 15 francos, antes que o capitalista a tirasse de seu bolso para subdividi-la em três compras.

Nada há de estranho neste resultado. O valor de 1/2 quilo de

3. Essas cifras são inteiramente arbitrárias.

fios é 1,5 franco, e no mercado nosso capitalista teria que pagar 15 francos por 5 quilos de fios. Que ele compre sua residência já construída ou que a mande construir, isso não altera a quantidade de dinheiro que terá que gastar.

O capitalista, montado em sua economia política vulgar, gritará talvez que adiantou seu dinheiro com intenção de multiplicá-lo. Mas o inferno está cheio de boas intenções, e ninguém pode impedir o capitalista de ter a intenção de fazer dinheiro sem produzir. Ele jura que não se deixará mais enganar. No futuro, em lugar de fabricá-las, ele comprará no mercado mercadorias completamente acabadas. Mas, se todos os seus compadres capitalistas fizerem o mesmo, como achar mercadorias no mercado? Entretanto, ele não pode comer seu dinheiro. Põe-se então a catequizar-nos: deveríamos levar em consideração a sua abstinência. Ele poderia fazer a festa com seus 15 francos, mas em vez disso ele os consumiu produtivamente e deles fez fios. Isso é verdade, mas também é verdade que agora ele tem fios, e não remorsos. Que tenha cuidado para não compartilhar a sorte do ente-sourador, que já nos mostrou aonde conduz o ascetismo.

Aliás, onde nada existe, o rei perde seus direitos. Qualquer que seja o mérito de sua abstinência, ele não encontra fundos para pagá-la, porque o valor da mercadoria que sai da produção é exatamente igual à soma dos valores que nela entraram. Que seu remédio seja este pensamento consolador: a virtude só se paga com virtude. Mas

4. É principalmente com base nessa proposição – de que o operário industrial acrescentava à matéria-prima o valor de seus meios de subsistência e não um novo valor – que os fisiocratas baseiam sua doutrina da improdutividade de qualquer trabalho não-agrícola. E essa teoria é irrefutável para os economistas que rejeitam a teoria da mais-valia de Marx. “Essa maneira de atribuir a uma única coisa o valor de várias outras (por exemplo, ao linho, os meios de subsistência do tecelão), de aplicar, por assim dizer, mão de tinta sobre mão de tinta, vários valores sobre um valor único, faz com que esse valor aumente essa mesma quantidade... O termo adição descreve muito bem a maneira pela qual se forma o preço dos trabalhos realizados pela mão-de-obra. Esse preço é apenas um total de vários valores consumidos e adicionados; ora, adicionar não é multiplicar” (Mercier de la Rivière).

não! Ele se torna importuno. Ele não tem o que fazer com seus fios: ele os produziu para vender. Está bem, que ele os venda então! Ou, o que seria mais simples, que no futuro ele só produza objetos necessários ao seu próprio consumo: McCulloch⁵, seu oráculo médico habitual, já havia prescrito para ele esse medicamento contra as epidemias de superprodução. Ei-lo que se revolta. Teria o operário a pretensão de construir no ar com seus dez dedos, de produzir mercadorias sem nada? Ele não lhe forneceu a matéria na qual, e somente com a qual, o trabalhador pode realizar seu trabalho? E, como a maior parte da sociedade civil se compõe de semelhantes pobretões, ele, graças aos seus meios de produção, seu algodão e seus fusos, não prestou um serviço imenso à dita sociedade, e mais particularmente ao operário, ao qual adiantou também a sua subsistência? E ele nada receberia por esse serviço! Mas em troca não lhe prestou o operário o serviço de converter em fios seu algodão e seus fusos? Aliás, não se trata aqui de serviços.⁶ O serviço é apenas o efeito útil de um valor de uso, seja ele mercadoria ou trabalho. É do valor de troca que tratamos aqui. O capitalista pagou ao operário o valor de 3 francos. O operário devolve ao capitalista o equivalente exato, acrescentando ao algodão o valor de 3 francos, valor contra valor. Nosso amigo, há pouco tão cheio de pretensões capitalistas, toma de repente a atitude modesta de um simples operário. Ele também não trabalhou? Seu trabalho de vigilância e de inspeção não constitui também valor? O diretor da sua fábrica e seu capataz sacodem os ombros. Nesse ínterim, o capitalista retomou, com sorriso malicioso, sua cara

5. J. R. McCulloch (1789-1864), economista e estatístico inglês. (N. E.)

6. A teoria dos serviços para explicar os lucros capitalistas, defendida por J. B. Say, não é sustentável mesmo no terreno em que ele se coloca. Com efeito, se a retribuição devesse ser proporcional ao serviço prestado, o lavrador que cultiva o trigo e os operários que o transformam em farinha e em pão deveriam ser os mais bem remunerados e, no entanto, eles estão entre os que recebem o menor salário. Aliás, todos os serviços são prestados pelos operários que, diz Adam Smith, “nutrem, hospedam e vestem todo o corpo da nação” (*Richesse des nations*, livro I, capítulo VIII. Des salaries, p. 160, tomo I, tradução de G. Garnier, Paris, 1802).

habitual. Zombava de nós com suas ladainhas. Por todas elas, ele não daria 2 vinténs. Ele deixa esses subterfúgios, essas sutilezas ilusórias para os professores de economia política, eles são pagos para isso, é seu ofício. Quanto a ele, é homem prático, que nem sempre pensa no que diz fora dos negócios, mas sempre sabe o que faz dentro deles.

Observemos isso mais de perto. O valor diário da força de trabalho custa 3 francos, porque é preciso a metade de um dia de trabalho para produzir diariamente essa força; em outras palavras, os meios de subsistência necessários para a manutenção diária do operário custam a metade de um dia de trabalho. Mas uma coisa é o trabalho passado, que está contido na força de trabalho, e outra coisa é o trabalho vivo que essa força de trabalho pode executar; ou seja, suas despesas de manutenção diária e o seu dispêndio de trabalho diário são coisas inteiramente diferentes. As despesas da força de trabalho determinam o seu valor de troca, o dispêndio da força de trabalho constitui o seu valor de uso. Se a metade de um dia de trabalho basta para fazer viver o operário durante 24 horas, isso não quer dizer que ele não possa trabalhar um dia inteiro. O valor que a força de trabalho contém e o valor que ela pode criar na produção, portanto, são grandezas distintas. É essa diferença de valor que o capitalista tinha em vista quando comprou a força de trabalho. A aptidão da força de trabalho para fazer fios ou calçados era apenas uma condição *sine qua non*, porque o trabalho deve ser despendido sob uma forma útil para produzir valor. Mas o que decidiu o negócio foi o valor de uso específico dessa mercadoria, sua propriedade de ser fonte de valor, e fonte de valor maior do que ela contém. Aí está o serviço especial que o capitalista quer do trabalhador. E ele age, nesse caso, em conformidade com as leis eternas da troca das mercadorias. Com efeito, o vendedor da força de trabalho, como o vendedor de qualquer outra mercadoria, realiza o seu valor de troca e aliena o seu valor de uso.

Ele não poderia obter um sem dar o outro. Depois de vendido, o valor de uso da força de trabalho; isto é, o trabalho, não pertence mais ao vendedor, do mesmo modo que o valor de uso do azeite

vendido deixa de pertencer ao comerciante. O “homem de negócios” pagou o valor diário da força de trabalho; por conseguinte, seu uso durante o dia, o trabalho de um dia inteiro, agora pertence a ele. Que essa força de trabalho possa operar, trabalhar durante o dia inteiro mesmo custando apenas a metade um dia de trabalho; ou seja, que o valor criado por seu uso durante um dia seja o dobro de seu próprio valor de troca diário, é uma oportunidade particularmente feliz para o comprador, mas que em nada lesa o direito do vendedor.

Nosso capitalista previu a situação, e isso o faz rir. Portanto, uma vez na oficina, o operário encontra os meios de produção necessários para um dia de trabalho, não de seis, mas de 12 horas. Se 5 quilos de algodão absorveram seis horas de trabalho e transformaram-se em 5 quilos de fios, então 10 quilos de algodão absorveram 12 horas de trabalho e se transformaram em 10 quilos de fios. Examinemos agora o produto do trabalho prolongado. Os 10 quilos de fios contêm cinco dias de trabalho, de 12 horas cada um, dos quais quatro estão contidos no algodão e nos fusos consumidos, e um foi absorvido pelo algodão durante o processo de fiação. Ora, a expressão monetária de cinco dias de trabalho é 30 francos. Logo, é o preço de 10 quilos de fios. Meio quilo de fios custa após, como antes, 1,5 franco. Mas a soma do valor das mercadorias empregadas no processo não ultrapassa 27 francos, enquanto o valor dos fios atinge 30 francos. O valor do produto aumentou em $1/9$ o valor adiantado para sua produção. Os 27 francos adiantados são então transformados em 30 francos. Eles criaram uma mais-valia de 3 francos. A mágica está feita. O dinheiro metamorfoseou-se em capital.

O problema está resolvido em todos os seus termos. A lei das trocas foi rigorosamente observada, equivalente por equivalente. No mercado, o capitalista compra por seu justo valor cada mercadoria – algodão, fusos, força de trabalho. Depois ele faz o que faria qualquer outro comprador, ele consome seu valor de uso. O consumo da força de trabalho sendo, ao mesmo tempo, produção de mercadorias, produz 10 quilos de fios valendo 30 francos. Então o capitalista, que tinha

deixado o mercado como comprador, retorna agora como vendedor. Ele vende cada 1/2 quilo de fio a 1,50 franco, nem um centavo acima ou abaixo do seu valor, e ainda assim retira da circulação 3 francos a mais do que nela havia posto. Essa transformação de seu dinheiro em capital se passa na esfera da circulação e não se passa na circulação. A circulação serve de intermediária. É nela, no mercado, que se vende a força de trabalho a ser explorada fora dela, na esfera da produção, onde se tornará fonte de mais-valia. E assim tudo vai bem, no melhor dos mundos possíveis.

Transformando o dinheiro em mercadorias, que servem de elementos materiais para um novo produto, e a elas incorporando a força de trabalho vivo, o capitalista transforma o valor do trabalho passado – morto, tornado coisa – em capital, em valor acrescido de valor, monstro animado que se põe a trabalhar como se tivesse o diabo no corpo.

Portanto, a produção de mais-valia não é outra coisa que a produção de valor prolongada além de um certo ponto. Se o processo de trabalho dura apenas o tempo necessário para substituir o valor da força de trabalho pago pelo capital por um equivalente novo, há simplesmente a produção de valor. Quando esse tempo é ultrapassado, inicia-se a produção de mais-valia.

No exame da produção de mais-valia, supusemos que o trabalho apropriado pelo capital é o trabalho simples médio. A suposição contrária em nada alteraria a análise. Por exemplo, admitamos que, comparado ao trabalho da fiandeira, o do joalheiro é trabalho elevado a uma potência superior; em outras palavras, que um é trabalho simples, e o outro, trabalho complexo, no qual se manifesta uma força mais difícil de formar e que, empregada durante o mesmo tempo, rende mais valor que o trabalho simples. Mas qualquer que seja o grau de diferença entre esses dois trabalhos, a porção de trabalho durante a qual o ourives produz mais-valia para seu patrão não difere em qualidade da porção de trabalho durante a qual ele produz somente o valor do seu próprio salário. A mais-valia provém unicamente do prolongamento da duração do trabalho, seja o trabalho da fiandeira ou do ourives.⁷

Por outro lado, quando se trata de produção de valor, o trabalho superior deve ser sempre reduzido a trabalho social médio, um dia de trabalho complexo, por exemplo, deve ser reduzido a dois dias de trabalho simples. Se economistas comme il faut⁸ protestaram contra esta “asserção arbitrária”, seria o caso de dizer, conforme o provérbio alemão, que as árvores os impedem de ver a floresta! O que eles acusam de ser um artifício de análise é muito simplesmente um processo que se pratica todos os dias em todos os recantos do mundo. Por toda parte, os valores das mais diversas mercadorias são indistintamente expressos em moeda; quer dizer, numa certa massa de ouro ou de prata. Nessa operação, os diferentes gêneros de trabalho representados por esses valores foram reduzidos, em proporções diferentes, a somas determinadas de uma única e mesma espécie de trabalho comum, o trabalho que produz o ouro ou a prata.

7. A distinção entre o trabalho complexo e o trabalho simples (skilled and unskilled labour) assenta-se freqüentemente em ilusões puras ou, pelo menos, em diferenças que há muito tempo não possuem nenhuma realidade e ainda vivem somente por convenção baseada na tradição. É também freqüente uma maneira de falar que pretende colorir o fato brutal de certos grupos da classe operária – como, os lavradores – serem mais mal situados que outros para arrancar o valor da sua força de trabalho. Circunstâncias fortuitas desempenham aqui um papel tão grande que se pode ver trabalhos de mesmo tipo mudarem alternadamente de lugar. Onde, por exemplo, a constituição física dos trabalhadores está enfraquecida ou relativamente esgotada pelo regime industrial, trabalhos brutais, que exigem muita força muscular, sobem a escala, enquanto trabalhos bem mais refinados descem para a ordem de trabalhos simples. O trabalho de

8. Em francês no original: “comme il faut”. (N.E.)

um pedreiro (brick layer) ocupa na Inglaterra uma ordem bem mais elevada que a de um trabalhador especializado em acabamentos, como é o caso do tecedor de damasquilha (damask-weaver). Por outro lado, o trabalho de um aparador de veludo (fustion cutter) figura como trabalho simples, apesar de exigir grande esforço físico e prejudicar a saúde. Aliás, não se deve imaginar que o pretenso trabalho superior (skilled) ocupe grande espaço no trabalho nacional. Segundo estimativa de Laing, havia em 1843, na Inglaterra, incluindo o País de Gales, 11 milhões de pessoas cujas existências se baseavam no trabalho simples. Deduzindo-se 1 milhão de aristocratas e 1 milhão de pobres, vagabundos, criminosos, prostitutas etc., dos 17 milhões que compunham a população no momento em que ele escrevia, restam 4 milhões para a classe média, aí compreendidos pequenos rendeiros, empregados, escritores, artistas, professores etc. Para obter esses 4 milhões, ele computa na parte trabalhadora da classe média, além dos banqueiros, os financistas etc., os operários de fábrica mais bem pagos! Os próprios pedreiros figuram entre os trabalhadores elevados à segunda potência; restam então os 11 milhões acima mencionados, que tiram sua subsistência do trabalho simples (Laing: National distress etc. Londres, 1844). “A grande classe que só tem o trabalho comum para dar em troca de sua subsistência constitui a grande massa do povo” (James Mill. Article Colony, supplement of the Encyclopedie Britannique, 1831).

CAPÍTULO VIII – CAPITAL CONSTANTE E CAPITAL VARIÁVEL¹

Os diferentes fatores do processo de trabalho ocupam lugares diferentes na formação do valor dos produtos.

O operário transfere um valor novo ao objeto do trabalho por meio da adição de uma nova quantidade de trabalho, quaisquer que sejam as especificidades e a utilidade desse trabalho. Por outro lado, no valor do produto tornamos a encontrar os valores dos meios de produção que haviam sido consumidos durante o processo de trabalho; por exemplo, o valor do algodão e dos fusos está contido no valor do fio. Portanto, os valores dos meios de produção se conservam quando são transmitidos ao produto. Essa transmissão sucede no curso do trabalho, durante a transformação dos meios de produção em produto. O trabalho é, portanto, intermediário. Mas de que modo?

O operário não trabalha duas vezes no mesmo período de tempo, uma para acrescentar um novo valor ao algodão e outra para conservar seu antigo valor; ou, o que é absolutamente a mesma coisa, para transmitir ao produto – ao fio – o valor dos fusos

1. Karl Marx, *Le Capital*, capítulo VIII, edição francesa; capítulo VI, 4ª edição alemã.

que ele usa e o do algodão que ele transforma. É pela simples adição de um novo valor que ele mantém o antigo valor. Mas a adição de um novo valor ao objeto do trabalho e a conservação dos valores antigos no produto são dois resultados inteiramente diferentes, que o operário obtém ao mesmo tempo. Esse duplo efeito, evidentemente, só pode resultar do caráter duplo do seu trabalho. Esse trabalho deve, simultaneamente, em virtude de alguma propriedade, criar valor e, em virtude de outra propriedade, conservá-lo ou transmiti-lo.

Como o operário acrescenta trabalho e, em conseqüência, valor ao objeto do trabalho? Não é sob a forma de um trabalho útil e particular, e somente sob essa forma? A fiandeira só acrescenta trabalho, fiando; o tecelão, tecendo; o ferreiro, forjando. Mas é precisamente essa forma de tecelagem, de fiação etc.; numa palavra, a forma produtiva específica na qual a força do trabalho é despendida, que converte os meios de produção – algodão e fusos, fio e tear, ferro e bigorna – em elementos constitutivos de um produto, de um novo valor de uso. A antiga forma de seu valor de uso só desaparece para revestir nova forma. Ora, vimos que o tempo de trabalho necessário para produzir um artigo compreende também o tempo de trabalho necessário para produzir os artigos consumidos no ato de sua produção. Em outros termos, o tempo de trabalho necessário para produzir os meios de produção consumidos está contido no novo produto.

O trabalhador conserva, portanto, o valor dos meios de produção consumidos, transmite-o ao produto como parte constitutiva de seu valor, não porque acrescenta trabalho em geral, mas pelo caráter útil, pela forma produtiva específica desse trabalho adicional. Sendo útil – atividade produtiva – o trabalho, por seu simples contato, ressuscita os meios de produção dos mortos, faz deles os fatores de seu próprio movimento e a eles se une para constituir produtos.

Se o trabalho produtivo específico do operário não fosse a fiação, ele não fabricaria fios e assim não lhes transmitiria os valores do algodão e dos fusos. Mas se o mesmo operário mudar de profissão e se tornar, digamos, carpinteiro, num dia de trabalho

acrescentará, como antes, valor às matérias. Dessa forma, ele acrescenta valor por seu trabalho, considerado não trabalho de tecelão ou de carpinteiro, mas trabalho humano em geral, e ele acrescenta uma quantidade determinada de valor, não porque seu trabalho tenha um caráter útil particular, mas porque tem certa duração.

Assim sendo, é em virtude de sua propriedade geral, abstrata, como dispêndio de força vital humana, que o trabalho da fiandeira acrescenta um valor novo aos valores do algodão e dos fusos. E é em virtude de sua propriedade concreta, particular, de sua propriedade útil específica como fiação, que ele transmite o valor desses meios de produção ao produto e o conserva nele. Daí o duplo efeito obtido pelo trabalho no mesmo espaço de tempo.

Por uma simples adição de uma quantidade nova de trabalho, um novo valor é acrescentado. Além disso, ao se fazer o acréscimo dessa nova quantidade do trabalho, os antigos valores dos meios de produção são conservados no produto. Esse duplo efeito do mesmo trabalho, em consequência de seu duplo caráter, torna-se compreensível numa multiplicidade de fenômenos.

Suponhamos que uma invenção qualquer permita ao operário fiar, em seis horas, tanto algodão quanto fiava antes, em 36 horas. Como atividade útil e produtiva, a capacidade do seu trabalho sextuplicou, e a quantidade que produz é seis vezes maior, 36 quilos de fio em vez de 6. Mas os 36 quilos de algodão agora absorvem o mesmo trabalho que antes absorviam 6 quilos. Acrescentou-se a esse algodão somente $1/6$ do trabalho que seria acrescentada pelo método anterior, assim como somente $1/6$ do valor anterior. Por outro lado, o valor de algodão que agora existe no produto, nos 36 quilos de fios, é seis vezes maior. Nas seis horas de fiação, um valor seis vezes maior em matérias-primas é conservado e transmitido ao produto, ainda que o novo valor adicionado a essa mesma matéria seja seis vezes menor. Isso mostra como a propriedade, em virtude da qual o trabalho conserva valor, é essencialmente diferente da propriedade, em virtude da qual, durante o mesmo e único processo, cria valor. Quanto mais se transmite, durante a fiação, trabalho socialmente

necessário à mesma quantidade de algodão, maior é o valor novo criado e acrescentado ao algodão. Quanto mais se fiam quilos de algodão num mesmo tempo de trabalho, tanto maior é o antigo valor conservado no produto.

Admitamos agora que a produtividade do trabalho permaneça constante; que dessa forma a fiandeira continue precisando do mesmo tempo para transformar $1/2$ quilo de algodão em fios; mas que o valor de troca do algodão varie, e que $1/2$ quilo de algodão valha seis vezes mais ou menos do que antes. Nos dois casos, a fiandeira continua a adicionar o mesmo quantum de trabalho – o mesmo valor – à mesma quantidade de algodão e nos dois casos produz no mesmo tempo a mesma quantidade de fio. Entretanto, o valor do algodão que ele conserva e transmite aos fios – ao produto – é, num caso, seis vezes menor e, no outro caso, seis vezes maior do que antes. Dá-se o mesmo quando os instrumentos de trabalho aumentam ou diminuem de preço, mas continuam prestando exatamente o mesmo serviço.

Num terceiro caso, em que as condições técnicas da fiação permanecem as mesmas e seus meios de produção não sofrem nenhuma variação de valor, a fiandeira continua a consumir, em tempos de trabalho definidos, quantidades definidas de matéria-prima e de máquinas, cujo valor, conseqüentemente, permanece sempre o mesmo. Então o valor que a fiandeira conserva no produto está, na razão direta do valor novo que acrescenta. Em duas semanas ele acrescenta duas vezes mais trabalho do que em uma – duas vezes mais valor – e ao mesmo tempo ele usa duas vezes mais matérias e duas vezes mais máquinas. Assim no produto de duas semanas ele conserva duas vezes mais valor do que no produto de uma única. Em condições invariáveis, o operário conserva tanto mais valor quanto mais valor acrescenta. Contudo, ele não conserva mais valor por acrescentar mais, porém porque o acrescenta em circunstâncias invariáveis e independentes de seu trabalho.

Entretanto, em sentido relativo, podemos afirmar que o operário sempre conserva valores antigos, à medida que acrescenta valor

novo. Independentemente de o valor do algodão subir ou baixar em 1 franco, o seu valor conservado no produto de uma hora será sempre metade do valor conservado no produto de duas horas. Da mesma forma, se a produtividade do trabalho da fiandeira aumenta ou diminui, ela fiará em uma hora, por exemplo, mais ou menos algodão do que antes e, por conseguinte, conservará no produto de uma hora o valor de mais ou menos algodão. Mas em qualquer caso ele conservará sempre, em duas horas de trabalho, duas vezes mais valor do que numa só.

Deixando de lado sua representação puramente simbólica, o valor só existe numa coisa útil, num objeto. (O próprio homem, como simples existência de força de trabalho, é um objeto natural, um objeto vivo e consciente, e o trabalho é apenas a manifestação exterior, material, dessa força.) Assim sendo, se o valor de uso se perder, o valor de troca se perde igualmente. Os meios de produção que perdem seu valor de uso não perdem ao mesmo tempo seu valor de troca, porque o processo de trabalho só transmuta a forma inicial do seu valor de uso – sua utilidade – para lhe dar, no produto, a forma de um novo valor de uso – nova utilidade. E, do mesmo modo que é importante para o valor existir num objeto útil qualquer, pouco importa qual seja esse objeto, como ficou provado pela metamorfose das mercadorias. Segue-se daí que, no curso do trabalho, o produto só absorve o valor dos meios de produção à medida que eles, perdendo sua utilidade – seu valor de uso –, perdem também seu valor de troca. Os meios de produção só transmitem ao produto o valor que perdem como meios de produção. Mas, desse ponto de vista, os fatores materiais do processo de trabalho se comportam de maneiras diferentes.

O carvão, com o qual se aquece a máquina, desaparece sem deixar vestígios. O mesmo se dá com a graxa que lubrifica o eixo da roda, e assim por diante. As tintas e outras matérias auxiliares desaparecem igualmente, mas depois de terem mudado de forma reaparecem nas qualidades do produto, cuja matéria-prima constitui a substância. Matéria-prima e matérias auxiliares perdem então o aspecto que tinham quando entraram como valores de uso no

processo do trabalho. Mas, para os instrumentos propriamente ditos, a coisa é outra. Um instrumento qualquer, uma máquina, o prédio de uma fábrica, um vaso, só servem ao trabalho durante o tempo em que conservam sua forma original. Do mesmo modo que, durante sua vida, durante o curso do trabalho, eles mantêm sua forma própria relativamente ao produto, do mesmo modo eles a mantêm mesmo depois de mortos. Os cadáveres de máquinas, de instrumentos, de oficinas etc. continuam a existir, independente e separadamente dos produtos para cuja fabricação contribuíram. Se considerar-se todo o período durante o qual um instrumento de trabalho presta seu serviço, desde o dia de sua entrada na oficina até o dia em que é posto fora como ferro velho, vê-se que seu valor de uso durante esse período foi consumido inteiramente pelo trabalho, e que dessa forma seu valor foi transmitido inteiramente ao produto. Uma máquina de fiar, por exemplo, durou dez anos? Seu valor total incorporou-se aos produtos fabricados por ela durante seu funcionamento de dez anos. Assim, o período de vida de um tal instrumento compreende um número maior ou menor das mesmas operações, incessantemente renovadas com seu auxílio. E o período de vida do instrumento de trabalho é como o do homem. A cada dia, todo ser humano se aproxima 24 horas de sua morte; mas só pelo aspecto de um homem é impossível saber quantos dias a morte está próxima dele. Isso, entretanto, não impede que as companhias de seguro extraiam da vida média do homem conclusões muito corretas e, o que mais importa a elas, muito lucrativas. Sabe-se também pela experiência quanto tempo em média dura um instrumento de trabalho, por exemplo, uma máquina de fazer pontos de meia. Se admitirmos que sua utilidade se mantenha somente durante seis dias de trabalho, ela perderá diariamente, em média, um sexto do seu valor de uso e transmitirá um sexto do seu valor de troca ao produto diário. Calcula-se, dessa maneira, o desgaste cotidiano de todos os instrumentos de trabalho e o que eles, diariamente, transmitem do seu próprio valor ao valor do produto.

Vê-se aqui de maneira impressionante, que um meio de pro-

dução jamais transmite ao produto mais valor do que ele próprio perde pelo seu desaparecimento no curso do trabalho. Se não tivesse valor para perder; isto é, se não fosse ele próprio um produto do trabalho humano, ele não poderia transferir nenhum valor ao produto. Ele serviria para formar objetos úteis, valores de uso, sem servir para formar valores. É o que ocorre com todos os meios de produção fornecidos pela natureza, sem nenhuma intervenção humana, como a terra, a água, o vento, o ferro no veio metálico, a madeira na floresta natural, e assim por diante.

Outro fenômeno interessante encontramos aqui. Suponhamos que uma máquina valha, por exemplo, 1.000 francos e que ela seja usada em mil dias. Nesse caso, um milésimo do valor da máquina transmite-se diariamente ao seu produto diário. Mas a máquina, apesar de sua vitalidade sempre decrescente, funciona sempre inteiramente no processo de trabalho. Por conseguinte, apesar de um fator de trabalho entrar inteiramente na produção de um valor de uso, ele só intervém parcialmente na formação do valor de troca. A diferença entre os dois processos reflete-se, assim, nos seus fatores materiais, porque um único e mesmo meio de produção, na mesma operação, conta integralmente como elemento do primeiro processo e somente por frações como elemento do segundo.

Inversamente, um meio de produção pode entrar inteiramente na formação do valor de troca, apesar de intervir somente em parte na produção dos valores de uso. Suponhamos que, na operação e fiação, a cada 158 quilos de algodão, 8 tenham que ser perdidos; em outras palavras, que 8 quilos, em vez de fios, se transformem no que os ingleses chamam “a poeira do diabo” (*devil's dust*). Se, entretanto, essa perda de 16% for normal e inevitável na fabricação, o valor dos 8 quilos de algodão, que não formam elemento algum dos fios, entra todavia em seu valor, da mesma maneira que os 50 quilos que formam a substância desses fios. É preciso que 8 quilos de algodão vão ao diabo para que se possam fazer 50 quilos de fios. É precisamente porque essa perda é uma condição da produção, que o algodão perdido transmite aos fios seu valor. E o mesmo se dá para qualquer resíduo de trabalho, desde que não

sirva mais para formar novos meios de produção e, conseqüentemente, novos valores de uso. Por exemplo, vêem-se nas grandes fábricas de Manchester montanhas de fragmentos espiralados de ferro, arrancados por enormes máquinas como se fossem lascas de madeira removidas pela plaina, passarem de noite da fábrica para a fundição e voltarem no dia seguinte da fundição para a fábrica, sob a forma de blocos de ferro maciço.

Os meios de produção só transmitem valor de troca ao novo produto quando, no curso do trabalho, perdem seu antigo valor de uso; ou seja, suas antigas formas de utilidade. O máximo de valor que então podem perder é limitado pela magnitude do valor originário que possuíam quando entraram na operação; ou o tempo de trabalho exigido para sua produção. Os meios de produção nunca podem, portanto, acrescentar ao produto mais valor do que possuam eles próprios. Qualquer que seja a utilidade de uma matéria-prima, de uma máquina, de um meio de produção, se ela custar 150 luíses ou 500 dias de trabalho, ela não acrescentará mais que 150 luíses ao produto total que contribui para formar. Seu valor é determinado, não pelo trabalho em que entra como meio de produção, mas por aquele de que sai como produto. Ela serve na operação em que é empregada apenas como valor de uso, como coisa que possui propriedades úteis. Se, antes de entrar nessa operação, aquela máquina não possuísse nenhum valor, ela não teria transmitido nenhum valor ao produto.

Enquanto o trabalho produtivo consome o valor de uso dos meios de produção, transformando-os em elementos formadores de um novo produto, o valor desses elementos está sujeito a uma espécie de metempsicose. Ele transmigra do corpo consumido ao corpo novamente formado. Mas essa transmigração efetua-se à revelia do trabalho real. O trabalho não pode acrescentar um novo trabalho – criar um valor novo – sem conservar valores antigos. Para criar valor, o trabalho tem que ser acrescentado sob uma forma útil, e isso não pode ser feito sem transformar produtos já prontos em meios de produção de um novo produto ao qual será transmitido o valor desses meios de produção. A força do

trabalho em atividade – o trabalho vivo – tem então a propriedade de conservar o valor acrescentando valor. É um dom natural que nada custa ao trabalhador, mas que rende muito ao capitalista, é o que garante a conservação do valor atual do seu capital. Enquanto os negócios caminham bem, ele fica por demais ocupado na fabricação da mais-valia para distinguir esse dom gratuito do trabalho. Interrupções violentas, tais como as crises, forçam-no brutalmente a perceber o fato.²

O que se consome dos meios de produção é o valor de uso e, por intermédio desse consumo, o trabalho constitui produtos. Quanto ao seu valor de troca, na realidade, ele não é consumido e não pode, por conseguinte, ser reproduzido. Ele é conservado, não porque tenha sofrido uma operação no processo de trabalho, mas porque o objeto, o valor de uso, no qual originalmente existe é consumido, desaparece somente para tomar nova forma de valor de uso. O valor de troca dos meios de produção reaparece e compõe então o valor de troca do produto; mas, estritamente falando, não é reproduzido. O que é produto é o novo valor de uso no qual o antigo valor de troca reaparece.

Dá-se coisa diferente com o fator subjetivo da produção; ou melhor, com a força de trabalho em atividade. Pela forma como executa seu objetivo, o trabalho conserva e transmite o valor dos

2. No Times, de 26 de novembro de 1862, um fabricante cuja fiação emprega 800 operários e consome, em média por semana, 150 fardos de algodão estadunidense cansa o público com suas lamúrias sobre as despesas anuais que lhe custa a suspensão intermitente do trabalho em sua fábrica. Ele as avalia em 6 mil libras. Entre essas despesas, estão numerosos itens não relevantes para nós, tais como renda imobiliária, impostos, prêmio de seguro, salário dos operários contratados por ano, vigilância, contadores, engenheiros e assim por diante. Ele computa em seguida 150 libras esterlinas de carvão para aquecer a fábrica de vez em quando e movimentar a máquina a vapor e, além disso, o salário dos operários cujo trabalho é ocasionalmente necessário. Enfim, 1.200 libras esterlinas para as máquinas, visto que a temperatura e os princípios naturais de deterioração não interrompem sua ação porque as máquinas estão paradas. Ele observa enfaticamente que, se sua avaliação não ultrapassa muito a soma de 1.200 libras esterlinas, é porque todo seu maquinário se acha bem perto de estar fora de uso.

meios de produção ao produto. Simultaneamente, seu movimento fornece ao produto, a cada instante, um valor adicional, um valor novo. Suponhamos que a produção se paralise no ponto em que o trabalhador só forneceu o equivalente do valor diário de sua própria força de trabalho, quando acrescentou, por exemplo, um valor de 3 francos por seis horas de trabalho. Esse valor forma o excedente do valor do produto em relação ao valor dos elementos provenientes dos meios de produção. É o único valor original que se produziu, a única parte do valor do produto que foi criada no próprio processo de sua produção. Por meio dela, será restituído ao capitalista o dinheiro que ele adiantou para comprar a força de trabalho e que, em seguida, o trabalhador despendeu em meios de subsistência. Em relação aos 3 francos despendidos, o valor novo de 3 francos aparece como uma simples reprodução. Mas esse valor é reproduzido na realidade, e não em aparência, como aconteceu com o valor dos meios de produção. Aqui, a substituição de um valor por outro se realiza graças a uma nova criação.

Já sabemos, entretanto, que o trabalho tem sua duração estendida para além do ponto em que apenas o simples equivalente do valor da força de trabalho é reproduzido e acrescido ao objeto trabalhado. Em vez das seis horas, que bastariam para isso, a operação dura 12 horas ou mais. Portanto, a força de trabalho em atividade não reproduz somente seu próprio valor, mas produz ainda valor a mais. Essa mais-valia forma o excedente do valor do produto em relação a todos os seus fatores consumidos; quer dizer, os meios de produção mais a força de trabalho. Ao expor os diferentes papéis que os fatores do processo de trabalho desempenham na formação do valor do produto, estávamos expondo, na realidade, as funções dos diversos fatores do capital no processo de produção da mais-valia. O excedente de valor do produto, em relação à soma dos valores de todos os seus elementos constitutivos – meios de produção mais força de trabalho – é o excedente do capital acrescido de sua mais-valia em relação ao capital inicialmente adiantado. Tanto os meios de produção quanto a força de trabalho são apenas as diversas formas de existência revestidas

pelo valor capital, quando se transformou de dinheiro em fatores do processo de trabalho.

No curso da produção, a parte do capital que se transforma em meios de produção; isto é, em matérias-primas, matérias auxiliares e instrumentos de trabalho, não modifica então a magnitude do seu valor. É a razão pela qual a chamamos parte constante do capital ou apenas capital constante.

A parte do capital transformada em força de trabalho, pelo contrário, muda de valor no curso da produção. Ela reproduz o seu próprio equivalente e mais um excedente, uma mais-valia, que também pode variar e ser maior ou menor. Essa parte do capital transforma-se incessantemente de grandeza constante em grandeza variável. É a razão pela qual a denominamos parte variável do capital ou apenas capital variável. Os mesmos elementos do capital que, do ponto de vista da produção dos valores de uso, distinguem-se entre si como fatores objetivos e subjetivos, como meios de produção e força de trabalho, distinguem-se, do ponto de vista da formação do valor, em capital constante e capital variável.

A noção de capital constante não exclui de nenhum modo uma mudança de valor das suas partes constitutivas. Suponhamos que $1/2$ quilo de algodão custe hoje $1/2$ franco e que amanhã, em consequência de uma perda na colheita de algodão, seu preço suba a 1 franco. O algodão antigo, que continua a ser trabalhado, foi comprado pelo preço de $1/2$ franco, mas agora ele acrescenta ao produto o valor de 1 franco. E o algodão que já está fiado e que, talvez, já circule no mercado sob a forma de fios, acrescenta igualmente ao produto o dobro de seu valor primitivo. Vê-se, entretanto, que essas mudanças são independentes do acréscimo de valor que o algodão obtém pela própria fiação. Se o algodão antigo ainda não tivesse entrado no processo de produção, ele poderia ser simplesmente revendido a 1 franco em vez de $1/2$ franco. Menos transformações sofreu, mais certo será esse resultado. Quando ocorrem semelhantes variações no valor, é uma lei da especulação agiotar com a matéria-prima na forma menos modificada pelo trabalho, preferindo, para isso, os fios ao tecido e o algodão aos

fios. A mudança de valor nasce aqui no processo que produz o algodão, e não no processo em que o algodão funciona como meio de produção, como capital constante. O valor, é verdade, mede-se pelo quantum do trabalho fixado numa mercadoria; mas esse mesmo quantum é determinado socialmente. Se o tempo de trabalho social exigido pela produção de um artigo sofre variação – e o mesmo quantum de algodão, por exemplo, representa um quantum mais considerável do trabalho quando a colheita é má do que quando é boa –, então a mercadoria antiga, que só conta sempre como exemplar de sua espécie, ressenete-se imediatamente dessas variações, porque seu valor é sempre medido pelo trabalho socialmente necessário; em outras palavras, pelo trabalho necessário nas condições sociais efetivamente existentes.

Do mesmo modo que o valor da matéria-prima varia, também pode variar o valor dos instrumentos de trabalho já empregados na produção – máquinas, construções etc. – e por isso também a porção de valor que transmitem ao produto. Se por exemplo em consequência de uma nova invenção, uma máquina pode ser reproduzida com menor dispêndio de trabalho, a máquina antiga da mesma espécie perde valor e, por consequência, dá proporcionalmente menos valor ao produto. Mas neste caso, como no precedente, a mudança de valor ocorre fora do processo em que a máquina funciona como instrumento, como meio de produção. Uma vez engajada no processo de produção, a máquina não pode transferir mais valor do que aquele que possui fora dele.

Mesmo depois de os meios de produção entrarem no processo de trabalho, uma mudança no seu valor em nada modifica seu caráter de capital constante. Da mesma forma, uma mudança sobrevinda na proporção entre o capital constante e o capital variável em nada afeta a sua diferença funcional. Admitamos que as condições técnicas do trabalho sejam transformadas de tal modo que onde, por exemplo, dez operários com dez instrumentos de pequeno valor transformavam uma massa proporcionalmente pequena de matéria-prima, um operário transforma agora, com uma máquina mais cara, uma massa 100 vezes maior. Nesse caso,

o capital constante; ou melhor, o valor dos meios de produção empregados, seria consideravelmente acrescido, e a parte do capital convertido em força de trabalho seria consideravelmente diminuída. Essa transformação modifica apenas a relação de grandeza entre o capital constante e o capital variável ou a proporção segundo a qual o capital total se decompõe em elementos constantes e variáveis, mas não afeta a sua diferença funcional.

CAPÍTULO IX – TAXA DE MAIS-VALIA¹

O capital constante consumido no ato da produção sob forma de dispêndio de máquinas, de matérias auxiliares e de matérias-primas, reaparecendo no produto sem acrescentar a ele novo valor, pode ser eliminado do cálculo da taxa de mais-valia. Sendo o capital variável, consagrado à compra da força de trabalho – o criador da mais-valia – torna-se evidente que a relação da mais-valia para o capital variável determina a taxa dessa mais-valia:

$$\frac{P}{v},$$

em que **P** = mais-valia, e **v** = capital variável.

Vimos que o operário, durante uma parte do tempo exigido pelo processo produtivo, só produz o valor de sua força de trabalho; o que equivale ao valor dos meios de subsistência necessários à sua

1. Karl Marx, *Le Capital*, capítulo IX, item 1, edição francesa; capítulo VII, item 1, 4ª edição alemã.

manutenção. Mas, sendo o meio em que produz organizado pela divisão espontânea do trabalho social, o trabalhador não produz sua subsistência diretamente, mas sob a forma de uma mercadoria específica, sob a forma de fios, por exemplo, cujo valor equivale ao valor de seus meios de subsistência ou do dinheiro com o qual ele os compra. A parte do seu dia de trabalho empregada para essa finalidade é maior ou menor segundo o valor médio dos meios de subsistência que ele precisa consumir diariamente, ou o tempo de trabalho exigido, em média, a cada dia, para produzir esses meios de subsistência. Mesmo que trabalhasse somente para si próprio e não para o capitalista, e se todas as demais circunstâncias permanecessem as mesmas, o trabalhador precisaria trabalhar, em média, a mesma cota-parte do dia para ganhar os meios de subsistência necessários à sua manutenção. Mas, como na parte do dia em que produz o valor quotidiano de sua força de trabalho, por exemplo 3 francos, ele produz somente o equivalente de um valor já pago pelo capitalista e, assim, apenas compensa um valor por outro, essa produção de valor é, na realidade, uma simples reprodução. Eu denomino então tempo de trabalho necessário como a parte do dia em que essa reprodução se realiza, e o trabalho necessário como o trabalho despendido durante esse tempo: necessário para o trabalhador, porque independente da forma social de seu trabalho; necessário para o capital e o mundo capitalista, porque esse mundo tem por base a existência do trabalhador.

O período de atividade que ultrapassa os limites do trabalho necessário custa, é verdade, trabalho ao operário; isto é, um dispêndio de força, mas não constitui para ele nenhum valor. Constitui uma mais-valia que tem para o capitalista todos os encantos de uma criação *ex nihilo*². Eu denomino tempo extra (ou tempo excedente) como essa parte do dia de trabalho e sobre-trabalho (ou trabalho excedente) como o trabalho nela despendido. Assim como, para a compreensão do valor em geral, é de importância decisiva ver nele apenas uma simples cristalização de tempo de trabalho, um

2. “Do nada”, em latim. (N. E.)

trabalho realizado é de igual importância para o entendimento da mais-valia, compreendê-la como simples cristalização de tempo de trabalho extra, como sobre-trabalho realizado. As diferentes formas econômicas revestidas pela sociedade – a escravatura, por exemplo, e o assalariado – só se distinguem pelo modo com que esse sobre-trabalho é imposto e extorquido ao produtor imediato; quer dizer, ao operário.

Do fato de o valor do capital variável ser igual ao valor da força de trabalho por ele comprada; de o valor dessa força de trabalho determinar a parte necessária do dia de trabalho; e de a mais-valia ser determinada pela parte extra desse mesmo dia, segue-se que a mais-valia está para o capital variável assim como o sobre-trabalho está para o trabalho necessário. Essa relação é a taxa de mais-valia.

$$\frac{P \text{ (mais-valia)}}{V \text{ (capital variável)}} = \frac{\text{sobre-trabalho}}{\text{trabalho necessário}}$$

Essas proporções representam a mesma relação sob duas formas diferentes: de um lado da equação, sob forma de trabalho realizado, do outro lado sob forma de trabalho em movimento.

A taxa de mais-valia é então a expressão exata do grau de exploração da força de trabalho pelo capital ou do trabalhador pelo capitalista.

Tal é, portanto, em resumo, o método a empregar para o cálculo da taxa da mais-valia. Tomamos o valor total do produto e dele retiramos o valor do capital constante, que somente reaparece no produto; a quantia de valor que restar é o único valor realmente gerado durante a produção da mercadoria. Se a mais-valia for dada, é preciso subtraí-la dessa quantia para encontrar o capital variável. Se for dado o capital variável, fazemos a operação inversa para encontrar a mais-valia. Se ambos são dados, resta-nos apenas fazer a operação final, o cálculo de

$$\frac{P}{V},$$

relação entre mais-valia e capital variável.

Por mais simples que seja esse método, convém o leitor exercitar-se em alguns exemplos, que muito o facilitarão a explicação.

Entremos, primeiramente, numa fiação. Os dados seguintes pertencem ao ano de 1871 e foram-me fornecidos pelo próprio fabricante. A fábrica põe em movimento 10 mil fusos, fabrica com algodão americano fios nº 32 e produz, por semana, 1/2 quilo de fios por fuso. A perda do algodão monta a 6%. São então por semana, 5.300 quilos de algodão que o trabalho transforma em 5 mil quilos de fios e 300 quilos de algodão perdido. Em abril de 1871, esse algodão custava 0,806 franco por 1/2 quilo, e conseqüentemente para 5.300 quilos a soma aproximada de 8.550 francos. Os 10 mil fusos, neles compreendidos a máquina de fiar e a máquina vapor, custam 25 francos cada um; ou seja, 250 mil francos no total. Seu desgaste é de 10% (25 mil francos) ou 500 francos por semana. A locação dos edifícios é de 150 francos ou 3 francos por semana. O consumo de carvão (100 francos por hora e por cavalo de força, sobre uma força de 100 cavalos medida pelo indicador e 60 horas por semana, estando incluído nesta quantia o aquecimento do local) atinge por semana a cifra de 11 toneladas e, a 10,60 francos por tonelada, custa cada semana 116,60 francos. O consumo, também semanal, é de 25 francos para o gás, de 112,50 francos, para o óleo e 250 francos para todas as matérias auxiliares. A porção de valor constante é, por conseguinte, 9.450 francos. Não desempenhando ela papel algum na formação do valor semanal, vamos retirá-la do valor total do produto.

O salário dos operários monta a 1.300 francos por semana, o preço dos fios – sendo de 1,275 franco cada 1/2 quilo – é, para 5 mil quilos, de 12.750 francos. O valor produzido por semana é por conseguinte de 12.750 - 9.450 francos = 3.300 francos. Se agora subtrairmos dele o capital variável (salário dos operários); ou melhor, 1.300 francos, resta uma mais-valia de 2.000 francos.

Logo, a taxa de mais-valia será:

$$\frac{2.000}{1.300} = 153,84\%$$

Por conseguinte, para um dia médio de dez horas, o trabalho necessário é igual a 3 h 31/33 e o sobre-trabalho, igual a 6 h 2/33.

Eis um outro cálculo, embora imperfeito, porque faltam nele vários dados, mas suficiente para demonstrar a forma de estabelecer a taxa de mais-valia. Utilizaremos os dados descritos num livro de Jacob³, que tratava das leis sobre os cereais (1815).

TRIGO - PRODUÇÃO DE UM ACRE

CAPITAL CONSTANTE		MAIS-VALIA	
Sementes.....	36,25	Dízimos, taxas.....	26,20
Adubos.....	62,50	Renda fundiária	35,00
CAPITAL VARIÁVEL		Lucros do agricultor	
Salários.....	87,50	e juros do capital	27,55
	186,25		<u>88,75</u>

A mais-valia, admitindo sempre que o preço dos produtos é igual ao seu valor, acha-se aqui repartida entre as diversas rubricas: lucro, juros, dízimos etc. Sendo essa distribuição indiferente para nós, consideramos em conjunto todas as rubricas e obtemos, assim, uma mais-valia de 88,75 francos. Deduzimos, do valor do produto, os 98,75 francos das sementes e adubos, porque são a parte constante do capital. Resta o capital variável adiantado de 87,50 francos no lugar do qual um novo, de 87,50 francos + 88,75 francos, foi reproduzido. A taxa de mais-valia é:

P 88,55

3. William Jacob, A Letter to Samuel Withbread, being a Sequel to Considerations on the Protection Required by British Agriculture, Londres, 1815, p. 33. (N. Ed. Alemã).

EXTRATOS POR PAUL LAFARGUE

$$\frac{V}{\text{—}} = \frac{87,50}{\text{—}} = \text{mais de } 100\%$$

O lavrador emprega, portanto, mais da metade do seu dia de trabalho na produção de uma mais-valia que diversas pessoas partilham entre si sob diferentes pretextos.

RECORDAÇÕES
PESSOAIS
SOBRE KARL
MARX

RECORDAÇÕES PESSOAIS DE KARL MARX

Por PAUL LAFARGUE

*He was a man, take him for all is all,
I shall not look upon his like again.*
(Shakespeare – **HAMLET**, Ato I, Cena 2)¹

I

Vi Marx, pela primeira vez, em fevereiro de 1865. A Internacional havia sido fundada em 28 de setembro de 1864, no comício do St. Martin's Hall, em Londres. Eu vinha de Paris para tomar conhecimento dos progressos da nossa jovem organização. M. Toloin, hoje Senador da República burguesa e um de seus delegados na Conferência de Berlim, havia me dado uma carta de apresentação.

Eu tinha então 24 anos. Jamais esquecerei a impressão que me causou este primeiro encontro. Nessa época, Marx estava debilitado fisicamente. Trabalhava no primeiro volume de O Capital, que só veio a ser publicado dois anos depois, em 1867. Ele temia não poder terminar a obra e procurava receber cordialmente os jovens, a quem dizia: “Eu preciso preparar os homens que, depois de mim, continuarão a propaganda comunista”.

Marx era um desses raros seres que ocupam, ao mesmo tempo, o primeiro plano na ciência e na vida pública. De tal maneira ele exercia essas duas atividades, que era difícil saber o que se

1. Tradução livre: “Era um homem, um homem completo / Jamais verei alguém como ele”. (N. E.)

projetava em primeiro lugar: se o homem de ciência ou o lutador socialista. Considerando que toda a ciência deve ser cultivada por si mesma e que nas investigações científicas jamais se deve temer as conclusões a que se pode chegar, ele era da opinião de que, se o homem de ciência não quisesse ocupar um plano secundário, deve participar incessante e ativamente da vida pública, sem fazer do seu gabinete de trabalho ou do seu laboratório um esconderijo, antes se atirando às lutas sociais e políticas de sua época.

“A ciência não deve significar apenas um prazer egoístico”, dizia Marx. “Os que têm a oportunidade de se consagrar aos estudos científicos deverão ser os primeiros a pôr seus conhecimentos a serviço da humanidade.” Uma de suas frases favoritas era: “Trabalhar pela humanidade”.

Ainda que se comovesse profundamente com os sofrimentos das classes trabalhadoras, não foram considerações de ordem sentimental que o levaram ao comunismo. Impeliram-no até aí as conclusões de seus estudos de história e economia política. Entendia que todo espírito imparcial, não influenciado pelo interesse privado ou pelos preconceitos de classe, deveria chegar a essas mesmas conclusões.

Se não levava idéias preconcebidas para o estudo da evolução econômica e política das sociedades humanas, ao escrever assumia, entretanto, a firme intenção de difundir o resultado de suas investigações como base científica do movimento socialista que, até essa época, perdia-se entre as nuvens da utopia. Só se apresentava em público em busca da vitória do proletariado, que tem por missão histórica instaurar o comunismo logo que puder tomar em suas mãos a direção política e econômica da sociedade...

A atividade de Marx não dizia respeito apenas ao seu país de origem: “Sou cidadão do mundo”, dizia, “e trabalho onde me encontro”. Com efeito, para onde quer que fosse conduzido pelos acontecimentos e pelas perseguições políticas, na França, na Bélgica ou na Inglaterra, ele participava ativamente dos movimentos revolucionários que se desenvolviam.

Contudo, menos que o agitador incansável e incomparável, era

de início o homem de ciência que eu via nele, aquele que pude observar trabalhando num quarto do Maitland Park Road, local para onde constantemente afluíam camaradas de todos os cantos do mundo civilizado, que vinham se esclarecer com o mestre do pensamento socialista. O aposento de Marx possuía seu sentido histórico. É preciso conhecê-lo para penetrar na intimidade da vida intelectual de Marx.

Estava situado no primeiro pavimento e o largo balcão, por onde penetrava abundante luz, dava para o parque. De um e de outro lado da lareira e de frente para a janela, estavam as estantes repletas de livros, pacotes de jornais e manuscritos. Diante da lareira, de um dos lados da janela, viam-se duas mesas cobertas de papéis, livros e jornais. No centro da sala, na parte mais clara, havia uma mesa singela, de 1 metro de comprimento por 17 centímetros de largura, e uma poltrona de madeira. Entre ela e as estantes, diante da janela, via-se um divã de couro que Marx utilizava para descansar, de vez em quando. Sobre a lareira, havia também livros misturados com cigarros e maços de tabaco, retratos de suas filhas, de sua companheira, de Wilhelm Wolff e de Friedrich Engels.

Marx era fumante inveterado. “O Capital”, dizia-me, “jamais me dará o que já gastei em fumo enquanto o escrevia”. Gastava muitos fósforos. Distraído, com tanta frequência deixava o cachimbo ou o cigarro se apagar que, para reacendê-los, desperdiçava incrível quantidade de fósforos.

Não permitia que ninguém arrumasse – ou melhor, desarrumasse – seus papéis. Na realidade, essa desordem era apenas aparente. Tudo estava no seu devido lugar. Encontrava sempre sem esforço o livro ou o papel que necessitasse. No decurso de uma conversa, interrompia-se com frequência para mostrar num livro uma passagem ou cifra que queria citar. Estava tão identificado com o ambiente de seu aposento, que os livros o obedeciam como partes do próprio corpo.

Na maneira de dispor seus livros, ele não dava importância à simetria formal. Volumes de todo tamanho, misturados a folhetos,

confundiam-se pitorescamente. Não os arrumava de acordo com as dimensões, mas levando em conta o assunto. Para Marx, os livros representavam instrumentos de trabalho, e não objetos de luxo. Afirmava: “Os livros são meus escravos e hão de servir-me de acordo com meus desejos e com toda a pontualidade”. Sem levar em conta o formato ou a beleza gráfica, maltratava os livros, dobrava-os em ângulo, borrava-os e sublinhava tal ou qual trecho. Não fazia anotações nos livros, mas marcava-os com um ponto de exclamação ou interrogação quando o autor passava das medidas. Seu sistema de sublinhar permitia que fosse ao assunto sempre que julgasse oportuno. Tinha o costume de reler seus cadernos de anotações e as passagens sublinhadas nos livros, guardando os assuntos fielmente na memória, que era de uma extraordinária precisão. Exercitou-a desde a adolescência. Seguindo os conselhos de Hegel, decorava versos escritos em línguas desconhecidas para ele.

Sabia de cor as obras de Heine e Goethe e citava, de memória, trechos desses autores. Lia poetas de todas as literaturas européias. Anualmente, lia Ésquilo no texto grego original. Considerava Ésquilo e Shakespeare os dois maiores gênios dramáticos de todos os tempos. Dedicou-se a estudar profundamente a obra de Shakespeare, por quem sentia admiração sem limites. Conhecia o caráter de todas as personagens criadas pelo dramaturgo inglês. Da sua devoção ao poeta de Hamlet compartilhava toda a família, tanto que suas filhas conheciam de cor os trabalhos de Shakespeare.

Depois de 1848, querendo se aperfeiçoar no conhecimento da língua inglesa, pesquisou e classificou as expressões de Shakespeare. Fez o mesmo com parte da obra do polemista inglês William Cobbett, a quem grandemente se afeiçoara. Entre seus poetas favoritos, contavam-se Dante e Robert Burns. Tinha verdadeiro prazer em ouvir as filhas recitarem para ele fragmentos de sátiras ou madrigais do poeta escocês.

Cuvier, esse infatigável trabalhador a serviço da ciência, instalara no Museu de Paris, que dirigia, vários laboratórios para seu uso pessoal. Cada laboratório destinava-se a um fim especial e continha

livros, instrumentos e material anatômico adequados. Quando Cuvier se sentia fatigado com determinada pesquisa, passava a outro laboratório, aí continuando outro tipo de estudo. Essa simples troca de atividade representava para ele saudável repouso.

Marx, trabalhador tão incansável quanto Cuvier, não dispunha de meios para instalar tantos laboratórios. Sua forma de descansar era passear pelo quarto. Seus passos como que estavam impressos no tapete, já desgastado, desde a porta até a janela.

De quando em quando, estirava-se no divã e lia um romance. Às vezes, lia dois ou três de uma vez, andando de um lado para outro. Como Darwin, era grande leitor de romances. Tinha preferência pelos do século XVIII, interessando-se em particular por Tom Jones, de Fielding. Os autores contemporâneos seus de que mais gostava eram Paul de Kock, Charles Lever, Alexandre Dumas, pai, e Walter Scott, cuja obra *Old Mortality* considerava magistral. Admirava as narrações alegres e de aventuras. Cervantes e Balzac eram também autores de sua predileção. Em Dom Quixote via os derradeiros dias da cavalaria andante, que teve seus méritos transformados em objeto de chacota e escárnio por parte do nascente mundo burguês. Sentia tal interesse por Balzac que se propunha escrever uma obra crítica sobre *A Comédia Humana* “logo que terminasse seus trabalhos sobre economia”.

Balzac não foi só o historiador da sociedade de seu tempo, mas também o criador de tipos proféticos que, na época de Luís Felipe, existiam apenas em estado embrionário, só se desenvolvendo completamente no tempo de Napoleão III.

Marx lia com perfeição todas as línguas européias e escrevia em três: alemão, francês e inglês, causando admiração aos nativos dessas línguas. “Um idioma estrangeiro é uma arma nas lutas da vida”, dizia muitas vezes. Tinha muita facilidade em adquirir conhecimentos de qualquer idioma. Aos 50 anos, começou a estudar o russo e, ainda que esta língua nada tivesse em comum com a etimologia das línguas que conhecia, em seis meses já lia trechos de escritores e poetas russos, como Gogol, Puchkin e Chitchev. O que o levou a aprender o russo foi o desejo de ler diretamente

os documentos de comissões de inquérito oficiais, cuja divulgação era proibida pelo Governo do Tzar, em virtude das terríveis revelações que continham. Amigos devotados enviavam essa documentação a Marx, que seguramente foi o único economista da Europa Ocidental que pode conhecê-la.

Além dos poetas e romancistas, Marx tinha um modo original de se distrair: a matemática. A álgebra era para ele como um conforto moral e serviu de refúgio nos momentos mais difíceis e dolorosos de sua agitada existência. Durante a última enfermidade de sua mulher, foi impossível ocupar-se de seus trabalhos científicos. E o único meio que encontrou para subtrair-se à dor que a ele causava a doença da companheira foi se refugiar no árido campo da matemática.

Foi durante esse período de sofrimentos morais que ele escreveu um trabalho sobre cálculo infinitesimal, obra de grande valor, segundo os matemáticos que a conheceram. No campo das matemáticas superiores, Marx recuperava o movimento dialético em sua forma mais lógica e mais simples. Era de opinião de que uma ciência não podia verdadeiramente se desenvolver senão quando pudesse utilizar a matemática.

A biblioteca de Marx, que se compunha de mais de mil volumes, reunidos cuidadosamente durante uma longa vida consagrada às investigações científicas, não bastava para ele. Durante anos, foi freqüentador assíduo da biblioteca do British Museum, em Londres, cujo extenso catálogo apreciava.

Seus próprios adversários eram obrigados a reconhecer a extensão e a profundidade de seus conhecimentos, não só na sua especialidade característica, a economia política, mas também no que se refere à história, à filosofia e à literatura universal.

Ainda que se deitasse tarde da noite, levantava-se entre oito e nove da manhã, tomava café, lia os jornais e permanecia no seu gabinete de trabalho até a madrugada. Seu labor não era interrompido senão para comer e passear, de tarde, em Hampstead Heath, quando o tempo o permitia. De dia, repousava no sofá durante uma ou duas horas. Na sua juventude, passava noites inteiras

entregue ao trabalho.

Para ele, o trabalho se tornou uma verdadeira paixão, a ponto de fazê-lo se esquecer das refeições. Era preciso insistir para que se alimentasse. Logo que acabava de comer, atirava-se novamente ao trabalho. Comia pouco e, como tivesse pouco apetite, estimulava-o com pratos condimentados de vários modos: presunto, pescado, caviar, pepinos. A pouca atividade do estômago contrastava com a da cabeça.

Pelo cérebro, sacrificava todo o corpo. Pensar era sua maior alegria. Ouvi-o, muitas vezes, repetir as palavras de Hegel, seu mestre de filosofia dos tempos da juventude: “Até o pensamento criminoso de um bandido é maior e mais nobre do que todas as maravilhas do céu”.

Tão contínuo e extenuante era seu trabalho intelectual e esse modo de vida tão incomum que, para suportá-lo, precisava de uma constituição física privilegiada. E, de fato, Marx era solidamente construído. Estatura além da mediana, ombros largos, peito bem desenvolvido e corpo proporcional, com exceção do tronco, um pouco longo em relação às pernas, o que é muito freqüente entre os judeus. Se na juventude houvesse feito exercícios físicos, teria sido extraordinariamente forte. O único exercício que praticava regularmente era andar a pé. Podia ficar andando ou escalando colinas por horas inteiras, tagarelando e fumando, sem demonstrar a menor fadiga. Mesmo enquanto trabalhava, ficava andando no gabinete. Sentava por curtos momentos para anotar alguma coisa que o cérebro ditava para ele, sempre em perpétua atividade. Gostava de falar enquanto andava, parando uma vez ou outra, ao surgir um tema interessante.

Acompanhei-o durante anos em seus passeios por Hampstead Heath. Foi percorrendo os prados que adquiri meus conhecimentos de economia. Talvez sem se dar conta disso, Marx desenvolvia perante mim o conteúdo de seu primeiro volume de *O Capital*, na mesma ordem em que o escrevia.

Assim que voltávamos dos passeios, eu sempre fazia meu melhor esforço para anotar o que ele havia dito. No começo, eu

tinha muita dificuldade em acompanhar o fio de seu pensamento, tão profundo e complexo. Infelizmente, perdi essas preciosas anotações. Depois da Comuna, a polícia apoderou-se dos papéis que eu tinha em Paris e Bordeaux.

A perda que mais lastimo é das anotações que fiz uma tarde, após ouvir de Marx, com a riqueza de demonstrações e seu brilho peculiar, a genial teoria do desenvolvimento da sociedade humana. Como se um véu se rasgasse ante meus olhos, compreendi, pela primeira vez em minha vida, a lógica da história e as causas materiais das manifestações, aparentemente tão contraditórias, do desenvolvimento da sociedade e do pensamento humanos. Fiquei como atordoado e, durante anos, guardei a mais forte das impressões.

O mesmo efeito causei aos socialistas de Madrid, quando reconstitui, ante eles, com meus poucos recursos, essa teoria – a mais genial das teorias de Marx, uma das mais geniais, sem dúvida, que já brotou de um cérebro humano.

Marx recordava-se de uma inesgotável multiplicidade de fatos históricos e das ciências naturais, assim como de teorias filosóficas, de conhecimentos e observações amalhadas no curso de um longo trabalho intelectual e dos quais ele se servia admiravelmente. A qualquer momento, podia-se perguntar a Marx as coisas mais variadas, na certeza de que se obteriam respostas sempre oportunas. Seu cérebro era como um navio de guerra ainda no porto, mas com a caldeira em ebulição, sempre pronto a partir não importava em qual direção do oceano do pensamento.

O Capital revela, por certo, uma inteligência de vigor e riqueza extraordinários, mas para mim, como para todos os que conheceram Marx de perto, nem O Capital, nem outra de suas obras refletia a envergadura de seu gênio e de seu saber que, de fato, estavam muito acima do que escreveu.

Trabalhei com ele. Apesar de não passar de um secretário a quem ele ditava os textos, pude observar sua maneira de pensar e escrever. O trabalho para ele era, ao mesmo tempo, fácil e difícil: fácil, porque os fatos e as idéias referentes aos temas se atropelavam em seu espírito; difícil, precisamente em razão dessa

abundância de referências que embarçava e tornava mais longa a exposição completa de suas idéias.

Dizia Vico²: “As coisas só são corpos para Deus, que tudo sabe; para os homens, que só vêem o exterior, não passam de superfícies”.

Marx captava os fenômenos à maneira da divindade, à maneira de Vico. Não via apenas a dimensão superficial das coisas. Penetrava nelas, estudava todos os elementos, as ações e reações recíprocas, isolava um por um esses elementos e pesquisava sua evolução e desenvolvimento. Em seguida, passava ao estudo do meio ambiente e observava efeitos e reciprocidades. Ele remontava à origem do objeto de estudo, às transformações, evoluções e revoluções que eles haviam sofrido para alcançar, enfim, seus efeitos mais longínquos. Não se detinha no fenômeno isolado, mas relacionava-o com o ambiente. Via a complexidade do mundo em perpétua atividade

Queria expressar toda a vitalidade desse mundo em suas ações e reações, tão variadas e em contínua transformação. Escritores da escola de Flaubert e dos Goncourt³ queixam-se das dificuldades que a realidade apresenta para ser refletida com exatidão. E, no entanto, o que eles pretendem fixar é apenas a dimensão superficial de que nos fala Vico, a impressão produzida pelas coisas. A atividade literária de Flaubert e dos Goncourt é simples jogo infantil comparada ao trabalho de Marx. Era preciso extraordinária potência intelectual para apreender a realidade e capacidade artística não menos extraordinária para descrevê-la.

Marx nunca estava satisfeito com o que produzia. Vivia constantemente fazendo mudanças e sempre achava que a expressão era inferior à concepção.

Ele reunia as duas qualidades do pensador genial. Sabia como

2. Giambattista Vico (1668-1744), filósofo, historiador e jurista italiano. (N. E.)

3. Jules e Edward Goncourt, irmãos, escritores da escola naturalista francesa. (N. E.)

ninguém dissecar os diversos elementos componentes de um objeto e, descobrindo sua íntima harmonia, reconstruí-lo, depois, magistralmente, em todos os seus detalhes e formas diferentes de desenvolvimento. Suas demonstrações não se apoiavam em abstrações, como o acusam os economistas incapazes de pensar. Marx não empregava o método dos geômetras que, depois de ter tirado suas definições do meio ambiente, abstraem completamente a realidade quando se trata de deduzir conseqüências. Não se encontra em *O Capital* uma definição única, uma fórmula única, mas sim uma série de análises extremamente criteriosas, revelando as nuances mais sutis e até as menores diferenças.

Marx começa comprovando o fato evidente de a riqueza das sociedades, em que predomina o modo de produção capitalista, aparecer como uma imensa acumulação de mercadorias. A mercadoria – fato concreto e não abstração matemática – é portanto o elemento, a célula da riqueza capitalista. Marx vira e revira a mercadoria, examina-a em todos os sentidos, penetra o seu interior e, afinal, um atrás do outro, desdobra todos os seus segredos, dos quais os economistas oficiais não tinham a menor idéia, ainda que tais segredos sejam mais numerosos e mais profundos que os mistérios da religião católica. Depois de examinar a mercadoria em todos os seus aspectos, ele descobre a relação que se estabelece entre elas com a troca. Chega logo à produção e suas condições históricas. Estudando as diferentes formas da mercadoria, mostra como ela passa de uma a outra e como uma determina necessariamente a outra. O desenvolvimento lógico dos fenômenos está apresentado com arte tão perfeita, que quase se poderia crer que Marx o inventou. E, no entanto, ele tudo deduziu e outra coisa não fez senão expressar o movimento dialético da mercadoria.

Marx sempre foi extremamente consciencioso em seus trabalhos. Não se utilizava jamais de um fato, uma cifra ou de uma data sem que se apoiasse nas fontes mais autorizadas. Não se satisfazia com informações de segunda mão, mas procurava sempre as fontes, qualquer que fosse o esforço que isso custasse a ele.

Era capaz de ir à biblioteca do British Museum para com-

provar o mais insignificante fato. Seus críticos nunca puderam acusá-lo da menor inexatidão ou provar que, em alguma de suas demonstrações, se apoiasse em fatos que não resistissem ao mais rigoroso exame.

O hábito de ir às origens levou-o a ler autores muito pouco conhecidos e por ninguém citados, a não ser por ele. O Capital contém tal quantidade dessas citações, que não é de admirar ver alguém tentado a crer que o autor assim o fez por prazer ou vaidade de fazer brilhar seus conhecimentos. No entanto, nada mais injusto: “Exerço a justiça histórica”, dizia Marx, “e dou a cada qual o que lhe pertence”. Considerou, com efeito, que era seu dever indicar o autor, por mais desconhecido ou pouco importante que fosse, que fora o primeiro a expressar uma idéia ou a fazê-lo da melhor maneira.

Sua consciência literária era tão severa quanto sua consciência científica. Não só jamais se basearia em fato de que não tivesse plena certeza, como não se permitiria abordar pontos que não tivesse estudado a fundo. Só publicava alguma coisa após refazê-la tantas vezes quantas julgasse necessário, até atingir a forma adequada. Não podia suportar a idéia de oferecer ao público um estudo insuficientemente trabalhado. Para ele, era verdadeiro martírio ser obrigado a mostrar seus manuscritos antes do último toque. Tão forte era esse sentimento, que um dia me disse que preferiria queimar seus manuscritos a deixá-los incompletos.

Seus métodos de trabalho impunham a ele tarefas das quais seus leitores não poderão ter a menor idéia. Assim se explica que, para escrever aquelas 20 páginas de O Capital sobre a legislação trabalhista inglesa relativa à proteção do trabalho, se obrigasse a estudar toda uma biblioteca de “livros azuis”, que continham os relatórios das comissões de inquérito e dos inspetores de fábricas da Inglaterra e da Escócia. Leu todos esses livros, do princípio ao fim, segundo se pode atestar pelos numerosos sinais a lápis que neles fez. Achava que tais informes perfilavam entre os documentos mais importantes que existiam para o estudo do regime de produção capitalista e, a propósito, tinha opinião tão elevada dos

homens que os elaboraram, que duvidava ser possível encontrar em qualquer outro país da Europa “homens tão capazes e tão imparciais quanto os inspetores de fábrica da Inglaterra”. Não lhes regateou sua estima no prefácio de *O Capital*.

Foi considerável o material encontrado por Marx naqueles livros azuis. Muitos membros da Câmara dos Comuns, como da Câmara dos Lordes, para os quais eram distribuídos, não utilizavam esses livros a não ser, por assim dizer, como alvos sobre os quais atiravam, para medir, conforme o número de páginas que a bala atravessasse, a força de percussão da arma. Houve quem vendesse tais livros a peso. Foi o melhor que fizeram, porque permitiram a Marx, pelo menos, comprá-los a baixo preço na casa de um comerciante de Long Acre, onde costumava ir de tempos em tempos para passar em revista livros e papeladas. Dizia o professor Beesly que Marx era o homem que mais utilizara os inquéritos oficiais da Inglaterra, oferecendo-os ao conhecimento do mundo. Beesly dizia isso porque, sem dúvida, não sabia que antes de 1845 Engels extraíra numerosos documentos dos livros azuis, com que enriqueceu sua obra sobre a situação da classe operária na Inglaterra.

II

Para conhecer e amar o coração que batia no nobre peito do sábio, era preciso vê-lo nas tardes de domingo quando, fechados os livros e cadernos, ficava entre os seus, rodeado de amigos. Nesses momentos, revelava-se o companheiro mais agradável que se podia imaginar. Estava sempre disposto a rir, cheio de alegria e bom humor. Seus olhos negros, sombreados por espessas sobrancelhas, brilhavam de contentamento e jovial ironia, toda vez que ouvia uma boa frase espirituosa ou alguma réplica pertinente.

Era pai doce, terno e indulgente. “Os filhos deviam educar os pais”, costumava dizer. Nunca fez sentir aos filhos, que o amavam com loucura, a mais insignificante partícula de autoridade. Não dava ordens, mas pedia a eles as coisas por obséquio, persuadindo-

os a não fazer aquilo que fosse contrário aos seus desejos. Apesar disso, era obedecido como poucos pais o seriam. Suas filhas viam nele um amigo e o tratavam com camaradagem. Não o chamavam de “pai”, mas sim de “Mouro”, apelido que haviam dado a ele por causa de sua cor mate, de sua barba e cabelos negros. Em compensação, desde antes de 1848, os membros da Liga dos Comunistas chamavam-no de “pai Marx”, apesar de ele ainda não ter 30 anos nessa época.

Muitas vezes acontecia passar horas inteiras brincando com as filhas. Elas não esqueciam as batalhas navais travadas dentro de um barril, com os incêndios de frotas inteiras de barcos de papel, que Marx construía e queimava, com enorme entusiasmo das pequenas.

Suas filhas não o permitiam trabalhar aos domingos. Era um dia reservado para elas. Quando fazia bom tempo, toda a família ia passear no campo. Detinham-se nas pousadas do caminho para beber cerveja de gengibre e para comer pão e queijo. Quando as filhas eram pequenas, procurava distraí-las durante o passeio, contando intermináveis histórias de fadas para elas, para que o caminho parecesse mais curto. O próprio Marx inventava tais histórias enquanto andavam, que se tornavam mais longas na razão direta da extensão do caminho. De maneira que as meninas, atentas aos contos, esqueciam as fadigas.

Marx possuía incomparável veia poética. Foram poesias os seus primeiros trabalhos literários. Sua mulher guardava cuidadosamente as obras que ele traçara na mocidade. Porém, não as mostrava a ninguém. Os pais de Marx haviam sonhado encaminhar o filho na carreira de homem de letras e de professor. Eles estimavam que Marx estava reduzindo suas possibilidades ao consagrar suas energias à agitação socialista e ao estudo de economia política, ciência – na época – muito pouco admirada na Alemanha.

Marx prometeu às filhas que escreveria para elas um drama sobre os Gracos⁴. Infelizmente, não pôde cumprir a palavra. Seria interessante ver como ele, a quem chamavam “o cavaleiro da luta de classes”, trataria aquele trágico e grandioso episódio da luta

de classes do mundo antigo. Marx alimentou grande números de projetos que não pôde realizar. Propunha-se, por exemplo, a escrever uma Lógica e uma História da Filosofia, que haviam sido, quando jovem, seus estudos favoritos. Precisaria viver 100 anos para executar seus projetos literários e dar ao mundo uma parte dos inumeráveis tesouros guardados em seu cérebro.

Durante toda sua vida, sua mulher foi uma companheira na verdadeira acepção da palavra. Conheceram-se crianças e cresceram juntos. Marx ainda tinha 17 anos quando ficaram noivos. Tiveram que esperar nove anos para se casar, o que fizeram em 1843, não se separando mais desde então. A senhora Marx morreu pouco tempo antes do marido. Embora nascida e educada no seio de uma família de aristocratas alemães, ninguém mais do que ela tinha o sentimento da igualdade. Não existiam para ela diferenças ou categorias sociais.

Em sua casa e à sua mesa, recebia e fazia sentar operários com suas roupas de trabalho, tratando-os com a mesma cortesia com que trataria um príncipe. Grande número de operários, de todos os países, gozaram de sua amável hospitalidade, e hoje estou mesmo persuadido de que nenhum deles jamais desconfiou que quem os recebia com tanta simplicidade e franca cordialidade descendia, pelo lado materno, da família dos duques de Argyll, e que seu irmão fora ministro do rei da Prússia. Ela abandonara tudo para acompanhar o seu Marx e nunca, mesmo nos dias da mais extrema miséria, lamentou o que fizera.

Seu espírito era vivo e jovial. Manejava a pena com facilidade. As cartas que escreveu aos seus amigos são verdadeiras obras de arte e revelam originalidade e vivacidade espiritual. Receber uma carta da senhora Marx era uma felicidade. Jean-Philippe Becker⁵ publicou muitas delas. Henri Heine⁶, o impiedoso satírico, se por

4. Irmãos Caio e Tibério Graco, que foram eleitos, na Roma antiga, tribunos, ou seja, magistrados que atiravam junto ao Senado em defesa dos direitos e interesses do povo. (N. E.)

um lado temia a ironia de Marx, era por outro lado grande admirador da inteligência fina e penetrante da mulher. Na época em que o casal Marx vivia em Paris, Heine visitava-o com assiduidade. Marx tinha opinião tão elevada a respeito da inteligência e do espírito crítico da mulher que – dizia-me em 1866 – sempre a punha a par de seus escritos e dava grande valor às suas observações. Era a senhora Marx quem passava a limpo os manuscritos de Marx, preparando-os para a impressão.

A senhora Marx teve muitos filhos. Três deles morreram na infância, durante o período de privações que a família atravessou depois da revolução de 1848 quando, refugiada em Londres, teve que se abrigar nos casebres de Dean Street, perto de Soho Square. Eu só conheci as três filhas. Quando, em 1865, fui pela primeira vez apresentado em casa de Marx, Leonor, a mais moça, que se tornou a senhora Aveling, era uma jovem encantadora, com temperamento de rapaz. Marx costumava dizer que a esposa se equivocara quanto ao sexo dessa filha, ao apresentá-la ao mundo como mulher. As outras moças constituíam o mais belo e harmonioso contraste que se possa imaginar. A mais velha, a senhora Longuet, tinha, como o pai, a cor mate e negríssimos cabelos e olhos. A segunda, senhora Lafargue, era loura e tinha a pele clara. Sua opulenta cabeleira brilhava como se nela o Sol fizesse seu ocaso; parecia-se muito com a mãe.

Além das pessoas a que acabamos de nos referir, a família Marx contava com mais uma pessoa importante: a senhorita Helena Demuth. Procedia de uma família de camponeses e era bem nova quando entrou para o serviço da senhora Marx, ainda muito antes de ela se casar. Helena Demuth não quis abandonar a patroa mesmo depois do matrimônio com Marx. Era tão devotada à família Marx que se esquecia de si mesma. Acompanhou a senhora Marx e

5. Jean-Philippe Becker (1800-1886), revolucionário alemão e militante da 1ª Internacional. (N. E.)

6. Henri Heine (1797-1856), poeta e jornalista alemão. (N. E.)

seu marido por todas as suas viagens pela Europa e compartilhou das expulsões e vicissitudes.

Ela era o gênio bom da casa e sabia atravessar as situações mais difíceis. Graças à sua habilidade e medidas de ordem e economia, a família Marx não se viu obrigada a privar-se do mínimo necessário à existência. Sabia fazer tudo: cozinhar, arrumava a casa, vestia as crianças, costurava com o auxílio da senhora Marx. Era, ao mesmo tempo, a economista e a governanta da casa que dirigia. As meninas queriam-na como segunda mãe e Helena, por sua vez, exercia sobre elas uma autoridade maternal, porque lhes tinha uma afeição maternal. A senhora Marx tratava Helena como amiga íntima, e Marx tinha por ela especial consideração: disputavam partidas de xadrez, as quais Marx, muitas vezes, perdia.

A dedicação de Helena para com a família Marx era cega. Tudo que os Marx faziam estava certo e nada a convencia do contrário. Quem criticasse Marx já podia contar com a inimizade de Helena, como podia contar com sua maternal proteção quem merecesse as simpatias da família. Tutelava, por assim dizer, toda a família Marx. Helena sobreviveu ao casal. Em seguida, passou a trabalhar na casa de Engels, a quem conhecera na mocidade e a quem dedicava o afeto que sentia pelos Marx.

Por outro lado, Engels era como um ramo da família Marx, cujas filhas chamavam-no de segundo pai. Era o alter ego de Marx. Durante muito tempo, esses dois nomes gloriosos, que a história reunirá para sempre, viveram ligados na Alemanha. Realizaram os dois, em nosso século, essa amizade ideal que os poetas antigos celebravam. Desde a juventude se desenvolveram juntos e paralelamente, vivendo na mais íntima comunhão de idéias e sentimentos. Participaram da mesma agitação revolucionária e, tanto tempo quanto puderam, permaneceram e trabalharam juntos.

Seria provável que trabalhassem em comum a vida inteira, se os acontecimentos não os obrigassem a viver separados por cerca de 20 anos. Depois do fracasso da revolução de 1848, Engels viu-se forçado a seguir para Manchester, enquanto Marx era obrigado a

permanecer em Londres.

Continuaram, entretanto, a comunicar-se quase diariamente, emitindo opiniões sobre o que ia acontecendo, política e economicamente, assim como dando conta de sua atividade intelectual. Logo que foi possível, Engels trocou Manchester por Londres, passando a morar a uma distância de apenas dez minutos da casa de Marx. E, desde 1870 até a morte do amigo, Engels não passou um só dia em que não o visse, e cada um alternadamente era encontrado na casa do outro.

No dia em que Engels anunciou sua vinda para Londres, houve verdadeira festa na casa de Marx. Não se falou noutra coisa muito tempo antes e muito tempo depois de sua chegada. Marx ficou tão impaciente que nem podia trabalhar. Os dois permaneceram a noite inteira bebendo e fumando, sendo pouco o tempo para contarem reciprocamente os fatos ocorridos desde a data em que haviam se separado.

A opinião de Engels estava, para Marx, acima de qualquer outra, porque era o único homem que considerava com capacidade para ser seu colaborador. Para ele, Engels era uma audiência completa. A fim de persuadi-lo e ganhá-lo para suas idéias, nenhum trabalho parecia demasiado longo para ele.

Eu o vi, uma vez, revolvendo livros e manuseando-os, de ponta a ponta, até encontrar referência a certos fatos, que eram necessários exumar, para modificar a opinião de Engels no que se referia a um ponto sem importância, de que já me esqueci, da cruzada política e religiosa dos albigenses. Para Marx, era um triunfo conquistar a aquiescência de Engels.

Marx orgulhava-se do amigo. Descrevia-me com satisfação todas as qualidades morais e intelectuais de Engels. Levou-me a Manchester exclusivamente para me apresentá-lo.

Enchia-se de admiração pela extraordinária variedade de conhecimentos científicos de Engels. Estava sempre a temer que o amigo fosse vítima de algum acidente. “Tenho medo”, dizia-me, “que lhe ocorra alguma desgraça, durante uma dessas caçadas em que tão apaixonadamente toma parte e que o levam a cavalgar e

transpor os campos a galope.”

Marx era tão bom amigo quanto esposo e pai. Mas é preciso também dizer que ele teve a felicidade de encontrar na mulher, nas filhas, em Helena e em Engels criaturas que mereciam ser amadas por um homem como ele.

III

Marx, que começara como um dos chefes da burguesia radical, viu-se logo após abandonado, no momento em que sua oposição se tornara decisiva, e tratado como inimigo desde que se tornara comunista. Depois de o insultarem, caluniarem e expulsarem de sua terra natal, organizaram contra ele e seus trabalhos a conspiração do silêncio. O 18 Brumário, que demonstrou que, de todos os historiadores e homens políticos do ano de 1848, Marx havia sido o único a compreender e expor claramente as verdadeiras causas e conseqüências do golpe de Estado de 2 de dezembro de 1851, permaneceu completamente ignorado. Nenhum só jornal burguês noticiou o aparecimento desse trabalho, apesar de sua atualidade.

O mesmo aconteceu com Miséria da Filosofia, resposta a Filosofia da Miséria, de Proudhon, assim como com Crítica da Economia Política. Mas essa conspiração do silêncio, que durou 15 anos, não deu em nada com a criação da Internacional e o aparecimento do primeiro volume do O Capital. A partir dessa ocasião, Marx não podia mais ser ignorado. A Internacional progredia incessantemente, e o eco de seus atos repercutiam no mundo inteiro. Marx se colocara em último plano, deixando outros ocuparem a cena principal, mas logo se descobriu que era ele o verdadeiro dirigente e criador de tudo aquilo.

Na Alemanha, fundara-se o Partido Social Democrata, que cresceu rapidamente, a ponto de se transformar numa força que Bismarck se esforçou por conquistar, antes de passar à repressão. Schweizer, o partidário de Lassalle, publicou uma série de artigos muito apreciados por Marx e por meio dos quais O Capital se

tornou conhecido do público proletário. Por proposta de Jean-Phillippe Becker, o Congresso da Internacional decidiu chamar a atenção dos socialistas de todos os países sobre O Capital, que ele chamava de “Bíblia da classe operária”.

Depois da insurreição de 18 de março de 1871, em que se quis ver o dedo da Internacional, e depois da derrota da Comuna de Paris, que o Conselho Geral da Internacional defendeu contra a campanha de calúnias da imprensa burguesa de todos os países, o nome de Marx tornou-se célebre em todo o mundo.

Ele foi então reconhecido como o teórico irrefutável do socialismo científico e como o organizador do primeiro movimento operário internacional. O Capital tornou-se o livro obrigatório dos socialistas de todos os países. Todos os jornais socialistas e os operários popularizaram seus ensinamentos. Na América, durante uma greve monstro em Nova York, publicaram-se trechos sob a forma de panfletos para encorajar os operários a resistir e para demonstrar a eles a justeza de suas reivindicações.

O Capital foi traduzido para as principais línguas européias: russo, francês e inglês. Publicaram-se resumos em alemão, italiano, francês, espanhol e holandês. Toda vez que, na Europa ou na América, os adversários da teoria de Marx tentavam refutar suas teses, os economistas-socialistas encontravam, imediatamente, a resposta adequada com que fechavam a boca deles. O Capital é hoje realmente aquilo que o Congresso da Internacional designava por “Bíblia operária”.

Os cuidados que Marx dedicava ao movimento socialista não lhe davam folga para levar adiante sua atividade científica. A morte da mulher e da filha mais velha, a senhora Longuet, exerceu influência funesta para a marcha de seus trabalhos.

Era profundo o afeto que Marx sentia pela esposa, cuja beleza fora motivo de orgulho e alegria para ele, e cuja bondade e espírito de sacrifício o haviam ajudado a suportar as privações materiais, eterna companheira de sua agitada vida de socialista revolucionário. A enfermidade, que acabou levando a vida da senhora Marx, também terminou por abreviar os dias do marido. Durante o tempo

em que durou aquela longa e dolorosa doença, Marx, esgotado pelas emoções, vigílias, falta de ar e de exercícios, contraiu uma bronquite que quase o levou.

A senhora Marx faleceu a 2 de dezembro de 1881, comunista e materialista, como ela foi durante a vida. Não se assustou com a morte. Quando sentiu que se aproximava o fim, exclamou: “Karl, as forças me abandonam”. Essas foram suas últimas palavras. Foi sepultada, a 5 de dezembro, no cemitério de Highgate, na seção dos “malditos” (unconsacrated ground, terra profana). De acordo com os hábitos de toda sua vida, em concomitância com os de Marx, evitaram-se solenidades no enterro. Só alguns amigos íntimos acompanharam os restos mortais à sua última morada. Antes de descer o caixão, Engels, o velho e querido amigo de Marx, pronunciou um discurso à beira do túmulo.

Desde a morte de sua companheira, a vida de Marx não foi mais que uma cadeia de sofrimentos físicos e morais, que suportou estoicamente e que se agravaram ainda mais com a morte da filha mais velha, a senhora Longuet, morte essa sobrevinda repentinamente, um ano mais tarde. Desde esse momento, Marx perdeu de vez a saúde. Morreu, em sua mesa de trabalho, a 14 de março de 1883, com 65 anos de idade.

NOTA BIOGRÁFICA DO TRADUTOR

Abguar Bastos nasceu em Belém do Pará, em 22 de novembro de 1902, e faleceu em São Paulo, em 26 de março de 1995.

Romancista, poeta, folclorista, sociólogo, historiador, conferencista, teatrólogo, jornalista, tradutor, político e administrador, Abguar foi também membro correspondente das Academias de Letras do Pará, do Amazonas e da Paraíba, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Pará e de São Paulo, membro honorário da Associação Brasileira de Folclore e membro fundador da União Brasileira dos Escritores.

Em 1987 recebeu o Troféu Juca Pato de Intelectual do Ano.

Foi deputado federal pelo Pará em 1934 e por São Paulo em 1955, assim como idealizador e organizador da Frente Parlamentar Nacionalista. Em 1927, lançou no Norte o Manifesto Flaminaçu, ponto de partida de uma corrente literária renovadora, que acabou por integrar o Movimento Modernista.